

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOCIAL  
CAMPUS DO PANTANAL**

**LARISSA ANGELINI DE ANDRADE GIANVECCHIO**

**A VERTICALIZAÇÃO DAS MULHERES EM PROFISSÕES VISTAS  
SOCIALMENTE COMO MASCULINAS NO INSTITUTO FEDERAL DE  
MATO GROSSO DO SUL, CAMPUS DE CORUMBÁ**

**Corumbá / MS  
2022**

**LARISSA ANGELINI DE ANDRADE GIANVECCHIO**

**A VERTICALIZAÇÃO DAS MULHERES EM PROFISSÕES VISTAS  
SOCIALMENTE COMO MASCULINAS NO INSTITUTO FEDERAL DE  
MATO GROSSO DO SUL, CAMPUS DE CORUMBÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação Social, do *Campus* do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção ao título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josiane Peres Gonçalves.

**LARISSA ANGELINI DE ANDRADE GIANVECCHIO**

**A VERTICALIZAÇÃO DAS MULHERES EM PROFISSÕES VISTAS  
SOCIALMENTE COMO MASCULINAS NO INSTITUTO FEDERAL DE  
MATO GROSSO DO SUL, CAMPUS DE CORUMBÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, área de concentração em Educação Social, do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Social, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josiane Peres Gonçalves.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josiane Peres Gonçalves  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Léia Teixeira Lacerda  
UEMS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jorge Luis Mazzeo Mariano  
UFMS-CPAN

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcelo Victor da Rosa  
UFMS-FAED

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natalina Sierra Assêncio Costa  
UEMS

**Corumbá / MS  
2022**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho a Deus,  
O autor e consumidor da minha fé.  
É Ele Quem me guarda, me abençoa e me ajuda em tudo!  
Obrigada, Deus!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir chegar até aqui, mesmo diante de muitos desafios, a Sua bondade e misericórdia têm me acompanhado dia após dia e é por isso que Lhe rendo honras, glória e todo louvor para sempre!

Agradeço aos meus pais, Márcia e Joacir, que são a minha base e meus principais apoiadores; eles não medem esforços para me ajudar em tudo; sou privilegiada de poder chamá-los de pais e tê-los como referência de honestidade e caráter: amo vocês!

Agradeço ao meu marido, Victor, por me apoiar nesta jornada e compreender todas as vezes que precisei me ausentar do nosso convívio familiar, para dedicar-me aos estudos. Você foi, sem dúvida, a minha melhor escolha!

Agradeço aos meus filhos, João Pedro e João Victor: vocês são o pulsar do meu coração, é por vocês que eu luto todos os dias por um mundo melhor. Obrigada por entenderem os compromissos da mamãe.

Agradeço às minhas avós, Maura e Lídia, pois eu sou uma privilegiada de poder desfrutar da companhia das minhas duas avós. E ainda esta semana eu ouvi: “Filha, quero te ver ainda no doutorado.”

Agradeço aos meus irmãos, Líbia e João Renato, que são meus apoiadores incondicionais: saibam que vocês são parte de mim e os amo de todo o meu coração. Nenhum de nós três é tão bom quanto os três juntos, obrigada! Agradeço ao meu filho do coração, sim, o Murilo é o filho da tia, ele foi gerado no meu coração e foi a realização de um grande sonho.

Agradeço aos meus cunhados Marcos, Débora e Lara, vocês são sem dúvidas os melhores agregados que uma família pode receber, obrigada por tanto amor e disponibilidade.

Agradeço à minha Orientadora Dra. Josiane Peres Gonçalves, por todo o apoio, auxílio, ânimo. Posso afirmar que sem você eu não conseguiria concluir esta pesquisa. Obrigada por não ser apenas uma professora, mas por ser humana e principalmente amiga. Você faz parte deste lindo sonho.

Agradeço aos meus amigos virtuais do Mestrado: fomos escolhidos para fazer o curso em meio a uma pandemia. Quantos desafios, quantas dúvidas, quantos choros, mas nós vencemos, cada um no seu tempo, mas vencemos o nosso tão temido ônibus rosa. Não tenho medo de chamá-los de amigos, pois na hora da angústia foi assim que vocês se portaram, Rose Zozias, Andreza, Iris, Renner, Rose, Ana Gabriely, Félix, Eliane e Zenaide.

## RESUMO

As relações de gênero se fazem presentes em âmbito social, educacional e profissional, e historicamente a divisão sexual do trabalho tem predominado na sociedade. Desta forma, a pesquisa visa analisar como ocorre a verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), Campus de Corumbá, segundo a perspectiva de professoras e discentes dos cursos de Técnico Integrado em Metalurgia (ensino médio) e de Tecnologia em Processos Metalúrgicos (ensino superior). O referencial teórico baseia-se nos estudos de gênero, com base em abordagens feministas pós-estruturalistas, e contempla discussões sobre o patriarcado, os movimentos e lutas feministas, a divisão sexual do trabalho, entre outras. Para a pesquisa de campo, foi realizado o levantamento de dados quantitativos junto à secretaria do IFMS Campus de Corumbá, para identificar a proporção entre as mulheres e os homens dos cursos Técnico Integrado em Metalurgia, nas turmas de 2015 a 2018, que concluíram entre 2018 e 2021, e Tecnologia em Processos Metalúrgicos, nas turmas de 2015 e 2016, que concluíram em 2020 e 2021. Além disso, foram realizadas gravações de entrevistas individualizadas, por meio da plataforma *Google Meet*, com três discentes e duas professoras dos referidos cursos, duas das quais já estavam em processo de verticalização, enquanto uma discente rejeitava a possibilidade de verticalizar para o curso de Tecnologia de Processos Metalúrgicos. Os resultados da pesquisa empírica sinalizam que as mulheres que escolhem laborar nessa área de metalurgia enfrentam muitas dificuldades tanto em âmbito educacional, quanto profissional, sobretudo por serem do gênero feminino. Em meio à pesquisa, surgiu outro marcador social – as questões raciais –, o qual apontou que as mulheres não se encontram em condição de igualdade, visto que as mulheres negras têm suas dificuldades potencializadas pelo simples fato de serem negras. Quanto ao IFMS Campus de Corumbá, evidencia-se que é uma instituição educacional democrática, que busca romper com as barreiras impostas pela sociedade, pois além de permitir que as mulheres se insiram em todas as áreas do conhecimento, a instituição as incentiva a participar de pesquisa científica e a adentrar no campo das ciências exatas, rompendo, assim, com alguns paradigmas que outrora foram estabelecidos. Por fim, destaca-se que pesquisas como esta, realizada no Mestrado em Educação do Campus do Pantanal da UFMS, podem contribuir para a diminuição de preconceito e discriminação no âmbito do trabalho, especialmente quando se trata da atuação feminina em profissões consideradas socialmente como masculinas.

**Palavras-Chave:** Verticalização de Mulheres. Divisão Sexual do Trabalho. Relações de gênero. Escolha Profissional.

## ABSTRACT

Gender relations are present in the social, educational, and professional spheres; historically, the sexual division of labor has predominated in society. In such a manner, the research aimed to investigate how the verticalization of women in professions socially seen as masculine occurs at the Federal Institute of Mato Grosso do Sul (IFMS), Campus of Corumbá, Brazil, according to the perspective of lecturers and pupils of the Integrated Technician in Metallurgy (High School) and Technology in Metallurgical Processes (Higher Education) courses. The theoretical framework is based on gender studies, from post-structuralist feminist approaches, and includes discussions on patriarchy, feminist movements and struggles, and the sexual division of labor, among other topics. For the field research, a survey of quantitative data was carried out by the secretary of the IFMS Campus de Corumbá to identify the proportion between women and men in the courses: Integrated Technician in Metallurgy (classes of 2015 to 2018 that were concluded between 2018 and 2021); and Technology in Metallurgical Processes (classes of 2015 and 2016 that were concluded in 2020 and 2021). In addition, recordings of individualized interviews were carried out through the Google Meet platform with three students and two teachers of the aforementioned courses, two of the interviewees were already in the process of verticalization, while one student rejected the possibility of verticalizing for the course of Metallurgical Process Technology. The results of the empirical research indicate that women who choose to work in this area of metallurgy face many difficulties both in their education and professional scope, particularly because they are female. Amid the research, another social marker emerged: the racial issues, which pointed out that women are not on an equal footing, since black women have their difficulties potentiated by the simple fact of being black. As for the IFMS (Campus of Corumbá), it is evident that it is a democratic educational institution, that seeks to break with the barriers imposed by society, because in addition to allowing women to enter all areas of knowledge, the institution encourages them to participate in scientific research and to enter the field of exact sciences, thus breaking with some paradigms that were once established. Finally, it is noteworthy that research such as this present work effectuated in the Masters in Education course at the UFMS (Campus of Pantanal) can contribute to the reduction of prejudice and discrimination in the field of work, especially when it comes to female performance in professions seen socially as masculine.

**Keywords:** Verticalization of Women. Sexual Division of Labor. Gender relations. Professional Choice.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Desafios profissionais para os gêneros feminino e masculino .....	39
<b>Figura 2</b> - Curso Técnico Integrado em Metalurgia – IFMS Campus de Corumbá .....	62
<b>Figura 3</b> - Curso de Tecnologia em Processos Metalúrgicos – IFMS Campus de Corumbá .	62
<b>Figura 4</b> - As responsabilidades das meninas/mulheres .....	82

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Trabalhos desenvolvidos na Pós-Graduação brasileira .....	17
<b>Quadro 2</b> - Trabalhos desenvolvidos na Pós-Graduação brasileira de 2014 a 2020 .....	18
<b>Quadro 3</b> - Perfil das participantes da pesquisa .....	65
<b>Quadro 4</b> - Matriculados entre 2015 a 2018 que concluíram entre 2018 a 2021 do Técnico Integrado em Metalurgia .....	67
<b>Quadro 5</b> - Porcentagem de desistência do Técnico Integrado em Metalurgia 2015 a 2019 .	68
<b>Quadro 6</b> - Matriculados entre 2015 e 2016 que concluíram em 2020 e 2021 no curso de Tecnologia em Processos Metalúrgico .....	69
<b>Quadro 7</b> - Porcentagem de desistência do curso de Tecnologia em Processos Metalúrgico 2015 a 2021 .....	70
<b>Quadro 8</b> - Quantidade de professores e professoras do eixo de Metalurgia de ambos os cursos .....	71

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CF** - Constituição Federal

**CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho

**CP** - Código Penal

**CPAN** - Campus do Pantanal

**ENADE** - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

**FECIPAN** - Feira de Ciências e Tecnologias do Pantanal

**IF** - Instituto Federal

**IFMS** - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

**IFPR** - Instituto Federal do Paraná

**IFRN** - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

**MEC** - Ministério da Educação (antigo Ministério da Educação e Cultura)

**OAB** - Ordem dos Advogados do Brasil

**OIT** - Organização Internacional do Trabalho

**ONG** - Organização Não Governamental

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PROEJA** - Educação de Jovens e Adultos

**PRONATEC** - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

**SBPC** - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

**SUS** - Sistema Único de Saúde

**TALE** - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

**TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UFMS** - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**UFRN** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1. A HISTÓRIA DE LUTA DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO</b> .....	<b>25</b>
1.1 Patriarcado: a tentativa de as mulheres romperem a opressão sofrida .....	25
1.2 O movimento social feminista e suas lutas .....	28
1.3 O direito do trabalho da mulher amparado pela Constituição Federal e CLT .....	33
<b>2. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: IMPLICAÇÕES NA ESFERA EDUCACIONAL</b> .....	<b>39</b>
2.1 Relações de gênero na escola .....	41
2.2 Modalidades da divisão sexual do trabalho .....	47
2.3 Mulheres na ciência: um desafio que precisa ser superado .....	51
<b>3. PROCESSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	<b>59</b>
3.1 A verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas como possibilidade de investigação no campo educacional .....	59
3.2 O lócus da pesquisa: Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - Campus de Corumbá ...	60
3.3 Caracterização dos dois cursos pesquisados .....	62
3.4 Participantes da pesquisa .....	63
3.5 Proposta metodológica para análise de dados .....	65
<b>4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS</b> .....	<b>67</b>
4.1 Descrição e análise dos dados quantitativos nos cursos de Metalurgia e Processos Metalúrgicos .....	67
4.2 Relações de gênero em profissões vistas socialmente como masculina: vozes de professoras e alunas dos cursos de Metalurgia e Processos Metalúrgicos do IFMS - campus de Corumbá .....	72
4.2.1 A opção das participantes da pesquisa por cursos vistos socialmente como masculinos	72
4.2.2 Dificuldades vivenciadas por mulheres dos cursos de Metalurgia e Processos Metalúrgicos no contexto formativo e profissional .....	77

4.2.3 A verticalização feminina no IFMS Campus de Corumbá .....	85
4.2.4 Mulheres em profissões vistas socialmente como masculina e questões raciais .....	93
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICE I - Solicitação para realização da pesquisa .....</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICE II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Participantes (discentes maiores de 18 anos) .....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICE III - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - Participantes (alunas menores de 18 anos) .....</b>	<b>117</b>
<b>APÊNDICE IV - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Responsáveis .....</b>	<b>119</b>
<b>APÊNDICE V - Roteiro de entrevista para as professoras .....</b>	<b>121</b>
<b>APÊNDICE VI - Roteiro de entrevista para as discentes .....</b>	<b>124</b>

## INTRODUÇÃO

Inicialmente, minhas escolhas me levaram ao exercício da advocacia e lá encontrei a realização pessoal e profissional. Jamais imaginei que me inseriria em qualquer outra área de atuação, ainda mais para auxiliar um membro da família. Mas, foi no ano de 2017 que meu filho primogênito sofreu *bullying* por parte da professora de matemática dentro da sala de aula. Pela primeira vez resolvi agir apenas como uma mãe e não como advogada, busquei dar suporte emocional e conhecimentos matemáticos a fim de que meu filho pudesse enfrentar aquela dificuldade e vencê-la.

Naquele momento resolvi ensinar uma grande lição à minha prole: os problemas da vida são feitos para serem superados e aprimorar nosso caráter, e não para nos desestimular e nos fazer desistir da caminhada. Certamente retirá-lo da escola e processar tanto a escola quanto a professora poderia ser a solução mais rápida e sensata para uma advogada. Contudo, que exemplo poderia eu dar ao meu primogênito? Ensinaria ele a correr das dificuldades? A sair pela porta dos fundos? Não! Ensinei ao meu filho que ele deveria sair da escola pela mesma porta que ele entrou, ou seja, a da frente.

É neste contexto que surge a necessidade de estudar educação para continuar estimulando o meu filho a suprir as suas necessidades. Encorajei-me e fiz inscrição na Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Campus de Corumbá, fui selecionada para a turma 2018/2. Mas, foi no ano de 2019, por meio da disciplina Educação Inclusiva e Diversidade, ministrada pela professora Mestre Ianamary Monteiro Marcondes, que meus olhos começaram a se abrir para as questões de Gênero.

Dessa perspectiva, as questões referentes ao gênero nunca me despertaram interesse, até a realização de uma dinâmica dentro de sala de aula. O choque ocorreu quando compreendi que existiam padrões pré-determinados acerca dos papéis sociais atribuídos a cada gênero e que esses conhecimentos perpetuavam inclusive nas mulheres que estavam em sala.

Percebi também que não eram somente os meus olhos que foram treinados para não ver as diferenças entre os gêneros, pois se não identifico não questiono, se não questiono não repilo esse comportamento, se não repilo não condeno ou não luto contra. É neste cenário que compreendi a importância de descortinar minha visão e me apropriar desses conhecimentos, a fim de contribuir para combater as diferenças entre gêneros que se encontram arraigadas na sociedade.

Outro ponto determinante para a apropriação dos conhecimentos de gênero foi a minha inserção como aluna especial do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na disciplina Tópicos Especiais: Gênero, Sexualidade e Educação, ministrada pela Professora Doutora Josiane Peres Gonçalves na turma 2019.2. Foi neste momento que compreendi que os papéis pré-determinados atribuídos aos gêneros eram muito mais profundos que minhas constatações iniciais. Tais papéis pré-estabelecidos impunham, inclusive, uma divisão sexual no mundo do trabalho, ou seja, quais profissões deveriam ser exercidas pelos homens e quais profissões seriam para as mulheres.

A aprovação no Mestrado em Educação Social ocorreu no ano de 2020 possuindo como orientadora Doutora Josiane Peres Gonçalves. Mas, no ano de 2021 meu esposo, após ser acometido de Covid 19 e dengue simultaneamente, descobriu que era portador de uma doença circulatória grave e que praticamente não tinha circulação nas pernas. A fim de buscar melhores tratamentos, fomos a Campo Grande e lá residimos por cerca de 120 dias. Nestes dias meu esposo passou por duas cirurgias uma no mês de março (*laser* nas pernas) e outra e no mês de junho (varicoceles).

Neste momento percebi quanto os papéis atribuídos aos gêneros estão arraigados na sociedade, no meu caso deixei o trabalho, a casa e segui para auxiliar meu marido em tudo que ele precisava, só consegui terminar o semestre no mestrado porque as aulas eram *online* em razão da pandemia de Covid-19. É importante mencionar que mesmo após a cirurgia de março, meu esposo não obteve os resultados esperados, necessitando buscar novos profissionais da saúde com novos laudos.

Ao fazer uma consulta *online* com uma amiga de infância, que hoje reside no Rio de Janeiro, ela nos indicou uma médica que era de sua extrema confiança. Após a consulta e o exame de *doppler* nas pernas ficou constatado que o problema de circulação permanecia intacto, foi quando descobrimos que a primeira cirurgia, realizada por um médico do gênero masculino, além de não ter sido “bem executada”, ainda foi responsável por desequilibrar a circulação que continuou ineficiente.

Assustada com o resultado, a médica resolveu devolver o dinheiro do exame que ela mesma realizou e fez um pedido para um determinado médico executar e emitir o diagnóstico. Quando indaguei o porquê daquela atitude, ela me respondeu: “Porque sou mulher; o médico que operou seu esposo é extremamente machista e vai desacreditar o meu exame por ser uma mulher, mas o médico que eu escolhi é o professor dele e ele não terá como questionar um laudo do professor.”

Diante de tal situação, percebi o que outrora eram apenas descobertas no mundo da ciência, hoje é uma realidade muito latente e que, todo momento, nós mulheres precisamos renunciar a algo para lutar pelo nosso espaço no mundo do trabalho. No caso da experiência vivenciada, a médica abriu mão do valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para ter o seu laudo respeitado única e exclusivamente por questões de gênero. Assim, evidencio a necessidade de estudarmos e debatermos questões relacionadas a gênero, principalmente no mercado de trabalho, ratificando que a escolha profissional feminina deve ser respeitada mediante a sua competência e não as convenções sociais que estabelecem as profissões que as mulheres devem exercer.

Em meio a tantas apropriações e descobertas, surge a necessidade de conceituarmos gênero para compreendermos a importância de nos apropriarmos desses conhecimentos. Segundo Louro (1997, p. 22), “o conceito de gênero configurava-se num construto social e histórico, produzido sobre as características biológicas”. Ela ressalta que:

[...] é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. [...] o conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico. (LOURO, 1997, p. 22).

Os conhecimentos trazidos por Louro (1997) nos esclarecem que o conceito de gênero não permeia as diferenças baseando os seus argumentos na biologia, mas sim na representação social do que é ser homem ou ser mulher e como cada categoria de gênero possui seu papel pré-determinado na esfera social.

Os papéis definidos para cada gênero são arraigados na sociedade mediante a cultura e assim Ennes e Marcon (2014, p. 280) relatam que “a noção de cultura não se descola das relações sociais e o enfoque recai sobre as percepções e as práticas dos grupos considerando-se que elas estão a todo instante em movimento e em disputa”. Consequentemente, os conhecimentos culturais não são estáticos, sendo passíveis de alterações mediante as disputas sociais. É neste momento que compreendo que a realidade em que estamos inseridos pode ser alterada por meio das lutas e dos estudos científicos como o que me proponho realizar.

Assim, no mundo do trabalho, as questões de gênero devem ser analisadas sob a dinâmica social, ponderando os conflitos de dominação que são abalizados nos critérios de

gêneros dentre as diferentes gerações. As contestações estruturais que ocorrem constantemente em âmbito profissional têm contribuído positivamente para constituição de novos paradigmas na relação do trabalho e trabalhadores, como salienta Saffioti (1994), ao afirmar que as relações de trabalho nos moldes capitalistas não possuem concepções baseadas apenas em conceitos econômicos, mas também na identidade do sujeito ativo (trabalhador), vinculando sua produtividade à sua identidade.

Hirata (1998, 2002, 2007) reflete sobre a divisão sexual no âmbito do trabalho e assevera que essa divisão na organização da sociedade produz e reproduz as desigualdades sociais entre homens e mulheres. Assim, as relações de gênero no âmbito do trabalho não devem ser entendidas apenas como um problema social, baseado nas configurações materiais da vida.

A história revela que as mulheres cada vez mais têm conquistado o mercado de trabalho em atividades que são atribuídas socialmente aos homens. Neste panorama, a escolha profissional está diretamente ligada a interpretações sociais do gênero, sobretudo aos papéis sociais atribuídos ao masculino e ao feminino. Portanto, faz-se necessário reconhecer os conhecimentos que a mulher tem de si no quesito gênero, pois estas informações auxiliam no concernir da sua relação com a escolha profissional, especialmente para as profissões consideradas predominantemente masculinas.

Em relação à escolha profissional, Gonçalves (2009, p. 43) afirma que “normalmente se espera que as mulheres optem por áreas ligadas à atividade social, educacional e cultural, enquanto que os homens devem direcionar-se para áreas tecnológicas ou relacionadas com as ciências exatas”, evidenciando que os dois cursos selecionados para a realização da pesquisa são considerados pela nossa cultura como voltados ao público masculino, embora não precise necessariamente ser desta forma.

Outro aspecto a considerar, no que se refere às relações de gênero no âmbito do trabalho, é que apesar de as mulheres possuírem índices de escolaridade mais elevados, esse fator não é contabilizado como características que beneficiem o emprego feminino, nas perspectivas de melhores ocupações e salários (IBGE, 2006). De forma semelhante, Segnini (2000, p. 32) ressalta que a segregação sexual no trabalho é uma realidade, ainda que, para muitos, essa divisão passe despercebida, pois, “a segregação sexual no trabalho persiste como um fenômeno mundial. O inegável crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e a escolaridade elevada alteram pouco as condições socioeconômicas por elas vivenciadas”.

Saffioti (1994) pondera que pesquisar o conceito de gênero no âmbito do trabalho não é sinônimo de negação de divergências entre homens e mulheres, pois tal atitude demonstraria apenas intolerância com as divergências. Entender essas divergências é considerado importante, pois essas dissensões demonstrarão quais caminhos devem ser percorridos para alcançarmos a tão sonhada sociedade igualitária entre os gêneros.

Diante da relevância da presente temática, tornou-se necessário compreender o fenômeno da verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas. Para tanto, analisamos as pesquisas já realizadas no âmbito da pós-graduação no Brasil, entre os anos de 2014 a 2020, sendo priorizada a busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por estar vinculada ao Ministério da Educação (MEC), a qual possui a função de expandir e consolidar as pós-graduações em *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado) no Brasil.

A ação de analisar as pesquisas contidas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes possui a finalidade de compreender a evolução científica acerca da presente temática, detectando possíveis contradições e brechas para desmistificação do objeto de pesquisa, que resultou em uma dissertação de mestrado. Logo, analisar as dissertações contidas no Catálogo da Capes contribuiu para potencializar os conhecimentos adquiridos, pois os trabalhos desta plataforma digital são aprovados por banca examinadora qualificada.

Os descritores utilizados para a captação de pesquisas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes foram Verticalização de Mulheres, Divisão sexual do Trabalho, Gêneros e Escolha Profissional, cujo processo de busca teve o seguinte resultado (Quadro 1):

**Quadro 1: Trabalhos desenvolvidos na Pós-Graduação brasileira**

Descritores	Resultados	Selecionados
“Verticalização de Mulheres” AND “Divisão sexual do Trabalho” AND “Gêneros” AND “Escolha Profissional”.	564803	6

**Fonte:** Gianvecchio (2021).

Após a busca resultar em 564.803 (quinhentos e sessenta e quatro mil oitocentos e três) trabalhos, tornou-se necessário selecionar os trabalhos que se relacionavam diretamente com a temática pesquisada. Esta análise ocorreu após a leitura flutuante (MOROSINI; FERNANDES, 2014) dos títulos e dos resumos, em que foi possível obter informações importantes para selecionar ou descartar os trabalhos investigados. Para Kohls-Santos e Morosini (2021), a leitura flutuante é entendida como a leitura inicial dos trabalhos

encontrados, a fim de se chegar aos manuscritos que têm maior aproximação com o objetivo da pesquisa a ser realizada, e esses textos serão selecionados para uma análise mais detalhada.

É importante mencionar que foi utilizado, como critério de seleção e inclusão, os trabalhos que foram realizados dentro dos Instituto Federais, independentemente da região do Brasil, bem como selecionamos trabalhos em que o campo de pesquisa era a universidade e a temática era sobre cursos entendidos socialmente como masculinos. Somente um dos trabalhos selecionados a pesquisa de campo não ocorreu em ambientes de ensino (Institutos Federais ou Universidades), mas foi mantido para análise, por discutir a inserção profissional da mulher que exerce a profissão vista socialmente como masculina.

Para esta pesquisa elegemos 6 (seis) trabalhos, sendo 2 (dois) em nível de Doutorado (teses) e 4 (quatro) em nível de Mestrado (dissertação). Os trabalhos priorizados para serem analisados possuem relação direta com a temática pesquisada, além de nos permitir compreender qual a materialidade instalada em outras regiões do Brasil, fornecendo-nos dados para a comparação dos resultados que encontramos na nossa pesquisa de campo. Entre eles, alguns pertencem a áreas como Serviço Social (MELO, 2014; MEDEIROS, 2015), Psicologia (ALVES, 2017) e Ciências Humanas (OLIVEIRA, 2014) e dois são da área da Educação (MORAES, 2016; GRESCHENCHEN, 2017). Em seguida, por meio do Quadro 2, analisaremos as principais características dos trabalhos selecionados que foram desenvolvidos na pós-graduação *Stricto Sensu*, entre os anos de 2014 a 2020:

**Quadro 2: Trabalhos desenvolvidos na Pós-Graduação brasileira de 2014 a 2020.**

	Trabalhos	Grau	Ano	Instituição	Área	Grupo Investigado
1	MELO, Brunilla Thais Queiroz de Barreiras. (In)Visíveis: a segregação de gênero em cursos universitários da UFRN.	Mestrado em Serviço Social	2014	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Serviço Social	Mulheres Estudantes
2	OLIVEIRA, Sandra Maria Roque de. O discurso da diferença entre homens e mulheres no IFPE Recife, século XXI.	Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas	2014	Universidade Federal de Santa Catarina	Ciências Humanas	Homens e Mulheres
3	MEDEIROS, Priscilla Brandao de. A inserção de mulheres em postos de trabalho marcados pela lógica masculinizante: uma análise com as	Mestrado em Serviço Social	2015	Universidade Estadual da Paraíba	Serviço Social	Mulheres Mototaxistas

	mototaxistas de Caicó/RN.					
4	MORAES, Adriana Zomer de. Relações de gênero e a formação de engenheiras e engenheiros.	Mestrado em Educação	2016	Universidade do Sul de Santa Catarina	Educação	Homens e Mulheres
5	GRESCHEN, fernanda. Educação, Trabalho e Mulheres: A Inserção Feminina em Cursos de Educação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Campus de Joinville.	Mestrado em Educação	2017	Universidade da Região de Joinville	Educação	Mulheres
6	ALVES, Candida Beatriz. Divisão sexual do trabalho e inconsciente político: histórias de mulheres em formação profissional.	Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar	2017	Universidade de Brasília	Psicologia	Mulheres Estudantes

**Fonte:** Gianvecchio (2021).

O primeiro trabalho analisado é o da Melo (2014), que buscou pesquisar os desafios enfrentados pelas mulheres que estavam inseridas em cursos vistos como socialmente masculinos, tais como: Engenharia Elétrica, Engenharia de Computação, Engenharia Mecânica e Ciência da Computação, dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Constatou-se que a inserção de mulheres nesses cursos perfazia apenas 10% (dez por cento) da turma. A pesquisa de campo foi realizada com 37 (trinta e sete) alunas que responderam ao questionário e posteriormente apenas 12 (doze) alunas foram entrevistadas. O presente trabalho possui como viés teórico os estudos de gênero e a divisão sexual do trabalho em uma perspectiva pós-estruturalista.

Durante as entrevistas, as alunas comentaram que não existem o preconceito e nem diferenças entre os gêneros nos cursos, porém a observação da pesquisadora constatou a existência de preconceito sendo reproduzidas mediante brincadeiras e comportamentos. Nesta perspectiva, muitas mulheres ainda necessitam descortinar seus olhos para as divergências entre os gêneros que estão arraigadas em todos os segmentos da sociedade. O ato de reconhecer essas divergências se faz necessário para que as lutas pela efetivação dos direitos adquiridos sejam encabeçadas e se tornem uma realidade recorrente.

O segundo trabalho analisado é o da Oliveira (2014), que pesquisou qualitativamente a hierarquia entre os gêneros tanto na Educação Tecnológica quanto no mundo do trabalho.

Para tanto, foram observados os cursos de Tecnologia Mecânica, Eletrotécnica e Refrigeração no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), além de três empresas da cidade de Recife/PE. Nota-se que as profissões pesquisadas pela autora são reconhecidas socialmente como profissões “masculinas” e essas concepções se refletem em sala de aula, pois a pesquisa menciona que “Em sala de aula, eles são maioria absoluta, tanto professores quanto alunos” (OLIVEIRA, 2014, p. 250). O presente estudo valeu-se do viés teórico dos estudos gênero, como variável sociocultural, além da manifestação da divisão sexual do trabalho em um contexto de suposta naturalidade social.

A autora também relata que para inúmeras explicitações são utilizadas o vocábulo “papéis”. Estas explanações demonstram os estereótipos existentes entre o ser homem e o ser mulher, no qual os padrões comportamentais são produzidos e reproduzidos tanto no âmbito educacional quanto no âmbito do trabalho, suscitando a hierarquização entre os gêneros. Por fim, Oliveira (2014) pondera que as reflexões abarcadas pela presente pesquisa servem de subsídios para o combate do preconceito e das desigualdades entre os gêneros, buscando a promoção da autonomia e dos direitos das mulheres.

O terceiro trabalho analisado é o da Medeiros (2015), e se trata de uma pesquisa quanti-qualitativa que se propôs a entender a dinâmica da divisão sexual do trabalho, evidenciando como as relações de gênero influenciam no labor das mulheres mototaxistas (profissão vista socialmente como masculina) na cidade de Caicó/RN. A pesquisa de campo demonstrou que as mulheres mototaxistas sofrem inúmeros preconceitos por realizarem um labor não reconhecido socialmente como feminino. Estes preconceitos perpassam inclusive pela orientação sexual das mesmas, visto que a inserção dessas mulheres neste trabalho ataca diretamente a heteronormatividade existente.

Medeiros (2015) ainda pondera que o preconceito sofrido pelas mototaxistas compromete a renda das trabalhadoras, pois preferencialmente as pessoas escolhem os homens para executarem este labor. Destaca-se que a atuação profissional na esfera produtiva não exclui a responsabilidade destas mulheres com suas residências, filhos e familiares. Os resultados obtidos com a pesquisa devem ser interpretados para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária entre os gêneros, evidenciando a necessidade de se lutar pelo fim das desigualdades.

O quarto trabalho é o da Moraes (2016), que analisa a compreensão de gênero em uma perspectiva pós-estruturalista entre os acadêmicos de Engenharia, demonstrando como o espaço universitário se comporta diante da divisão sexual do trabalho. Trata-se de uma pesquisa com abordagem quanti-qualitativa, que se baseia no método dialético. A pesquisa de

campo foi realizada com 181 discentes do último ano dos cursos de Engenharia, porém a entrevista foi efetivada apenas com 8 homens e 8 mulheres. Evidencia-se que Moraes (2016, p. 82) expõe a existência da divisão sexual do trabalho dentro do espaço universitário, justificando que “as mulheres mudam seu posicionamento nas esferas sociais, entretanto, elas ainda ocupam vagas em áreas de formação entendidas socialmente como femininas, adentrando o campo das Ciências Sociais Aplicadas e Humanas”.

Essa pesquisa também demonstra que os estudantes possuem a consciência que o mercado de trabalho para as mulheres é rico em discriminação e preconceitos. Contudo, os mesmos relatam o sexismo antagonicamente, pois ora eles rejeitam a discriminação e ora concordam com atitudes tidas como “naturalizadas”. A autora também aponta que as desigualdades vivenciadas pelas alunas são provenientes das concepções de feminilidades e masculinidades. Todavia, foi observado que ocorrem períodos de rupturas destes conceitos, demonstrando os espaços que essas mulheres ocupam tanto na academia quanto no mundo do trabalho.

Os trabalhos mapeados demonstram o quão importante é a inserção das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas, visto que essas inclusões são responsáveis por quebrar paradigmas e alterar a realidade da sociedade em que vivemos, ainda que essa mudança se construa lentamente.

A quinta pesquisa é a da Greschechen (2017), que buscou evidenciar as distinções dos conceitos de gênero que foram constituídas na profissionalização das mulheres que estavam inseridas nos cursos de Eletroeletrônica e Mecânica, ambos em nível técnico, no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus de Joinville, mediante uma abordagem de pesquisa qualitativa, que utilizou como fundamentação os estudos de gênero em uma perspectiva pós-estruturalista. A pesquisa de campo foi realizada com 8 (oito) mulheres, entre as quais haviam discentes que tinham desistido do curso. A observação demonstrou que a escolha profissional realizada pelas estudantes é composta por inúmeros elementos, porém sua permanência no curso paira pelas questões oriundas da divisão sexual do trabalho, que é uma consequência histórica do patriarcado.

Importante mencionar que Greschechen (2017, p. 9) afiança que a desistência do curso não se constitui como causa exclusiva as violências de gênero, porém essas “situações podem vir a somar-se a outras motivações presentes no momento de decidir entre permanecer ou desistir do curso”. A pesquisa também evidenciou que as estudantes que sofrem as consequências do patriarcado, tais como a violência de gênero, não possuem a audácia de denunciar essas práticas abusivas, por considerá-las “normais”.

Com base nesses pressupostos, entendemos que é necessário desconstruir os conhecimentos culturais que constituem a herança do patriarcado, a fim de que violências baseadas em gêneros possam ser reprimidas com a prática da denúncia, pois somente assim o agressor passa a ser reprimido e tem a oportunidade de repensar e alterar suas atitudes, não possuindo mais a desculpa da falsa normalidade. Desse modo, o presente trabalho elaborou um caminho interessante para o enfrentamento das desigualdades baseadas nos gêneros, no instante em que permeou os pensamentos críticos pós-estruturalistas (LOURO, 1997; MEYER; SOARES, 2005) e descortinou todo esse cenário.

O sexto e último trabalho analisado é o de Alves (2017), que fundamentou sua pesquisa no materialismo histórico-dialético de Marx e Engels e na Psicanálise de Freud e Lacan em uma perspectiva positivista. A autora inicia sua pesquisa relatando que as divergências entre os gêneros não são atribuídas apenas pelos princípios biológicos, mas sim pelos quesitos históricos e sociais do sistema capitalista. O principal objetivo do estudo foi entender como as mães, trabalhadoras e alunas vivenciam as experiências da inserção na educação profissional vivenciando a identidade de gênero e a divisão sexual do trabalho. A pesquisa de campo foi realizada com 7 (sete) acadêmicas do curso de secretariado do Instituto Federal de Brasília, Campus de São Sebastião. Destas sete discentes apenas 2 (duas) não eram mães. As entrevistadas relataram que as estudantes eram submetidas à rígida divisão sexual do trabalho desde a sua infância, construindo assim as respectivas identidades de gêneros.

O estudo demonstrou o quanto uma mulher sendo mãe perpassa por inúmeras dificuldades para tornar-se uma mão de obra qualificada no sistema capitalista, evidenciando que a divisão sexual do trabalho se faz presente desde o âmbito escolar até o mundo do trabalho.

Após a análise dos trabalhos supramencionados, é possível identificar a importância da realização desta pesquisa, pois apesar de encontrarmos temáticas similares, nenhuma delas se referia ao Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá.

Desta forma, destaco que o estudo que resultou nesta dissertação de mestrado vincula-se à Linha de Pesquisa 3, intitulada Gênero e Sexualidades, Cultura, Educação e Saúde, do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus do Pantanal da UFMS. A pesquisa foi realizada com o intuito de encontrar possíveis respostas para a seguinte indagação: Como ocorre o processo de verticalização das mulheres, em profissões vistas socialmente como masculinas, no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá, segundo a perspectiva de professoras e alunas dos cursos de Técnico Integrado em Metalurgia e de Tecnologia em Processos Metalúrgicos?

Ressalto que ambos os cursos são da mesma área, porém o primeiro é de ensino médio e o último de ensino superior, justificando assim a ideia de verticalização, uma vez que é possível uma discente cursar inicialmente o ensino médio e posteriormente o curso de graduação, ambos na mesma área, que é vista socialmente como masculina.

Para sanar a inquietação provocada pela questão norteadora, proponho como objetivo geral da pesquisa: averiguar como ocorre a verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá, segundo a perspectiva de professoras e discentes dos cursos de Técnico Integrado em Metalurgia (de ensino médio) e de Tecnologia em Processos Metalúrgicos (da educação superior).

Uma vez estabelecido o objetivo geral, destaco que os objetivos específicos da pesquisa consistiram em: a) identificar os motivos que originam as escolhas femininas por profissões vistas socialmente com masculinas; b) analisar a existência de dificuldades vivenciadas pelas mulheres participantes da pesquisa no processo de verticalização feminina em profissões vistas socialmente como masculinas no IFMS Campus de Corumbá; e c) discutir a importância de as mulheres se inserirem em todas as áreas do mercado de trabalho, inclusive em profissões consideradas como masculinas.

Com o desígnio de contemplar a proposta supracitada, esta dissertação de mestrado foi organizada da seguinte forma: na **introdução** apontamos as considerações iniciais, os elementos que corroboraram para escolha do objeto, a contextualização da temática, os caminhos percorridos e a organização da pesquisa.

Na **primeira seção**, apresentamos o cenário brasileiro, que foi marcado por inúmeras lutas, em que as mulheres, mediante o movimento feminista, precisaram se posicionar para ter seus direitos garantidos por lei, tendo o patriarcado como o seu principal opositor. Porém, apenas a promulgação das leis não foi suficiente para retirar a mulher do lugar de sujeição, necessitando que outros embates fossem travados para que as conquistas legais fossem vivenciadas na realidade e reverberadas no âmbito trabalhista.

Já na **segunda seção** abordamos a divisão sexual do trabalho, na qual o conceito ainda não é amplamente difundido, mas suas dificuldades são vivenciadas pelas mulheres na prática. Importante mencionar que analisamos esta divisão sexual do trabalho pelo viés da educação, demonstrando quanto as questões de gênero se perpetuam nas escolas desde a tenra infância, repercutindo na escolha profissional dos discentes, o que força as mulheres a superar marcadores sociais e se lançar nas ciências.

Na **terceira seção** demonstramos o caminho metodológico que foi traçado para realização desta dissertação, evidenciando o *lôcus* da pesquisa e suas particularidades, as características dos cursos estudados, os instrumentos utilizados para o levantamento de dados e o perfil das discentes e professoras participantes da pesquisa.

Na **quarta seção** evidenciamos a análise e a discussão dos resultados, que são apresentados em dois momentos distintos. Inicialmente apresentamos os resultados quantitativos, visto que eles são responsáveis por auxiliar a compreensão da realidade predominante no IFMS Campus de Corumbá nos cursos de Metalurgia e Processos Metalúrgicos. Em seguida, apresentamos os resultados obtidos por meio da gravação das entrevistas, com cinco mulheres, sendo três discentes (uma de Metalurgia e duas de Processos Metalúrgicos) e duas professoras, que integram os cursos mencionados.

Por fim, apresentamos as **considerações finais**, em que fazemos algumas reflexões sobre os resultados obtidos pela pesquisa, ressaltando seus pontos mais relevantes. Posteriormente, informamos as referências utilizadas e os apêndices que compuseram esta dissertação de mestrado.

## **1. A HISTÓRIA DE LUTA DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO**

A história relata que as mulheres sempre foram protagonistas na luta pelos seus próprios direitos. Nesta perspectiva, elas tiveram que se organizar para enfrentar os desafios encontrados na sociedade em que elas estavam inseridas. O primeiro grande desafio a ser combatido era o patriarcado, que colocava (ainda coloca) a mulher em uma posição de inferioridade, “servindo” apenas para satisfação sexual do homem e para a reprodução da prole.

Após milênios sendo subjugadas, as mulheres resolvem se organizar para contestar os papéis que lhes foram atribuídos, reivindicando sobretudo a possibilidade de direitos iguais, que nos idos de 1960 eram um sonho muito longínquo. É neste cenário que nos Estados Unidos surge o movimento feminista que obteve suas conquistas reverberadas no Brasil na década de 1970.

Ademais, foi mediante as lutas e conquistas do movimento feminista que a Constituição Federal de 1988, conhecida popularmente como a Constituição Cidadã, estabeleceu no Art. 5º, “I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Depois da garantia dos direitos iguais estabelecida pela Constituição Federal, a luta travada foi a reverberação desse direito no mundo do trabalho. Para tanto, inúmeras legislações tiveram que ser instituídas para que estes direitos saíssem do âmbito legal e passassem a ser uma realidade cotidiana, que para muitos ainda é uma utopia.

### **1.1 Patriarcado: a tentativa de as mulheres romperem a opressão sofrida**

As mulheres, ao longo dos anos, foram vistas como o sexo frágil, aquelas que necessitam de apoio, auxílio e sustento. Nesta perspectiva, historicamente as mulheres foram inferiorizadas, diminuídas, precisando sempre de um instrutor, de um dono. Todas essas características atribuídas às mulheres são provenientes de uma herança do patriarcado (CASTRO; SANTOS; SANTOS, 2018). Para Cunha (2014), o patriarcado é um sistema e seu conceito deve ser compreendido como um regime que envolve a autoridade e submissão. Neste cenário, o homem, o chefe da família, geralmente é representado pelo pai, o patriarca, o provedor, a pessoa que ocupa o papel fundamental no seio familiar, este detém a autoridade máxima, enquanto esposa e filhos lhe devem submissão plena. Cunha ainda pondera:

O patriarcado é, por conseguinte, uma especificidade das relações de gênero, estabelecendo, a partir delas, um processo de dominação-subordinação. Este só pode, então, se configurar em uma relação social. Pressupõe-se, assim, a presença de pelo menos dois sujeitos: dominador(es) e dominado(s) (CUNHA, 2014, p. 154).

Saffioti (2004) leciona que o regime patriarcal é sustentado mediante a economia doméstica organizada, ou seja, como as mulheres não participavam do sustento familiar, elas não tinham o poder decisão. Assim, as mulheres são vistas como meros objetos de prazer sexual, além de serem as reprodutoras.

Não poderíamos deixar de mencionar que a sociedade brasileira sofre grandes influências do regime do patriarcado. Nesta perspectiva, Saffioti (2004, p. 60) ressalta que “não se vivem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias”. A autora ainda acrescenta que:

Se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e morte sobre a mulher, hoje o homicídio é crime capitulado no Código Penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade. Acrescente-se o tradicional menor acesso das mulheres à educação adequada, à obtenção de um posto de trabalho prestigioso e bem remunerado (SAFFIOTI, 2004, p. 106).

A história do Brasil precisa ser analisada pela ótica da sua colonização, pois os portugueses, ao chegarem, trouxeram seus costumes, suas crenças, além da sua dinâmica social eivada do ranço feudal. É neste contexto (período colonial), que o sistema patriarcal é introduzido no Brasil, no qual o padrão estabelecido pela sociedade era o de uma mulher submissa, doce e recatada, conforme menciona Follador (2009).

Partindo do pressuposto de que o sistema do patriarcado concentra o poder de decisão na mão do homem patriarca, concluímos que as mulheres tinham como destino apenas a vida reclusa do lar. Dessa forma, a educação destinada às mulheres tinha como objetivo o seu “destino”, ou seja, torná-la “prendada”. As habilidades que as mulheres precisavam possuir giravam em torno do cuidado do patriarca e da sua prole.

Outros dois pontos determinantes que eram impostos pela sociedade para a vida das mulheres eram as questões que permeavam a honra e a pureza que eram caracterizados pela virgindade. Desse modo, era incumbência do patriarca zelar e proteger a sua filha, com o intuito de que ela pudesse posteriormente formar uma família honrada, pois as mulheres tinham a responsabilidade de cuidar da sua família (FOLLADOR, 2009).

É a partir dos conhecimentos supramencionados que percebemos a importância de realizarmos um estudo sobre o sistema do patriarcado, a fim de que possamos melhor discutir as questões de gênero, pois ainda na atualidade encontramos no âmbito social o enraizamento

deste sistema. Nesta lógica, ficam evidenciadas as diferenças que foram estabelecidas ao longo da história entre os homens e as mulheres permanecem até os dias atuais.

Para melhor exemplificação dos fatos, analisaremos gênero mediante uma “relação sociohistórica que remete às relações de poder de caráter transversal, atravessando os liames sociais, as práticas, instituições e subjetividades” (CISNE, 2012, p. 105). Destarte, que a submissão da mulher ainda é uma prática vigente que está também condicionada ao sistema capitalista, que se vale dessas diferenças entre os gêneros para a sua conservação.

Saffioti (2004) pondera que inexistente a diferença entre o sistema patriarcal e a exploração capitalista, haja vista que o capitalismo se vale da divisão sexual do trabalho para explorar as mulheres que são consideradas uma mão de obra eficiente e barata. Portanto, a feminização do mercado de trabalho ocorreu com o intuito de exploração e não de oportunidade. Nesta perspectiva, Antunes ressalta que:

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (ANTUNES, 2009, p. 109).

A apropriação da desigualdade da divisão sexual do trabalho tem fundamento na manutenção do patriarcado capitalista. A colocação da mulher em uma posição inferiorizada e desrespeitada ocorre mediante a cultura e a educação sexista. Entende-se que educação sexista:

[...] não educa homens e mulheres apenas de forma diferente, mas, também, desigual, levando muitas mulheres a crerem que possuem uma essência que as tornam naturalmente mais aptas para determinados trabalhos. Para isso, inculca valores e qualidades considerados femininos para moldar um modelo de mulher apto a atender aos interesses patriarcais capitalistas (CISNE, 2012, p. 110).

Por fim, é possível evidenciar a existência de um sistema (patriarcado capitalista) que busca a todo instante a sua própria perpetuação, não se importando com as dificuldades enfrentadas pelas pessoas envolvidas. Nesta lógica, a mulher só poderá romper com essa autoridade e submissão que é imposta a ela com conhecimento e apropriação dos seus direitos, pois uma vez descortinados os seus próprios olhos para esta verdade, a mulher trilha um caminho que é considerado sem volta, no qual ela se liberta das imposições e começa a fazer suas próprias vontades com base nas suas escolhas, lutando com todas as forças contra o sistema que lhe fora imposto.

## 1.2 O movimento social feminista e suas lutas

Partindo do pressuposto de que o presente estudo trata do movimento feminista no Brasil, faz-se necessário, inicialmente, analisar o que se entende por feminismo, e nesse sentido concordamos com Soares (1994) ao explicar que:

O conceito de feminismo aqui utilizado parte do princípio de que o feminismo é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo. (SOARES, 1994, p. 33).

A autora compreende as mulheres como agentes transformadoras da sua própria história e, deste modo, torna-se mister reconhecer que na sociedade existe uma multiplicidade de sujeitos, que ao vivenciar a opressão, passam a atuar no processo de transformação da sua realidade. O movimento feminista visa à transformação da mulher (si mesma) e da realidade na qual ela está inserida. Nesta perspectiva, abordamos sobre os movimentos feministas no mundo e como esses movimentos refletiram na sociedade brasileira.

Cabe ressaltar que inúmeras reflexões podem ser suscitadas ao longo do trabalho, entretanto, para que consigamos compreender a importância deste movimento, é necessário abdicarmos dos preconceitos existentes acerca do feminismo.

Ademais, destacamos que as conquistas alcançadas pelas mulheres, tanto no âmbito legal, quanto no âmbito social, ocorreram especialmente devido ao seu protagonismo na luta pelos seus próprios direitos, sendo tais lutas travadas pelo movimento feminista. Assim, analisamos, a seguir, alguns fatos históricos relacionados ao movimento feminista no Brasil e a influência desse movimento na construção de uma sociedade mais justa, igualitária, inclusiva e autônoma.

O feminismo, como movimento organizado, teve sua origem nos Estados Unidos da América (EUA) na década de 1960, propagando-se rapidamente para os países ocidentais. O principal intuito do feminismo à época era a liberação da mulher, além da sua emancipação. Entretanto, existem divergências conceituais entre os termos emancipação e liberação, pois, segundo Ferreira (2001), emancipar-se significa tornar-se independente para usufruir dos próprios direitos civis, enquanto Betto (2001) compreende que:

[...] emancipar-se é equiparar-se ao homem em direitos jurídicos, políticos e econômicos. Libertar-se é querer ir mais adiante [...] realçar as condições que regem a alteridade nas relações de gênero, de modo a afirmar a mulher como indivíduo autônomo, independente (BETTO, 2001, p. 20).

As disposições do feminismo iniciaram ao final do século XIX e se desdobraram até as primeiras três décadas do século XX. Bertha Lutz foi a mulher responsável por liderar o movimento sufragista (direito de voto), este movimento marcou a primeira fase do feminismo no Brasil (ALVES; ALVES, 2013). Importante mencionar que nesta época o movimento feminista era conhecido como “bem comportado”, demonstrando um caráter conservador. Não se ousava questionar a opressão sofrida pela mulher. Além de Bertha Lutz, outras mulheres também lutaram pelo voto feminino, como é o caso de Nísia Floresta, como analisam Sardenberg e Costa (1994):

No Brasil, são algumas mulheres instruídas, que pertencem aos setores médios e altos, que acolhem as primeiras idéias feministas trazidas pelas publicações de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Considerada a primeira feminista brasileira, Nísia, depois de estudar na Europa e conviver com as feministas de lá, regressa ao Brasil e pública em 1832 a tradução da obra pioneira de Mary Wollestonecraft, *A vindication of the rights of women*, marcando, assim, o despertar da consciência crítica da condição feminina no Brasil. (SARDENBERG; COSTA, 1994, p. 95).

Em 1835, Nísia Floresta Brasileira Augusta publica o livro “Direitos das Mulheres e injustiça dos Homens”, que marca a história das lutas feministas no Brasil. Para Felgueiras (2017), em 1932 o voto feminino foi conferido às mulheres, que conquistaram “o direito de votar e serem eleitas para cargos no executivo e legislativo. Mas, infelizmente, esta vitória era parcial, pois, foi aprovado apenas o direito ao voto às mulheres casadas, com autorização dos maridos, e às viúvas e solteiras que tivessem renda própria”. Dois anos depois, em 1934, é que estas restrições foram eliminadas do Código Eleitoral, mas enquanto para os homens o voto era obrigatório, para as mulheres a obrigatoriedade ocorreu somente em 1946. Cabe salientar que a primeira onda do feminismo é conhecida como “bem comportada”.

Já na segunda fase do feminismo, o movimento era composto por mulheres anarquistas, intelectuais, líderes e operárias, ficando conhecidas como mulheres “mal comportadas”. Este período foi marcado pela luta do direito à educação, incluindo temáticas como dominação masculina, divórcio e sexualidade (ALVES; ALVES, 2013). Essas lutas pela igualdade de gênero surgem principalmente na década de 1960, num cenário em que:

[...] cresce a conscientização de que a vida doméstica, ou seja, particular, pessoal e a vida não-doméstica, pública não podem ser vistas isoladamente [...] Por isso, o slogan da segunda onda do feminismo “o pessoal é político”, é o reflexo dessa imperiosa necessidade de se resignificar e politizar o cotidiano, na compreensão de que existe uma estrutura de poder machista e elitista por trás do que do que a sociedade entendia como sendo um papel “natural” do homem e da mulher (FELGUEIRAS, 2017, p. 114).

As reivindicações das mulheres eram também por questões relativas ao próprio corpo, como a vivência da sexualidade e o direito ao prazer, em um contexto histórico marcado pelo surgimento da pílula anticoncepcional, a qual impactou a vida das mulheres, pois a partir de então se torna possível dissociar o ato sexual da gravidez. Antes do advento da pílula, os homens tinham liberdade para a prática sexual, mas as mulheres não, pois corriam o risco de engravidar e, portanto, elas não tinham os mesmos direitos que eles.

A terceira fase do feminismo era conhecida como “o menos comportado dos feminismos”, que eram proclamados por meio do movimento do Partido Comunista e do Movimento Anarquista. Outro ponto refere-se à publicação da obra “O Segundo Sexo” por Simone Beauvoir (1949). Esta obra é conhecida por relatar a opressão feminina e o desenvolvimento psicológico das mulheres e suas condições sociais. A terceira onda do feminismo é marcada pela introdução de novas discussões e interesses das lutas femininas, tais como:

[...] maior participação da mulher na política e nos partidos políticos, criação de as ações afirmativas, as cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos, partidos políticos e, nas listas de candidaturas aos cargos legislativos, pela saúde da mulher, das portadoras de HIV, das mulheres negras e também pela criação de inúmeras ONGs em defesa da mulher. (FELGUEIRAS, 2017, p. 117).

Se inicialmente o movimento feminista era conduzido por mulheres brancas e de classe média, ao final do século XX os interesses tornam-se diversos, justamente porque há uma diversidade de mulheres no Brasil, com realidades, vivências e interesses diferenciados, como é o caso das mulheres negras, transexuais, lésbicas, entre outras.

Diante dos avanços e das novas formas de manifestação do feminismo, “nos dias atuais, muito se fala da possibilidade de estarmos vivendo uma nova onda, a quarta onda do feminismo no Brasil, caracterizada principalmente pelo uso da internet e das redes sociais como forma de mobilização, debates e divulgação do feminismo” (FELGUEIRAS, 2017, p. 119). Ocorre que muitas das feministas digitais cresceram com suas mães mais independentes, que trabalharam fora e construíram carreias e essa nova geração, com uma nova mentalidade e domínio das tecnologias, não aceita o machismo ainda presente nas relações sociais, especialmente na política e no mundo do trabalho.

Para Oliveira (2015), a quarta fase do feminismo é conhecida como Ciberfeminismo, em que o movimento se vale de ferramentas tecnológicas de internet e redes sociais para

expandirem suas lutas e promoverem a propagação da conscientização dos direitos das mulheres (OLIVEIRA, 2015).

Na atualidade o movimento feminista brasileiro é múltiplo e cada grupo de mulheres tem sua visão e estratégias próprias para encontrar igualdade. “O movimento é tão diversificado como as mulheres que os compõe: são elas negras, indígenas, brancas, universitárias, lésbicas, de diferentes classes sociais, trabalhadoras urbanas e rurais, domésticas, acadêmicas, portadoras de necessidades especiais e etc.” (FELGUEIRAS, 2017, p. 119). Entretanto, muitas dessas mulheres ainda sofrem preconceito e discriminação na sociedade machista que ainda persiste em pleno século XXI e, sendo assim, as diversas lutas do movimento feminista devem continuar em prol da luta pela equidade de gênero.

No contexto da segunda onda do movimento feminista, ocorreu uma grande conquista em âmbito mundial, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que 1975 era reconhecido como o Ano Internacional da Mulher. Com isso, ampliaram as discussões sobre os direitos femininos em diversos segmentos da sociedade.

Segundo Sarti (1988), foi nesse contexto da década de 1970 que o conceito de gênero foi introduzido no Brasil pelo movimento feminista, que se encontrava arquitetado com outros movimentos sociais, tais como os movimentos de moradia, melhores condições de vida, movimentos contra o racismo, dentre outros. Sob essa égide, a autora acrescenta:

[...] o feminismo foi se impondo dentro deste quadro geral de mobilizações diferenciadas. Procurou conviver com essa diversidade, sem negar sua particularidade. Isso envolveu muita cautela. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação negativa. Vivia sob fogo cruzado. Para a direita, era um movimento perigoso, imoral. Para a esquerda, reformismo burguês e, para muitas mulheres e homens, independentemente de sua ideologia, ser feminista tinha uma conotação antifeminina. (SARTI, 1988, p. 41).

O movimento feminista inicia a utilização do termo gênero com o intuito de fomentar as discussões de inúmeras perquirições das mulheres. Essa iniciativa foi de grande relevância, em razão de a presente temática se tornar objeto de estudos no âmbito acadêmico, possuindo inúmeros resultados positivos.

O primeiro grupo de mulheres feministas brasileiras, após Beauvoir, surgiu em São Paulo no ano de 1972, cujos temas abarcados pelo feminismo incidiram nos fóruns nacionais como na reunião da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), que ocorreu em Belo Horizonte, no ano de 1975 (ALVES; ALVES, 2013).

Naquele ano, também ocorreram mais dois encontros que foram os responsáveis por suscitar os debates a respeito dos ideais feministas, sendo eles: Encontro para o Diagnóstico

da Mulher Paulista (São Paulo) e o Encontro da Associação Brasileira de Imprensa (Rio de Janeiro), que obtiveram como conquista a origem do Centro da Mulher Brasileira.

Na década 1980, após a redemocratização do Brasil, o feminismo ganha força novamente vinculando-se com movimentos sociais, obtendo como principal conquista a adesão dos ideais feministas nas camadas mais populares da sociedade brasileira. Em 1984 o movimento feminista conquistou a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher, que obteve como principal aquisição a inserção dos direitos da mulher na Carta Magna de 1988. (ALVES; ALVES, 2013).

Já na década de 1990, a principal luta que o movimento feminista emplacou foi contra a violência doméstica. Contudo, foi no ano 2006 que essa causa encontrou apoio popular, sendo encabeçada por uma vítima, possuindo como resultado a criação da Lei 11.340/06 comumente conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006).

Torna-se evidente que o feminismo possui como principal escopo o combate à opressão das mulheres, resguardando os direitos já adquiridos, além de dar aplicabilidade às legislações vigentes. Por fim, destaca-se a importância de dar visibilidade aos ideais e causas do movimento feminista, por causa das inúmeras conquistas já alcançadas e as que ainda virão mediante a luta deste movimento.

A história descreve que as mulheres eram tratadas como sujeitos dominados, dependentes e não possuidoras de conhecimentos. Assim, as teorias, tanto feministas quanto não feministas, buscam evidenciar os motivos causadores da conservação desta subordinação e opressão das mulheres contemporâneas. Essa exegese continua sendo reproduzida atualmente, ignorando todo cenário de lutas e conquistas adquiridas, como a cidadania feminina que visa à inserção das mulheres na sociedade como sujeitos de direitos adquiridos.

Destaca-se que o movimento feminista teve seu papel fundamental na reconhecimento dos novos espaços públicos, além dos novos sujeitos político-sociais, evidenciando que o feminismo assumiu um papel reivindicatório e transformador, encabeçando as lutas pelos direitos das mulheres e pelo seu reconhecimento na sociedade brasileira.

No Brasil o movimento feminista foi marcado por quatro fases, sendo que cada uma delas obteve sua conquista primordial, tais como a garantia dos direitos fundamentais das mulheres. Deste modo, a primeira a fase deste movimento garantiu o direito ao corpo e ao prazer, instigando as inquirições sobre sexualidade e divisão dos gêneros.

Já na segunda e terceira fase, as conquistas do movimento feminista alcançadas foram os direitos civis e políticos no processo de redemocratização do país, pois a luta por direitos

expandiu os princípios da democracia, intensificando novas questões em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesta perspectiva, Ávila (2001) ressalta:

Entre o reconhecimento das mulheres como sujeitos da democratização do regime político no Brasil e a democratização da participação política nas esferas de poder, com a inclusão real das mulheres, há uma grande diferença. [...] Para pensar em uma esfera política igualitária, é importante pensar no acesso a essa esfera pública, caso contrário, as desigualdades e discriminações existentes na sociedade vão funcionar como impedimentos invisíveis e a dificuldade de participação pode ser percebida como um atributo das mulheres. Isto é, a desigualdade social perversamente se transforma em um déficit do sujeito. (ÁVILA, 2001, p. 11).

Portanto, as conquistas de direitos devem ser compreendidas como resultado positivo de inúmeras lutas e embates políticos, que estão subordinados aos avanços e retrocessos das políticas. Por conseguinte, o principal marco histórico foi a promulgação da Constituição de 1988, que garantiu os Direitos Humanos das Mulheres, por causa de que esta legislação representou para o direito brasileiro uma quebra de paradigma.

A Carta Magna instituiu a igualdade de gênero, impactando diretamente o movimento feminista e a democracia. Este marco jurídico constituiu a mulher brasileira como um sujeito de direitos e obrigações. Assim, a promulgação da Constituição Federal representou na maior parte dos casos a “emancipação da mulher”, além do empoderamento do movimento feminista que atuou diretamente no processo de elaboração da Carta Magna.

### **1.3 O direito do trabalho da mulher amparado pela Constituição Federal e CLT**

No Brasil a história de opressão e desigualdades das mulheres foi reproduzida. O Código Civil Brasileiro promulgado em 1916 é a prova cabal do papel inferior que a mulher possuía no seio familiar. Uma importante conquista histórica foi o direito de votar (sufrágio) adquirido no ano de 1932, esta aquisição foi inserida no Código Eleitoral vigente (BRASIL, 1932).

Naquele contexto, a doutrina brasileira instituía diferenças nas sanções entre o adultério feminino e o adultério masculino, sendo que o adultério cometido por mulheres era considerado juridicamente mais grave, enquanto no caso masculino era uma atitude tida como perdoável. Ficando então demonstrado que tanto os operadores do direito quanto a própria legislação patrocinaavam os reflexos das desigualdades entre os gêneros.

Ressalte-se que o Brasil é um país signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pois além de ratificar o documento internacional, votou a favor da promulgação do

documento na Assembleia de 1948. Mas foi em 1988 que ocorreu a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, que se tornou conhecida como a Constituição Cidadã, pois ela ampara inúmeros direitos aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país.

A Carta Magna foi responsável por abarcar inúmeros direitos tidos como inovadores no cenário jurídico brasileiro. Destaca-se o primeiro artigo desta lei, mais precisamente no inciso III, que possui o intuito de reforçar o Brasil como um país signatário:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

**III - a dignidade da pessoa humana;**

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

A Constituição Federal (CF) trouxe em seu bojo o tratamento igualitário entre os gêneros em toda a sua amplitude, visando erradicar o entendimento da mulher como um ser inferior, vejamos:

Art. 5º **Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer**

**natureza**, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

**I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição** (BRASIL, 1988, grifos nosso).

Sob essa égide, o inciso I do Art. 5º faz menção ao princípio da igualdade, demonstrando que a equidade deve pairar inclusive nas relações entre os gêneros, como também estabelece o Art. 3º, IV, da CF, observemos:

Art. 3º **Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:**

(..)

**IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.** (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Apesar de a Carta Magna instituir a igualdade dos gêneros explicitamente, a mesma não alcançou aplicabilidade imediata e então se tornou necessário criar novas leis infraconstitucionais para dar executoriedade à norma constitucional. Outro ponto determinante refere-se ao fato de que o legislador constitucional se preocupou em explanar

explicitamente a proteção ao mercado de trabalho da mulher, como pode ser observado no Art. 7º:

Art. 7º **São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais**, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

**XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;**

(...)

**XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;**

(...)

**XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;**

(BRASIL, 1988, grifos nosso).

Nesta perspectiva, a Lei nº 7.855/1989, editada após a Constituição Federal, trouxe em seu bojo a incumbência de alterar da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), principalmente nas normas que discriminavam a mulher, revogando, por exemplo, os comandos que consentiam a interferência tanto do cônjuge/companheiro quanto do pai no contrato de emprego da mulher adulta. Cabe salientar que a Constituição Federal deve ser entendida como a lei máxima do Brasil e todas as leis infraconstitucionais que possuam preceitos contrários à nova normativa são imediatamente revogadas, tornando a edição da lei anterior juridicamente desnecessária.

A ONU, no ano de 1979, aprovou Convenção Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. No Brasil, a recepção da Convenção ocorreu mediante o Decreto Legislativo nº 93/1983 (BRASIL, 1983), posteriormente, ocorreu a edição do Decreto nº 4.377/2002 (BRASIL, 2002), ratificando que o nosso país repudia as práticas discriminatórias cometidas contra as mulheres.

É importante mencionar que o surgimento de inúmeras legislações que possuam como principal intuito a garantia da igualdade de gêneros no mundo do trabalho, conformando um arcabouço jurídico protetivo. No âmbito trabalhista, o primeiro decreto editado para a proteção do direito da mulher foi o nº 21.417-A/1932, que regulamentava o trabalho do gênero feminino no comércio e na indústria (BRASIL, 1932). O decreto trouxe em seu bojo uma inovação jurídica, ao garantir em seu Art. 7º o descanso obrigatório de 4 (quatro) semanas anteriores ao parto, e 4 (quatro) semanas posteriores ao parto, podendo ser estendidos em 2 (duas) semanas em casos excepcionais. Salienta-se que esta regra é válida na esfera pública e privada.

Outro ponto determinante diz respeito à obrigatoriedade do auxílio remuneratório pela

metade no período do afastamento da mulher. A trabalhadora também adquiriu o direito de retornar ao labor após o afastamento na mesma função que desempenhava. Destaca-se que o Decreto supramencionado além de inovar na ordem jurídica é responsável por trazer à baila a proteção do direito da mulher na Consolidação das Leis do Trabalho, mais precisamente nos Artigos 391, 391-A, 392, § 1º e 2º, 393, 395 e 396.

Segundo Nascimento e Nascimento (2018), inúmeros argumentos foram considerados pela doutrina majoritária para justificar os artigos que defendem os direitos das mulheres. Destarte que argumentos fisiológicos foram considerados, demonstrando que as mulheres não têm a mesma resistência física que o homem, sendo necessária a defesa de tratamento diferenciado. Insta salientar a existência do embasamento social, responsável por influenciar as leis que regulam o trabalho da mulher, visto que é de interesse social a defesa da família, necessitando assim da regulamentação do trabalho, de forma a proteger a mulher e sua família.

Além do mais, entende-se que tanto homens quanto mulheres que desenvolvem o mesmo trabalho devem ganhar o mesmo valor de salário, conforme cita o Tratado de Versalhes (1919): igual trabalho, igual salário. A Constituição Federal acolhe este entendimento empregando os seus princípios. Já a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por ser uma norma infraconstitucional, deve adotar comandos que estejam embasados no posicionamento constitucional. Nesta perspectiva, o Art. 461 dispõe:

**Art. 461. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade. (BRASIL, 1943, grifos nosso).**

A saúde e segurança da trabalhadora também é alvo de atenção nas normas abarcadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O legislador buscando sanar as condições nas quais as trabalhadoras estavam inseridas, determinou os locais e métodos de trabalho no Art. 389.

A Convenção nº 3 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é responsável por proteger o emprego de mulheres antes e depois do parto (OIT, 1919). Esta convenção também foi recepcionada pela legislação brasileira, tanto no âmbito constitucional quanto no infraconstitucional. Sob esta égide, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) possui dois princípios responsáveis por nortear a estabilidade da trabalhadora, bem como a sua licença maternidade (BRASIL, 1943).

A estabilidade da trabalhadora gestante é garantida por meio do Art. 391-A da CLT, sendo vedada a dispensa sem justa causa enquanto durar a estabilidade, ainda que a trabalhadora esteja cumprindo o aviso prévio indenizado, e se descobrir a gravidez ela tem direito à estabilidade. É possível notar que tanto a Constituição Federal quanto a Consolidação das Leis do Trabalho determinam que o início da estabilidade se dá com a confirmação da gravidez. Salienta-se que em casos de Convenção Coletiva, o mesmo pode definir que o início da estabilidade dar-se-á mediante a concepção, esta determinação será aplicada, por ser considerada mais benéfica que a norma constitucional.

A Lei nº 9.029/1995 também trouxe como inovação ao arcabouço jurídico, ao tutelar os direitos das trabalhadoras, pois esta normativa veda a exigência de atestados de esterilização e de gravidez, além de outras práticas discriminatórias no momento da contratação ou permanência do emprego. Nesta perspectiva, a presente legislação define como crime a exigência de perícia, teste, atestado, laudo, declaração ou qualquer outra forma de garantir a esterilidade da mulher, tanto no ato da contratação quanto na manutenção do emprego (BRASIL, 1995).

Os serviços que promovam o controle de natalidade na esfera do aconselhamento ou oferta de serviços que visem o planejamento familiar deverão ser realizados nas esferas públicas ou privadas mediante normativa do Sistema Único de Saúde (SUS).

Outro aspecto importante é que a Lei nº 9.029/1995 estabeleceu pena de 1 (um) a 2 (dois) anos de detenção e multa para os empregadores que descumprirem essa lei. Assim, serão considerados sujeitos ativos dos crimes a pessoa física empregadora, o empregador, o dirigente, o representante legal. A multa administrativa também é uma sanção que não anula as sanções penais, ou seja, ela é independente das sanções penais. O valor da sanção administrativa abarca dez vezes a importância do maior salário pago pelo empregador, podendo ser aumentada em cinquenta por cento nos casos de reincidência (BRASIL, 1995).

Outro artigo que inovou na ordem jurídica é o 373-A, inciso V e VI, da Consolidação das Leis do Trabalho, que vem defender o direito das trabalhadoras, vejamos:

Art. 373-A [...]

**V - impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez;**

**VI - proceder o empregador ou preposto a revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias. (BRASIL, 1943, grifos nossos).**

O legislador visou proteger o trabalho feminino em sua amplitude, demonstrando que a mulher é detentora de direitos humanos no mundo do trabalho e a legislação brasileira corrobora com esse entendimento.

Apesar dos avanços legislativos, na prática a sua materialidade é diferente, o que pressupõe a necessidade de mudanças para que as mulheres tenham igualdade de oportunidade. No Brasil, o que ainda predomina é a divisão sexual do trabalho, como pode ser analisado na seção apresentada a seguir.

## 2. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: IMPLICAÇÕES NA ESFERA EDUCACIONAL

Ao iniciar as análises sobre a divisão sexual do trabalho, é importante considerar que historicamente foram as mulheres que desempenharam as funções inerentes ao cuidar de outras pessoas, incluindo crianças, pessoas enfermas, idosas, entre outras categorias, além de desempenhar todas as atividades relacionadas ao trabalho doméstico. Atualmente, em pleno século XXI, apesar de muitas mulheres terem formação acadêmica, a evolução na carreira profissional costuma ser dificultada por essas mesmas atividades, a ponto de retardar ou até mesmo impedir a sua progressão em âmbito profissional. Esses pressupostos podem ser evidenciados nas imagens do da Figura 1, que retratam a diferença entre homens e mulheres em relação aos desafios para progredir na profissão escolhida.

**Figura 1: Desafios profissionais para os gêneros feminino e masculino.**



**Fonte:** Imagens compartilhadas em grupos de WhatsApp (2021).

Essa condição desigual para evoluir na carreira profissional, resulta em condições salariais também desiguais, a ponto de as mulheres, mesmo tendo habilidades e formação compatíveis com os homens (muitas vezes até superiores), acabam por perder muitas oportunidades de progressão na carreira (e conseqüentemente salarial), por terem que assumir

as responsabilidades inerentes ao trabalho doméstico e cuidado de outras pessoas. Ou seja, as trabalhadoras e profissionais de diversas áreas acabam sendo penalizadas justamente por assumir múltiplas responsabilidades sociais, especialmente em relação ao cuidado e educação das novas gerações.

O contexto injusto e desigual de que tratamos decorre das construções de gênero predominantes de nossa cultura ocidental industrializada. Assim, as relações de gênero que reverberam no mundo do trabalho surgem no seio familiar e são reforçadas pelos conhecimentos adquiridos na escola. Neste processo cultural de construção de crenças e atitudes, no que se refere às relações predominantes entre os gêneros feminino e masculino, os papéis atribuídos a ambos são apresentados para a criança antes mesmo do seu nascimento, cujo claro exemplo é o famoso chá de revelação, que é responsável por mostrar que muito mais que a cor do enxoval ou o sexo do bebê, este chá irá revelar, sobretudo, as expectativas dos pais aos papéis atribuídos ao sexo descoberto da criança.

Nesse sentido, ao abordar sobre a expectativa e atitude das famílias durante a gestação de uma criança, e como inicia o processo de construção das relações de gênero antes mesmo de uma pessoa humana nascer, Faria, Oliveira e Gonçalves (2015) argumentam que:

Enquanto a futura mamãe aguarda a chegada de um novo bebê, durante o período de gestação, a pergunta que geralmente lhe é direcionada diz respeito ao sexo da criança. As pessoas têm curiosidade de saber se o bebê é menino ou menina e, dependendo da resposta, já passam a ter alguma expectativa em relação ao que se espera da criança após o nascimento (FARIA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2015, p. 460-461).

Os autores acrescentam que “é comum haver a preocupação de saber qual é o sexo do bebê, porque temos concepções muito diferentes sobre como devem ser as pessoas de cada sexo, do que são capazes, de como devem ser tratadas, do que é melhor para elas e até do seu valor para a sociedade”. Por fim, os autores enfatizam que “dependendo do sexo da criança, os pais ou responsáveis mudam a forma de tratar o bebê, agindo de acordo com os padrões estabelecidos na cultura em que estão inseridos” (FARIA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2015, p. 461).

Após o nascimento e antes do início da idade escolar, que tem se revelado cada vez mais precoce, a criança já se depara com os estereótipos inerentes ao gênero, tais como comportamentos, cores “adequadas”, brinquedos etc. Durante a fase escolar, os conhecimentos referentes ao gênero são produzidos e reproduzidos em consonância aos ditos sociais (LOURO, 1997). Assim, a fase escolar é fundamental para a escolha profissional, pois esta preferência está motivada em suas habilidades. Contudo, é importante considerar o que

diz Galvão (2020) sobre a suposta habilidade dos meninos para a área de Matemática, que na verdade é cultural, pois desde a infância eles são mais estimulados que as meninas para brincar de atividades que favoreçam o desenvolvimento mental, facilitando assim a aprendizagem de cálculos numéricos. A referida autora afirma que:

[...] as habilidades são adquiridas e não herdadas ou definidas geneticamente. Talvez aqui caiba dizer que desde a mais tenra infância os meninos são presenteados com brinquedos que envolvem lógica, aventura e cálculo, para as meninas brinquedos que envolvem o cuidar, limpar, educar, e nem mesmo, por isso, pode-se afirmar que meninos serão mais aptos à Matemática do que meninas (GALVÃO, 2020, p. 110).

Ou seja, até mesmo as habilidades existentes dos discentes estão diretamente relacionadas às questões de gênero, uma vez que “normalmente se espera que as mulheres optem por áreas ligadas à atividade social, educacional e cultural, enquanto que os homens devem direcionar-se para áreas tecnológicas ou relacionadas com as ciências exatas” (GONÇALVES, 2009, p. 43).

Esta afirmação encontra-se fundamentada nos estímulos recebidos em âmbito escolar e social tanto pelos meninos quanto pelas meninas. É neste momento que surge a necessidade de iniciarmos nossa análise em âmbito escolar, a fim de compreendermos como a divisão sexual no mundo trabalho se estabelece diante da sociedade atual.

## **2.1 Relações de gênero na escola**

Ao abordar as relações de gênero na escola, é importante inicialmente refletir sobre como ocorre a construção da feminilidade em âmbito escolar e tal processo ocorre com base em comportamentos sociais bem definidos, arraigados na população mediante a cultura. Para melhor compreensão de tal realidade, torna-se necessário conceituarmos cultura e destacar que:

Exclui-se aqui a ideia de cultura como característica, como propriedade de um dado grupo e se aplica o entendimento de cultura ao movimento, às relações e à produção material e simbólica. Em tal perspectiva, a noção de cultura não se descola das relações sociais e o enfoque recai sobre as percepções e as práticas dos grupos, considerando-se que elas estão a todo instante em movimento e em disputa. (ENNES; MARCON, 2014, p. 280).

Fica evidenciado que os comportamentos enraizados na população, mediante a cultura, são frutos de construções culturais que podem se deslocar conforme as disputas sociais forem se estabelecendo.

No caso do ambiente escolar, ele é responsável por produzir e reproduzir as desigualdades sociais e então a construção da feminilidade neste espaço perpassa pela relação de poder e domínio do masculino sobre o feminino. E ao considerarmos que as relações sociais e culturais não são modelos fixos, as relações de poder e domínio supramencionadas não devem ser consideradas como uma verdade absoluta, pois existem casos interseccionados de gênero que envolvem relações de raça e classe que alteram a relação de poder do masculino sobre o feminino (OLIVEIRA, 2014, p. 164).

Contudo, não podemos e não devemos ignorar que ainda na atualidade existem em âmbito social as consequências do patriarcado, as quais demonstram as relações de poder inerentes ao gênero, inclusive na escola. Assim, precisamos compreender o conceito de gênero para entendermos como as pedagogias vinculadas a este conceito estão inseridas na escola. Para tanto, analisamos os conhecimentos trazidos por Louro (1997), que afirma:

O conceito de gênero configurava-se num construto social e histórico, produzido sobre as características biológicas. [...] é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. [...] o conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico. (LOURO, 1997, p. 22).

As divergências existentes entre os gêneros não pairam apenas pelas questões biológicas, mas sim pelas construções sociais e estabelece em qual grupo determinado gênero deve ocupar na esfera social. Importante mencionar que a temática de gênero “não é algo tão recente, pois durante o século XX e início do século XXI começaram as lutas pela igualdade de gênero e também pelo respeito à diversidade”. (SILVEIRA, 2018, p. 1).

É neste cenário que surgem as pedagogias culturais, que estão inseridas em todos os momentos da nossa vida, não apenas em âmbito escolar. Nesse sentido, Xavier Filha (2016) reflete que desde que nascemos,

[...] estaríamos interagindo com as mais diversas pedagogias de gênero, que propõem a forma ideal de se viver o masculino ou o feminino. As cores rosa e azul constituem um dos elementos dessas pedagogias que demarcariam corpos e condutas de menina e de menino. (XAVIER FILHA, 2016, p. 88).

Salienta-se que as pedagogias culturais de gênero estão inseridas principalmente no contexto escolar, como relata Barbosa (2019, p. 3) sobre a existência de “um padrão diferenciado de comportamentos incentivados para meninas e meninos”. Estes padrões divergentes são responsáveis por estabelecer até mesmo punições diferentes, como no exemplo de haver discussões acaloradas e o menino receber advertência, enquanto a menina recebe suspensão, com o argumento de que “ainda que fosse a primeira vez que se envolvessem numa situação tão extrema, isso é ‘para aprender que menina não briga’ nesta escola” (BARBOSA, 2019, p. 5).

A autora ainda descreve que as meninas precisam ser “boas alunas”, pois esta é uma característica da feminilidade, assim como a submissão e o silêncio também o são e, caso as alunas se comportem de forma divergente, elas supostamente devem ser advertidas de forma severa. Quanto ao gênero masculino, um aspecto determinante e visto pela sociedade como preocupante é a timidez, mais especificamente às interpretações dadas a existência desta característica que é comum a todos os gêneros. Os alunos tímidos costumam causar preocupações nos professores, visto que os homens tendem a ocupar os espaços sociais e necessitam ser articulados, não havendo espaço para a timidez masculina. Já as alunas possuem os seus ambientes sociais predeterminados, compreendido pelo “espaço doméstico, e a quem o recato é uma característica ainda valorizada” (BARBOSA, 2019, p. 6).

As narrativas abordadas por Barbosa (2019) não são uma realidade singular, ou seja, um fato isolado que ocorre apenas nas escolas pesquisadas por ela, visto que as diferentes interpretações dadas à mesma característica, baseadas exclusivamente nas divergências entre os gêneros, devem ser entendidos como herança do patriarcado que ainda está vigente no ambiente escolar. Contudo, Silveira enfatiza:

Historicamente sabemos que a mulher foi oprimida, humilhada e jogada às margens de uma sociedade patriarcal e machista. Aquelas mulheres que em seu tempo demonstraram o descontentamento com a situação foram rotuladas e perseguidas não apenas por seu modo de pensar e agir, mas também pelo medo de que elas pudessem fazer outras mulheres pensarem sobre suas situações e comesçassem a lutar por uma igualdade de direito e espaço na sociedade. (SILVEIRA, 2018, p. 2).

Os padrões predeterminados de feminilidade, que estão inseridos no ambiente escolar, acabam por desconsiderar a multiplicidade dos sujeitos, uma vez que existem várias formas de ser mulher, sem precisar atender os padrões predefinidos. Assim, Xavier Filha (2016, p. 93) analisa a existência da “multiplicidade dos sujeitos, a capacidade crítica e inventiva de cada um/a para constituir suas diversas identidades, dentre elas a sexual e a de gênero”.

Dessa forma, a construção da feminilidade no ambiente escolar perpassa pelo aprendizado de estereótipos, tais como o “modo de sentar e andar, as formas de colocar cadernos e canetas, pés e mãos acabariam por produzir um corpo escolarizado, distinguindo o menino ou a menina” (LOURO, 1997, p. 61).

Oliveira (2014) descreve que para inúmeras explicações sobre as pedagogias de gênero é utilizado o vocábulo “papéis”. Importante mencionar que o ser homem e o ser mulher são padrões tão bem estabelecidos que se impõem desde antes do nascimento. Tais comportamentos pré-estabelecidos são reproduzidos tanto no âmbito educacional quanto no âmbito do trabalho, demonstrando como a hierarquização entre os gêneros está inserida na sociedade.

Neste contexto, surge a necessidade de “desconstruir a questão de gênero no espaço escolar” (SILVEIRA, 2018, p. 1), para constituir ponderações sobre o papel da mulher na sociedade, instigando o combate ao preconceito não apenas no contexto escolar, mas em todas as esferas da sociedade. Cumpre destacar que a escola, ao formar a feminilidade, torna-se corresponsável pela inserção das mulheres em profissões vistas socialmente como femininas, conforme propõe Leal (2015), pois a feminilidade, além de ser uma construção social, necessita estar presente no âmbito do trabalho.

A construção da feminilidade no cotidiano da escola possui inúmeras consequências diretas no contexto social, pois as meninas aprendem os comportamentos ou características do que é ser mulher e qual o “papel” que ela deve exercer. Nesta perspectiva, precisamos reconhecer que tanto a pedagogia quanto o currículo não estão presentes apenas no ambiente escolar e que ambos produzem “valores e saberes; regulam condutas e modos de ser; fabricam identidades e representações; constituem certas relações de poder”. (SABAT, 2001, p. 9).

Outro aspecto a considerar é que o fato de ser mulher compreende um papel tão bem definido pela sociedade, que as propagandas televisivas acabam por demonstrar o ambiente no qual a ela deve estar, em um cenário em que “são ensinados modos de conduta para o menino e para a menina e crianças de cerca de dois anos de idade que já têm seus espaços delimitados, seus caminhos traçados, suas identidades configuradas. (SABAT, 2001, p. 12-16). Por conseguinte,

Ao utilizar mulheres para divulgar marcas de sabão em pó, ou homens para divulgar marcas de cigarros mais fortes, o discurso publicitário está se apropriando de significados que estão circulando nas relações sociais. Ao mesmo tempo, ele está reafirmando — e naturalizando — essas mesmas representações através de algumas estratégias, como por exemplo mostrar as mulheres quase sempre dentro de casa, fazendo atividades manuais, ou

expondo o corpo como objeto do prazer masculino. (SABAT, 2001, p. 12-16).

As propagandas apresentam a definição do papel das mulheres, o local ao qual elas devem estar inseridas e acabam por determinar socialmente quais são os trabalhos que elas devem exercer, baseando-se em conceitos tidos como biológicos. É neste cenário que surge a divisão sexual do trabalho, a qual determina quais seriam as funções que os homens deveriam exercer, bem como quais funções deveriam ser exercidas pelas mulheres. Salienta-se que os trabalhos conferidos às mulheres são oriundos do cuidado com o outro, demonstrando assim uma suposta característica “natural” da mulher.

Um dos principais exemplos de trabalho visto socialmente como feminino é o curso de Pedagogia, pois o ato de ser professora envolve as funções de cuidar, ensinar e educar, e então Louro expõe que:

[...] a atividade escolar é marcada pelo cuidado, pela vigilância e pela educação, tarefas tradicionalmente femininas. Além disso, os discursos pedagógicos (as teorias, a legislação, a normalização) buscam demonstrar que as relações e as práticas escolares devem se aproximar das relações familiares, devem estar embasadas em afeto e confiança, devem conquistar a adesão e o engajamento dos/as estudantes em seu próprio processo de formação. Em tais relações e práticas, a ação das agentes educativas deve guardar, pois, semelhanças com a ação das mulheres no lar, como educadoras de crianças ou adolescentes. (LOURO, 1997, p. 88).

A segregação de gênero no mundo do trabalho também atribui ao homem a função de maior importância e prestígio, enquanto as atividades exercidas pelas mulheres não possuem o reconhecimento social. Conforme Leal (2015, p. 11), o “discurso jornalístico serve à reprodução de estereótipos que vêm, ao longo da história, destinando as mulheres a uma posição subalterna”. Apesar de socialmente as mulheres estarem subjugadas no mundo do trabalho, elas ainda são desafiadas a possuir uma performance exemplar, em razão de que:

[...] as mulheres são subjugadas pelas exigências da performance e da adequação a um padrão de feminilidade tradicional e, ao mesmo tempo, são convocadas a tornarem-se líderes e poderosas em seus postos de trabalho. Reconhecer a complexidade desses fluxos de poder confere instrumentos para problematizar os ideais de sucesso e de liberdade presentes na mídia. (LEAL, 2015, p. 11).

Na atualidade as mulheres não têm se conformado em atuar somente em profissões vistas socialmente como femininas e, segundo Oliveira (2014), essa crescente conquista pode ser atribuída aos movimentos feministas, que têm encabeçado a luta pela igualdade de gêneros em todos os âmbitos da sociedade. O avanço das mulheres em diversas esferas sociais é uma

realidade, mas ainda é considerada tímida se ponderarmos o número de mulheres que conseguiram se inserir em profissões que são costumeiramente ocupadas por homens, como aponta Oliveira (2014) que:

No Brasil, entretanto, a baixa representatividade feminina nas áreas tecnológicas destacadas neste estudo ainda é uma realidade no contexto da educação para o trabalho, mesmo tendo havido, nos últimos tempos, uma profunda e abissal mudança na vida das mulheres. É fato que vivenciamos uma época em que elas pilotam aviões comerciais, estão em altos postos das forças armadas e podem, por exemplo, servir na linha de frente ao lado dos homens em países como os Estados Unidos da América ou ser a Presidenta da República, como no Brasil. (OLIVEIRA, 2014, p. 27).

Como se não bastassem todos os desafios já apontados, que as mulheres enfrentam para se inserir no mundo do trabalho, Oliveira (2014, p. 27) relata a existência de um discurso que pondera uma suposta “inferioridade física das mulheres em relação aos homens. Isto costuma ocorrer tanto no contexto da educação profissionalizante do nosso país como no do mercado de trabalho”.

É neste cenário que surge a necessidade de continuarmos estudando as questões relacionadas às divergências do gênero, pois tais discussões podem contribuir para descortinar a realidade em que todas as mulheres estão inseridas. Nesta perspectiva, destacamos a importância de desvincular as questões de gênero aos ditos comportamentos que foram normalizados em âmbito social, a fim de que os estereótipos sejam evitados e não entendidos como uma verdade única. E nesse processo destacamos o papel fundamental que a escola exerce na vida do aluno, uma vez que a construção da feminilidade no contexto escolar deve ser realizada mediante perspectiva crítica, livrando-se de estereótipos que são considerados heranças do patriarcado.

Outro ponto a considerar é que as relações de gênero predominantes na cultura não são entendidas como modelos fixos e podem se deslocar conforme as disputas sociais. Para isso, precisamos compreender que as características predeterminadas do fato de ser mulher também não são modelos fixos, ao contrário, elas podem ser alteradas por meio de lutas, pesquisas científicas e capacitação dos professores.

As pedagogias culturais de gênero que estão inseridas no ambiente escolar são responsáveis por auxiliar a formação da identidade do aluno. Neste contexto, constituir identidades livres de diferenças baseadas em gênero torna-se sinônimo de construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos os seres humanos.

## 2.2 Modalidades da divisão sexual do trabalho: a segregação vertical e a horizontal

Historicamente, tanto homens quanto mulheres desempenham papéis que foram previamente determinados pela sociedade. Posto isto, as categorias de gênero (feminino e masculino) não podem ser entendidas apenas em referência a seres com diversidades no aspecto da biologia, pois suas divergências pairam pelo âmbito da separação social, visto que cada gênero integra grupos separados dentro da mesma sociedade.

Nesta perspectiva, Hirata e Kér goat (2007) descrevem que a primeira divisão sexual do trabalho que se tem notícia é a divisão entre a produção de bens serviços e da reprodução social. Assim, ao homem foi imputado o papel de provedor familiar, cabendo a ele o trabalho remunerado e de prestígio, enquanto para a mulher foi atribuído o papel de cuidado com a casa e com os filhos, ou seja, o trabalho não reconhecido e não remunerado. Outro ponto que precisa ser considerado na divisão sexual do trabalho é que o trabalho do gênero masculino era público enquanto o trabalho do gênero feminino era privado e realizado dentro do lar.

Entretanto, as transformações sociais impactaram diretamente os papéis atribuídos tanto ao gênero feminino quanto ao masculino, sendo possível citar, como exemplo dessas alterações, as variações no cenário socioeconômico e cultural, além do movimento feminista no século XX, como resultado da fragilização dos papéis atribuídos ao masculino provedor e a mulher cuidadora. É importante mencionar que inúmeros esforços foram exercidos para que essa divisão sexual do trabalho se perpetuasse na sociedade. Para tanto, temos argumentos de ordem social, religiosa e até mesmo biológica, sendo importante considerar que:

Interpretações biológicas buscaram legitimar a divisão sexual do trabalho, argumentando que a distinção entre trabalho masculino e feminino seria consequência de fatores inerentes à "natureza" dos homens e das mulheres. O homem, idealizado como provedor da família, foi designado para o trabalho da produção e a mulher, designada para o trabalho de reprodução, ocorrendo uma separação entre o público (masculino) e o privado (feminino). As delimitações de espaço laboral masculino e feminino, entretanto, não são fixas, pois sociedades e épocas diferenciadas podem ter concepções distintas daquilo que é mais "apropriado" para homens e mulheres. Essa divisão, na realidade, também não se concretiza de forma homogênea, pois tanto homens quanto mulheres podem desempenhar tarefas ligadas à reprodução da vida ou ao setor produtivo. (STANCKI, 2003, p. 2-3).

Não obstante, Kér goat (1996) vem na contramão dos conhecimentos supramencionados, ao ponderar que a categorização de gênero na sociedade não possui fundamento nas ciências biológicas e sim nas construções sociais. Portanto, essas relações são reproduzidas no mundo do trabalho, pois:

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas são antes de tudo construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa: divisão sexual do trabalho. (KÉRGOAT, 1996 p. 1).

Outro aspecto importante é que o fato de a mulher estar inserida no mercado de trabalho não altera o desequilíbrio das funções atribuídas ao gênero, pois agora a mulher acumula a responsabilidade de provisão familiar em conjunto com o homem, porém as funções de reprodução e cuidado com o lar, na maioria das vezes, continuam como responsabilidade exclusiva da mulher (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007).

Hirata e Kérgoat (2007) mencionam que a divisão sexual no trabalho se baseia em dois pilares divergentes que são a aceção sociográfica e as variações no tempo e no espaço. Elas salientam que:

Trata-se, de um lado, de uma aceção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. (HIRATA; KÉRGOAT, 2007, p. 2).

Estudar a divisão sexual do trabalho é entender as desigualdades nas relações profissionais entre homens e mulheres. Hirata e Kérgoat (2007) ainda ressaltam que a divisão no trabalho ocorreu com o intuito divergir as atividades que poderiam ser exercidas por homens e por mulheres, demonstrando assim o poder do gênero masculino sobre o feminino. Nesta perspectiva, Kérgoat (1996) afiança que:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...) (KÉRGOAT, 1996, p. 1).

A divisão sexual do trabalho é uma estrutura social muito bem estabelecida que atribui a cada a sexo/gênero o labor que este deve executar. Stancki (2003, p. 3) relata que os homens no exercício das “atividades masculinas lembram atributos como força física, raciocínio lógico, habilidade em comando, entre outras características ‘masculinas’”; enquanto as

mulheres, ao desempenharem “atividades femininas lembram atributos como paciência, atenção, destreza ou minúcia, entre outras características ‘femininas’”.

Salienta-se que os papéis atribuídos aos gêneros (masculino e feminino) não são naturais, eles são perpetuados mediante os conhecimentos culturais, tanto no âmbito familiar quanto no âmbito escolar, podendo ser modificados à medida que a sociedade compreenda que homens e mulheres podem executar todas as atividades de labor existentes. Assim, a diferença entre os gêneros imposta pela sociedade pode ser diminuída até se tornar escassa, à medida que ocorre a apropriação dos conhecimentos aqui abordados.

Destaca-se que as relações entre os gêneros, tanto no mundo do trabalho quanto na esfera social, produzem e reproduzem as diferenças entre os papéis e as funções atribuídas aos mesmos. Logo, as relações entre o feminino e o masculino, além de serem desiguais, são marcadas por hierarquização, exploração e opressão. Estas características encontradas no seio da sociedade devem ser entendidas como uma herança ainda vigente do patriarcado.

Apesar da segregação no mundo do trabalho, as mulheres não têm se conformado com sua colocação predefinida pela sociedade e então elas têm buscado sua colocação no mundo do trabalho assalariado, além de lutar por seus direitos de igualdade de oportunidade. Para Quirino e Fidalgo (2009), a ascensão das mulheres no mundo capitalista ocorreu nos últimos anos, nos diferentes cenários nacionais. Eles consideram que:

A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho capitalista, em diferentes contextos nacionais, sobretudo nos últimos 20 anos, pode significar, à primeira vista, uma conquista social, não só das mulheres em direção à igualdade de direitos e à cidadania plena, mas à emancipação de toda a sociedade (QUIRINO; FIDALGO, 2009, p. 14).

A colocação feminina no mercado de trabalho nas áreas afins deve ser entendida como uma grande conquista social dos direitos das mulheres, que são oriundos de uma luta de desigualdade velada, vivenciada dia após dia. Neste contexto, Hirata e Kérgea (2007, p. 2) afirmam que examinar a divisão sexual do trabalho é importante para “ir bem além da simples constatação das desigualdades”. Torna-se então necessário demonstrar que atrás de toda desigualdade existe a utilização de padrões e hierarquização que tentam justificar veladamente a divergência dos sexos, a fim de criar o que os autores chamam de “um sistema de gênero”.

A divisão de gênero no trabalho se orienta com base em dois princípios. O primeiro é o da separação das atividades laborais, nas quais se compreende que existem funções que são socialmente pensadas para as mulheres executarem e outras que são destinadas socialmente aos homens. O segundo princípio é o da hierarquização, no qual o trabalho dos homens se

sobrepõe em importância e salário sobre o das mulheres. Kér goat (1996) ainda ressalta que os dois princípios mencionados são entendidos como formas de os homens exercerem o poder e domínio sobre as mulheres (herança do patriarcado). Ademais, a segregação entre os gêneros não ocorre somente na esfera do trabalho, mas também na dimensão sociocultural, encontrando guarida nas crenças, valores éticos e morais que são responsáveis por formarem o padrão estereotipado do feminino e masculino.

Fica demonstrado, então, que a mulher, para se inserir no mercado profissional e conseguir sua ascensão, passa por inúmeras barreiras por muito tempo consideradas intransponíveis, as quais são identificadas como segregação horizontal e segregação vertical no mundo do trabalho. Para Olinto (2011), a segregação horizontal é entendida como um instrumento social que está inserido no âmbito da sociedade de forma discreta (velada) e que conduz a mulher a escolher caminhos predeterminados, pois ela se vê forçada a:

[...] fazer escolhas e seguir caminhos marcadamente diferentes daqueles escolhidos ou seguidos pelos homens. Sobretudo pela atuação da família e da escola, as meninas tendem a se avaliar como mais aptas para o exercício de determinadas atividades e a estabelecer para si mesmas estratégias de vida mais compatíveis com o que consideram ou são levados a considerar como mais adequados para elas (OLINTO 2011, p. 69).

Tanto Hirata e Kér goat (2007) quanto Olinto (2011) tratam da divisão sexual do trabalho, mas utilizam terminologias diferentes quando se trata da evolução feminina no espaço profissional. Assim, faz-se necessário analisar a temática na visão destes autores, com o intuito de compará-las e melhor entender este fenômeno social.

Segundo Hirata e Kér goat (2007), a segregação horizontal é entendida como o princípio da separação, num contexto em que as próprias mulheres, mediante suas escolhas, acabam por se segregarem profissionalmente, ao optar por profissões que são vistas socialmente como femininas. Com isso, há o reforço do princípio da separação, uma vez que existem profissões tidas socialmente como masculinas ou como femininas. Já Olinto (2011) considera que as profissões são divididas por gêneros, independentemente da escala social, intelectual e racial e que, portanto, a segregação profissional está inserida na divisão do trabalho entre o feminino e o masculino, baseando-se na suposta “naturalidade” do gênero. A autora afirma que:

A segregação vertical é um mecanismo social talvez ainda mais sutil, mais invisível, que tende a fazer com que as mulheres se mantenham em posições mais subordinadas ou, em outras palavras, que não progridam nas suas escolhas profissionais. Estudos que abordam a segregação vertical têm se valido de termos como ‘teto de vidro’, indicando os processos que se

desenvolvem no ambiente de trabalho que favorecem a ascensão profissional dos homens. (OLINTO, 2011 p. 69).

Para Hirata e Kérgeat (2007), a chamada segregação vertical nada mais é do que o princípio da hierarquização, no qual a profissão masculina possui poder e domínio sobre a profissão feminina. Nesta perspectiva, salientam-se os ensinamentos abarcados por Steil (1999), ao afirmar que as mulheres são a maioria no mercado de trabalho em âmbito mundial. Já no Brasil essa estatística não é diferente, porém não existe uma estatística das mulheres que ocupam áreas de alta hierarquia. A autora faz menção ao fenômeno “teto de vidro”, que se compara a segregação vertical de Olinto (2011) e o princípio da hierarquização de Hirata e Kérgeat (2007). Para melhor explanação do assunto, analisa-se o conceito abarcado por Steil (1997) com o intuito de demonstrar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para conquistar o ápice profissional:

O conceito teto de vidro foi produzido na década de 1980 nos Estados Unidos para descrever uma barreira que, de tão sutil, é transparente mas suficientemente forte para impossibilitar a ascensão de mulheres a níveis mais altos da hierarquia organizacional. Tal barreira afetaria as mulheres como grupo, impedindo avanços individuais exclusivamente em função do seu gênero. (STEIL, 1997, p. 62-63).

Assim, a segregação vertical (teto de vidro/hierarquização), apesar de ocorrer de forma velada, tem impedido inúmeras mulheres de se inserirem em profissões que são tidas como masculinas, justamente pela falta de oportunidades depois de sua formação. É neste cenário que surge a necessidade de estudar a verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas, para melhor compreender como se encontra esta realidade vivenciada pelo público feminino na atualidade.

### **2.3 Mulheres na ciência: um desafio a ser superado**

A história nos revela que ao longo dos anos as mulheres foram designadas para o ambiente privado ou doméstico, sendo responsáveis pelo cuidado do marido, dos filhos e do lar, enquanto os homens foram destinados ao ambiente público para laborar e trazer o sustento para casa. O afastamento do espaço público extraiu da mulher, durante anos, inúmeras possibilidades de se inserirem tanto na academia quanto no mercado de trabalho.

A narrativa construída de que as mulheres não eram capazes de fazer ciência perdurou durante séculos e, infelizmente, nos dias atuais ainda é possível encontrar mulheres que

repetem esses comportamentos. Para melhor elucidação, analisemos o que propõe a historiadora e pesquisadora de gênero Scott:

Explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. (SCOTT, 1995, p. 75).

O acesso à educação tardia deve ser compreendido como um dos motivos impeditivos da inserção das mulheres na ciência. Tal afirmativa é confirmada pela análise histórica que retrata a ciência como um ambiente predominantemente masculino, além de impróprio para mulheres até as primeiras décadas do século XX (CHASSOT, 2017).

Importante mencionar que a quebra deste paradigma se inicia na segunda metade do século XX, por causa da necessidade existente de recursos humanos na área da ciência, cumulada com o movimento feminista que encabeçou a luta pela igualdade de direitos entre gêneros, que obteve como resultado o início da inserção das mulheres na ciência, contrariando os preceitos sociais.

Schienbinger (2001) descreve que a primeira obra detalhada a respeito da participação da mulher na ciência foi escrita por H. J. Mozans, em 1913, com o título de *Women in Science*, tendo como objetivo o convite às mulheres para atuar no empreendimento científico. Esta obra foi considerada um marco, pois com base nesta literatura iniciou-se um movimento considerado embrionário de inserção da mulher na ciência, que só ganhou destaque na década de 1980.

Outro aspecto a considerar é a tentativa fracassada de se provar, por meio dos conhecimentos biológicos existentes no século XIX, que as mulheres não possuíam condições físicas e psíquicas para fazer ciência. Esta tentativa frustrada era uma forma de justificar a ausência da mulher no campo da ciência, como reflete Schiebinger (2001):

A história de Mozan era uma tentativa apaixonada de mostrar que seja o que for que as mulheres tenham conseguido na ciência foi através de ‘desafio aos códigos convencionais que as compelia a confinar suas atividades às tarefas rotineiras dos afazeres domésticos’. Ele também fornecia um sumário de discussões sobre a capacidade das mulheres de fazer ciência, concentrando-se amplamente em tentativas de craniologistas do século XIX de provar que o cérebro feminino era muito pequeno para o raciocínio científico. (SCHIEBINGER, 2001, p. 57).

Com base nesses pressupostos, Fabiola Rohden (2001, p. 15) acrescenta que “a diferença física entre os sexos é expressa desde os ossos até o cérebro, passando pela pele, pelos músculos e pelas fibras. O corpo masculino é quase sempre descrito como superior em relação ao feminino”. Assim, os pesquisadores que tentavam provar essa tese, amparada na biologia, defendiam que o corpo da mulher era formado com o intuito de gerar novas vidas e atribuíam a este corpo feminino características associadas à maternidade, reprodução, delicadeza, falta de inteligência, entre outras.

Outro ponto determinante, e que deve ser combatido na atualidade, é a compreensão equivocada de que as mulheres não possuem habilidades/inteligência adequadas para o campo da ciência. Tal argumento é facilmente derrotado ao percebermos que o Prêmio Nobel da Ciência já foi vencido por mulheres, porém este mesmo prêmio é também responsável por revelar a predominância masculina nesta área, tendo em vista que:

Entre os laureados em um universo de quase 500 nomes, 4 premiados nas áreas das Ciências, há 12 mulheres [dos 174 premiados em Física, há duas mulheres laureadas, ambas divididas com homens; dos 148 em Química, três são mulheres, sendo que em 1964 uma o recebeu sozinha; dos 178 em Medicina ou Fisiologia, sete são mulheres, sendo que apenas em uma (1983) oportunidade foi obtido sozinha]. [...] Além destas 12 mulheres laureadas, há outras 20 premiadas: nove em Literatura e 11 na Paz. O Prêmio Nobel de Economia – o único mais recente, pois começou em 1969 – ainda não agraciou a nenhuma mulher. Merece uma referência muito especial Marie Slodowska Curie (1867-1934), que ostentou, por quase três quartos de século, uma situação ímpar, não detida por nenhum homem: foi contemplada com dois Prêmios Nobel de Ciência, pois recebeu Nobel de Física em 1903, juntamente com seu esposo Pierre Curie (1859-1906) e Henri Becquerel, e o Nobel de Química, em 1911, pela descoberta do polônio e do rádio e pela contribuição no avanço da Química. Vale ainda referir que Irène Joliot-Curie (1897-1956) laureada com o Nobel de Química em 1935, juntamente com seu esposo Frédéric Joliot-Curie (1900-1958) é filha de Marie e Pierre Curie (CHASSOT, 2017, p. 15).

Os dados supramencionados nos instigam a pensarmos qual é o lugar que a mulher está ocupando na ciência, pois evidencia-se que a análise da vida feminina deve ser pensada sempre se valendo de conceitos históricos, culturais e religiosos, que são responsáveis por estabelecer qual é o local que a mulher poderá ocupar na sociedade.

Ademais, a maioria das mulheres que ganharam o Prêmio Nobel estava-acompanhada de homens, confirmando o comportamento de subalternidade da mulher, abrindo o precedente para questionamentos a respeito da habilidade feminina na ciência.

É mister mencionar que houve um tempo em que as mulheres necessitaram, sim, da chancela dos homens para reconhecer os seus trabalhos na ciência. Para Cortes (2018), muitas

mulheres se valerem de pseudônimo para publicar suas pesquisas, a fim de que o seu gênero não as impedisse de uma verdadeira análise do conteúdo que estava sendo publicado.

As discussões de gênero em todos os âmbitos da sociedade perpassam pela necessidade de aprovação e chancela do homem ao comportamento da mulher. Essa é uma das principais lutas femininas, pois a mulher precisa ser entendida como um sujeito capaz de direito e de deveres e que está em pé de igualdade com o homem, não necessitando da chancela aprovação para efetuar suas atividades.

Neste cenário, Sylvia Miguel (2016) analisa a triste realidade da segregação feminina no ambiente científico e ressalta que as mulheres cientistas atribuem as dificuldades vivenciadas à sua própria falta de eficiência, repetindo assim comportamentos sociais que foram impostos pela sociedade machista.

Outro aspecto relevante é que a suposta “falta de eficiência” da mulher não está relacionada com a ausência de habilidades, e sim com a falta de tempo para se dedicar aos estudos e desenvolvimento da carreira profissional. Diferentemente do que ocorre com a maioria dos homens, as mulheres costumam dividir o tempo de estudos e carreira profissional com o cuidado e educação de crianças e adolescentes, com os cuidados de pessoas idosas e enfermas, e, em geral, é a principal responsável pelas atividades domésticas. Muitas vezes as mulheres não têm com quem compartilhar tais responsabilidades e essa sobrecarga as impede de serem promovidas profissionalmente.

Pondera-se que ninguém nasce cientista, quer seja homem, quer seja mulher. O que torna a pessoa cientista são os estímulos recebidos desde a tenra infância, que vão construindo as múltiplas identidades. Nesta perspectiva, os meninos são estimulados ao raciocínio lógico e matemático, a ter direção, equilíbrio e coordenação motora, pois suas brincadeiras versam sobre carrinhos, bola, bicicletas etc. Enquanto as meninas, desde o início de suas vidas, são ensinadas a cuidar de bonecas (maternar), fazer comidinhas e a viver o seu mundo de faz de conta no ambiente doméstico (GALVÃO, 2020). Ao chegar no período escolar, essa menina terá menos habilidades de raciocínio lógico, cujas habilidades são necessárias para atuar na área das ciências exatas, por falta de estímulos, e não em razão de fatores biológicos, ou por ter nascido com um corpo feminino.

É impressionante como os conhecimentos sociais e culturais influenciam as mulheres em pleno século XXI. A ciência, sobretudo por meio dos estudos feministas, tem mostrado que o gênero não define as habilidades das pessoas, por não se tratar de um aspecto biológico, e sim cultural. Ao refletir sobre gênero, Meyer e Soares (2005) salientam que:

[...] a partir das abordagens feministas pós-estruturalistas, é entendido como uma construção social, cultural, histórica e linguística, produto e efeito de relações de poder, incluindo os processos que produzem mulheres e homens, distinguido-os e separando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade. (MEYER; SOARES, 2005, p. 16).

Para Gonçalves (2009, p. 26), “gênero é um construto social relacionado à forma como historicamente os grupos sociais foram criando e efetivando os padrões de comportamentos para ambos os sexos”. E este processo ocorre desde a infância, sobretudo por meio dos brinquedos e brincadeiras que culturalmente são direcionados às meninas e aos meninos. Um estudo realizado por Fiaes, Marques, Cotrim e Bichara (2010, p. 32) baseia-se em diversas pesquisas nacionais e internacionais para afirmar que os “estudos sobre o uso do espaço para brincadeiras em ambientes abertos têm evidenciado que meninos e meninas apresentam diferenças na preferência por determinadas áreas, se organizam geralmente de forma segregada e realizam brincadeiras diferentes”. Nesse contexto, “os lugares usados pelas crianças são estruturados por gênero e muitas diferenças medeiam à utilização diferenciada de meninos e meninas”.

Fiaes *et al.* (2010, p. 32) destacam ainda que os meninos costumam utilizar territórios amplos, gostam de “espaços abertos e executam brincadeiras com muita movimentação, enquanto as meninas preferem ambientes internos ou delimitados e realizam brincadeiras mais concentradas”. Ou seja, já desde a infância, as crianças são educadas de forma diferente na utilização dos espaços sociais e os meninos se acostumam a se apropriar dos diversos lugares, enquanto as meninas são condicionadas a permanecer mais em ambientes privados. Na idade adulta não é diferente, pois as mulheres têm mais dificuldades de ocupar alguns espaços sociais, especialmente associados ao poder, do que os homens, que já estão familiarizados com esses lugares, desde a fase da infância.

Na atualidade, o movimento feminista, em sua quarta onda, tem utilizado a *internet* como uma ferramenta de divulgação dos estudos feministas e propagado que as mulheres têm a possibilidade de escolher quais os lugares elas querem estar e que elas não devem ser preteridas por questões de gênero, afinal esse é um direito constitucional da mulher brasileira.

Entretanto, a realidade do nosso país não é diferente do cenário instalado no mundo e, apesar de as mulheres terem se inserido no campo das ciências, elas ainda estão em pequeno número, tanto no âmbito acadêmico, quanto na execução do labor. Nesta perspectiva, Galvão (2020) considera que é importante haver a representatividade feminina nas ciências e pondera:

Diante das dificuldades encontradas pela mulher para ingressar o campo da Ciência, historicamente construído, e até hoje, apesar dos avanços inegáveis

relativos ao ingresso da mulher na academia, ainda há uma preferência em escolher homens para cargos de grande reputação da ciência. Para que a situação possa mudar, é necessário começar do início, possibilitando uma educação que quebre modelos pré-concebidos para estimular as meninas a serem agentes na escolha de suas profissões, independentemente das opiniões de suas famílias ou da sociedade. É possível dizer que não existe uma forma única de entender as diferenças de representatividade sem considerar o contexto social e cultural em que as pessoas estão inseridas, afinal a academia reproduz as práticas e os discursos que constituem a sociedade e isso promove efeitos diferentes sobre as escolhas de homens e mulheres relativas a suas carreiras. Posso então pressupor que a academia mantém o viés sexista que a sociedade apresenta e, dessa forma, é necessário que haja uma maneira mais adequada para lidar com as relações de gênero dentro do universo da Ciência, a contribuição das mulheres pode modificar de forma positiva esse universo, trazendo um olhar mais atento, curioso, receptivo, sensível e comunicativo para a Ciência (GALVÃO, 2020, p. 57).

Apesar do processo de inserção da mulher na ciência ser lento, não podemos desprezar os esforços que foram realizados para que hoje as mulheres tenham a liberdade de escolher em quais áreas elas querem e podem atuar. É claro que esta escolha, em boa parte, se faz por meio de preconceito tanto dos familiares, quanto dos colegas de trabalho, mas o preconceito não pode continuar oprimindo as mulheres, como ocorreu no passado.

Leta (2014) comenta sobre a existência de inúmeros estudos nacionais e internacionais, os quais apontam que mulheres cientistas tendem a ser menos produtivas que os homens, sejam em publicações, nas patentes ou ainda em outros tipos de produção. Entretanto, analisar friamente apenas os números de publicações, patentes e produções das mulheres em relação aos homens é corroborar com o pensamento de subalternidade feminina, pois sabemos que ambos não têm igualdade de condições para exercer seus trabalhos e nem a mesma remuneração. A autora ainda argumenta:

Fato é que persiste na ciência do século XXI a ideia de mulheres como atores “inferiores” ou de menor desempenho na atividade e, portanto, estas têm menos mérito, prestígio, menos possibilidades de ascender na carreira, o que corrobora, ainda mais, seu papel inferior. Como, então, é possível interromper este ciclo? Esta é uma questão que, aparentemente, não tem uma resposta única nem simples. É um desafio que deve ser enfrentado não apenas por mulheres cientistas, mas, sobretudo, por seus pares homens, que também devem ser sensibilizados para a relevância de se criar uma ciência mais humana, livre das transformações causadas pelos séculos de exclusão de mais da metade da humanidade, as mulheres. (LETA, 2014, p. 14).

Ao tentar superar o contexto social das mulheres nas ciências e buscar modificar as dificuldades vivenciadas pelo público feminino, o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

publicou um edital em 11 de fevereiro de 2021 visando selecionar a participação de meninas e mulheres em pesquisas científicas. Essa iniciativa possui o objetivo de:

2.1.1 combater a evasão, que ocorre principalmente nos primeiros anos, das estudantes dos cursos de ensino médio técnico e de graduação nas áreas de ciências exatas, engenharias e computação.

2.1.2 apoiar projetos que visem estimular a formação de meninas e mulheres nas várias áreas da pesquisa aplicada, em especial nas ciências exatas, engenharias e computação, despertando o interesse vocacional das estudantes do ensino médio técnico e do ensino superior para profissões vinculadas a essas áreas e para a pesquisa científica e tecnológica; e

2.1.3 apoiar projetos voltados à pesquisa aplicada que visem contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação, por meio do estímulo à participação e à formação de meninas e mulheres na ciência, em especial nas áreas de ciências exatas, engenharias e computação. (IFMS, 2021, p. 01).

Importante mencionar que as propostas que fossem selecionadas por este edital poderiam ter suas pesquisas financiadas com um aporte global de até R\$57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), devendo R\$ 9.000,00 (nove mil reais) serem gastos com itens de custeio, enquanto os R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) deveriam ser destinados para bolsas de pesquisa.

Sabemos que esse projeto idealizado pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul não é a solução para toda a problemática que já foi abordada. Mas ele tem incentivado meninas e mulheres a se inserirem na ciência, buscando modificar as condições sociais e materiais no estado de Mato Grosso do Sul. Esta iniciativa visa quebrar o paradigma que tem rondado muitas mulheres que escolhem atuar na área científica, demonstrando que as mulheres, além de poder atuar no campo das ciências exatas, também possuem as habilidades necessárias para realizar o labor para o qual elas se prepararam e escolheram.

Se as instituições entendessem a problemática que envolve os baixos índices de ocupação das mulheres na ciência e, além de entenderem, se posicionassem com o intuito de alterar o quadro existente no Brasil, certamente as mulheres que decidiram atuar nesta área enfrentariam menos dificuldades materiais e se deparariam com menos portas que se fecham, quando se trata das questões de gênero.

### **3. PROCESSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Esta seção possui como finalidade demonstrar quais os processos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. Do mesmo modo, evidenciaremos o *locus* da investigação, as características dos cursos estudados, os instrumentos utilizados para o levantamento de dados e o perfil das discentes e professoras participantes da pesquisa.

#### **3.1 A verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas como possibilidade de investigação no campo educacional**

O presente trabalho foi realizado utilizando os componentes teóricos de uma investigação que compreende a delimitação do problema investigado, os objetivos que deverão ser evidenciados, além da revisão bibliográfica, que busca demonstrar a importância da realização do estudo. A pesquisa é considerada de natureza básica, conforme Appolinário (2011), uma vez que busca dar fundamentos para novas pesquisas, contribuindo significativamente com o tema da verticalização feminina, além do discurso de igualdade de gênero. Quanto a natureza da pesquisa, é considerada qualitativa pois, segundo Minayo (2016), trata-se de uma análise a respeito da realidade, trabalhando com o universo dos significados das ações e relações humanas.

Para a realização da pesquisa empírica, realizamos um levantamento junto à secretaria acadêmica do IFMS Campus de Corumbá, para identificar quantas discentes estão matriculadas no curso Técnico Integrado em Metalurgia (ensino médio) e no curso de Tecnologia em Processos Metalúrgicos (ensino superior). A intenção foi verificar quantas mulheres já verticalizaram, ou seja, já concluíram o curso de nível médio e estão frequentando ou já concluíram o curso de graduação na mesma área do conhecimento. Também foi verificado o quadro de docentes que trabalham em ambos os cursos, quantos são homens professores e quantas são as mulheres professoras, as quais participaram etapa seguinte da pesquisa, pois a intenção é priorizar somente participantes do gênero feminino.

A presente pesquisa é considerada exploratória, conforme Cervo, Bervian e Da Silva (2007), pois o pesquisador busca desmistificar a problemática, tornando-a explícita, com o intuito de construir inúmeras hipóteses sob os dados levantados. A metodologia utilizada baseia-se em duas técnicas investigativas muito utilizadas pela metodologia científica, a saber: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica foi pautada nos estudos de gênero, especialmente por autoras e autores como Saffioti (1994), Louro (1997), Hirata (2002), Oliveira (2014) e Alves (2017), entre outros. A pesquisa de campo foi realizada com base em um levantamento de dados junto ao IFMS, para verificar a quantidade de discentes matriculadas e de professoras que atuam nos dois cursos técnicos, um de ensino médio e outro de ensino superior. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas (GIL, 1999), que foram gravadas por meio do *Google Meet*. O uso da ferramenta se fez necessário pela dificuldade de gravar entrevistas presenciais, no contexto da pandemia causada pelo novo Coronavírus Sars-Cov-2, que pode provocar a COVID-19.

Em relação ao problema da pesquisa, ressalta-se que o estudo buscou encontrar possíveis respostas para a seguinte indagação: como ocorre o processo de verticalização das mulheres, em profissões vistas socialmente como masculinas, no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá, segundo a perspectiva de professoras e alunas dos cursos de Técnico Integrado em Metalurgia e de Tecnologia em Processos Metalúrgicos?

Com base nessa questão norteadora, emergiu o objetivo geral da pesquisa, que consistiu em: averiguar como ocorre a verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá, segundo a perspectiva de professoras e alunas dos cursos de Técnico Integrado em Metalurgia (de ensino médio) e de Tecnologia em Processos Metalúrgicos (de ensino superior).

Quanto aos objetivos específicos, com a realização da pesquisa pretendeu-se: a) identificar os motivos que originam as escolhas femininas por profissões vistas socialmente com masculinas; b) analisar a existência de dificuldades vivenciadas pelas mulheres participantes da pesquisa no processo de verticalização feminina em profissões vistas socialmente como masculinas no IFMS Campus de Corumbá; e c) discutir a importância de as mulheres se inserirem em todas as áreas do mercado de trabalho, inclusive em profissões tidas como masculinas.

### **3.2 O *locus* da pesquisa: Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Corumbá**

O IFMS Campus de Corumbá teve seu marco inicial no segundo semestre do ano 2010, com sua sede provisória localizada na Rua Delamare, nº 1.557, Centro. Importante

mencionar que estas instalações foram cedidas pela Prefeitura Municipal de Corumbá, enquanto as adaptações necessárias foram realizadas pela própria instituição.

Inicialmente, os cursos que foram ofertados possuíam as modalidades à distância, pois eram uma parceria do IFMS com o Instituto Federal do Paraná (IFPR). Com o advento da Portaria nº 79, de 28 de Janeiro de 2011, o Campus de Corumbá obteve a autorização do Ministério da Educação (MEC) para iniciar suas atividades. Assim, iniciaram as ofertas pelos cursos técnicos integrados em Informática, Metalurgia e Manutenção e Suporte em Informática. Logo depois foi ofertada a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

Foi no ano de 2011 que ocorreu a ampliação de ofertas dos cursos técnicos à distância, estendidos ao município vizinho, Ladário. Neste mesmo ano também foi iniciada a primeira graduação do Campus, o curso superior em Tecnologia em Análises e Desenvolvimento de Sistemas.

Em 2012 deu-se início aos cursos de qualificação profissional, provenientes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Outro marco importante deste mesmo ano foi a primeira edição da Feira de Ciências e Tecnologias do Pantanal (Fecipan), na qual alunos de todas as escolas públicas e privadas se reúnem para apresentar seus trabalhos científicos.

Saliente-se que a ampliação dos cursos ofertados ocorreu nos anos seguintes por meio dos programas da Rede e-Tec Brasil (educação à distância) e Pronatec (qualificação profissional), tanto no município de Corumbá como no de Ladário. Contudo, foi no ano de 2015 que o Campus iniciou o seu segundo curso de graduação, o de Tecnologia em Processos Metalúrgicos.

É importante destacar que, em 2015, o curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas obteve a maior nota do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), em que foram analisados os cursos da mesma área oferecidos no país.

Outra conquista ocorreu no ano de 2018, quando foi inaugurada a sede administrativa e de ensino considerada definitiva do Campus de Corumbá, localizada na Rua Pedro de Medeiros, sem número, Bairro Popular Velha.

Atualmente, o Campus já oferta o curso de especialização em Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica, destinado tanto a servidores da instituição quanto ao público externo.

Por fim, destacamos que todas as informações mencionadas possuem caráter público, visto que se encontram disponíveis para consulta no site da própria instituição (IFMS, 2022).

### 3.3 Caracterização dos dois cursos pesquisados

A pesquisa de campo ocorreu no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá, sendo considerados como profissões tidas como masculinas o curso de nível médio denominado Técnico Integrado em Metalurgia e o curso de graduação intitulado Tecnologia em Processos Metalúrgicos, conforme Figuras 1 e 2.

**Figura 2 – Curso Técnico Integrado em Metalurgia – IFMS Campus de Corumbá**

The screenshot shows the website for the Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campus Corumbá. The page is titled 'Curso Técnico Integrado em Metalurgia'. It features a navigation menu on the left with options like 'Página Inicial', 'CURSOS', and '«Técnico Integrado'. The main content area includes a header with the course name, a banner image of a metalworking process, and a descriptive text about the course profile. The text states that the course prepares students for work in various industries like mining, metallurgy, and automotive, and that it covers the entire production process from extraction to metal transformation.

Fonte: Site do IFMS, Campus de Corumbá, 2021.

**Figura 3 – Curso de Tecnologia em Processos Metalúrgicos – IFMS Campus de Corumbá**

The screenshot shows the website for the Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campus Corumbá. The page is titled 'Tecnologia em Processos Metalúrgicos'. It features a navigation menu on the left with options like 'Página Inicial', 'CURSOS', and '«Graduação'. The main content area includes a header with the course name, a banner image of a metalworking process, and a descriptive text about the course. The text states that the course forms professionals for work in various industries like mining, metallurgy, and automotive, and that it covers the entire production process from extraction to metal transformation. It also mentions that the student acquires knowledge for equipment selection, manufacturing methods, management, control, and commercialization of metallurgical processes. The area of work includes companies in the metallurgical branch, industries involved in the casting of metallic alloys, and injection of aluminum, steel, and titanium alloys, and companies in electroplating.

Fonte: Site do IFMS, Campus de Corumbá, 2021.

O curso Técnico Integrado em Metalurgia, de ensino médio, tem a duração de 3 (três) anos ou 6 (seis) semestres, e o recorte temporal para a realização da pesquisa foi entre os anos de 2015 a 2019. Já o curso de Tecnologia em Processos Metalúrgicos, de ensino superior, tem

a duração de 4 (quatro) anos ou 8 (oito) semestres. A primeira turma iniciou em 2015, portanto, o recorte temporal da pesquisa compreende o período de 2015 a 2021, visto que a primeira turma só se formou em 2020 e nós utilizamos os dados das suas primeiras turmas.

Cabe salientar que os cursos pesquisados, Técnico Integrado em Metalurgia (técnico/médio) e Tecnologia em Processos Metalúrgicos (superior), apesar de serem da mesma área e possuírem graus de formação diferentes, ambos são entendidos como profissões vistas socialmente como masculinas, pois, como descrevem Sousa e Guedes (2016, p. 126), as profissões masculinas possuem como características “a virilidade que é associada ao trabalho pesado, penoso, sujo, insalubre, algumas vezes perigoso”. Assim, o labor após a formação nos cursos mencionados exigem que o profissional realize análises químicas, processos de fundição, ensaios mecânicos, forjamento, estampagem, laminação, trefilação, extrusão, entre outros.

### **3.4 Participantes da pesquisa**

Para o levantamento dos dados, inicialmente foi feito contato com o IFMS Campus de Corumbá e apresentada a Solicitação para Realização da Pesquisa (Apêndice I), a fim de obter alguns dados quantitativos, bem como realizar uma pesquisa empírica com algumas alunas e professoras dos cursos Técnico Integrado em Metalurgia e Tecnologia em Processos Metalúrgicos. Dessa forma, foram disponibilizadas, pela secretaria acadêmica do IFMS, as informações quantitativas solicitadas, relacionadas ao número de discentes com recorte de gênero das turmas entre 2015 e 2018, que concluíram entre 2018 e 2021, o curso Técnico Integrado em Metalurgia. Já no curso de Tecnologia em Processos Metalúrgicos analisamos as turmas de 2015 e 2016, que concluíram em 2020 e 2021.

Quanto à pesquisa qualitativa, inicialmente foi adotado como critério entrevistar seis mulheres, sendo duas discentes do curso de Técnico Integrado em Metalurgia (ensino médio), duas discentes do curso de Tecnologia em Processos Metalúrgicos (graduação) e duas professoras do eixo da metalurgia, atuantes em ambos os cursos do IFMS Campus de Corumbá. Entretanto, durante o processo de levantamento dos dados empíricos, foi possível gravar entrevista com apenas uma aluna do ensino médio, pois mesmo entrando em contato inúmeras vezes com algumas estudantes, elas se recusavam, por vergonha ou receio, ou aceitavam e protelavam as datas combinadas.

Diante das dificuldades mencionadas, foi feita a opção por considerar cinco mulheres entrevistadas para o presente estudo, sendo uma discente do ensino médio, duas discentes do

ensino superior e duas professoras atuantes nos dois cursos, Técnico Integrado em Metalurgia (ensino médio) e Tecnologia em Processos Metalúrgicos (graduação) do IFMS, Campus de Corumbá, MS.

Como instrumento para a coleta de dados, foi feita a opção por gravar entrevistas individualizadas com as participantes, com base em um roteiro previamente elaborado. De acordo com Guazi (2021, p. 3), “a entrevista semiestruturada se organiza em torno de questões estabelecidas previamente”, sendo considerado necessário e “importante construir um roteiro de entrevista com antecedência”. Ademais, “O roteiro consiste em um conjunto de questões que deverão ser realizadas durante a coleta de dados e serão feitas a todos os participantes”. Como para a realização desta pesquisa de mestrado havia dois grupos diferentes de mulheres participantes, ou seja, discentes e docentes, foram então elaborados previamente dois roteiros de entrevistas, um para as professoras (Apêndice V) e outro para as alunas (Apêndice VI), os quais foram utilizados no momento da gravação das entrevistas.

Cabe destacar que os nomes das entrevistadas, apresentados nesta dissertação, são fictícios, visto que esta é uma escolha das mesmas, pois estas mulheres se sentem mais seguras para compartilhar suas experiências por meio do anonimato. Ademais, essa postura atende ao que está previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado pelas participantes acima de 18 anos (Apêndice II); Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), assinado pelas alunas menores de 18 anos (Apêndice III); e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelos adultos responsáveis pelas participantes menores de 18 anos (Apêndice IV).

Na sequência, apresentamos o Quadro 3, com o perfil das participantes dessa pesquisa, buscando evidenciar as principais informações que legitimam o lugar de fala<sup>1</sup> das entrevistadas.

---

<sup>1</sup> A pesquisadora Djamila Ribeiro (2017, p. 58), no livro “O que é lugar de fala?”, enfatiza que “não há uma epistemologia demarcada sobre o termo lugar de fala especificamente, ou melhor, a origem do termo é imprecisa, acreditamos que este surge a partir da tradição de discussão sobre *feminist standpoint* – em uma tradução literal ‘ponto de vista feminista’ – diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial”. A autora complementa que o fato de alguns grupos sociais não poderem “acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas [...] O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”. (RIBEIRO, 2017, p. 64).

**Quadro 3: Perfil das participantes da pesquisa.**

	Nome	Idade	Professora Ou Aluna?	Verticalizou ou está em processo de verticalização?	Formação	Trabalha na área?	Cor/raça
1	Beatriz	21 anos	Estudante	Está em processo de verticalização	Técnico Integrado em Metalurgia (concluído) Tecnologia em Processos Metalúrgicos (cursando)	Sim	Parda
2	Bianca	22 anos	Estudante	Está em processo de verticalização	Técnico Integrado em Metalurgia (concluído) Tecnologia em Processos Metalúrgicos (cursando)	Sim	Negra
3	Patrícia	34 anos	Professora	Não	Tecnólogo em materiais IFRN Mestrado e Doutorado pela UFRN todos em segmentos de materiais	Sim	Branca
4	Amora	19 anos	Estudante	Não	Técnico Integrado em Metalurgia (cursando)	Não	Preta
5	Pâmela	54 anos	Professora	Sim	Técnico em Química. Engenharia Metalúrgica Mestrado e Doutorado na mesma área de metalurgia.	Sim	Negra

Fonte: Gianvecchio (2022).

Com o levantamento dos dados, a intenção foi analisar a verticalização feminina em profissões tidas como masculinas, segundo a perspectiva de mulheres que vivenciam esta realidade de trabalhar ou estudar em cursos profissionalizantes de ensino médio e/ou curso técnico superior e que são vistos pela nossa cultura como áreas de atuação profissional mais adequadas para os homens.

### 3.5 Proposta metodológica para análise de dados

Após o levantamento dos dados, obtidos tanto por meio das entrevistas gravadas com as discentes e professoras dos cursos Técnico Integrado em Metalurgia (nível médio) e Tecnologia em Processos Metalúrgicos (nível superior) quanto pela aquisição dos dados fornecidos pela Secretaria do IFMS, Campus de Corumbá, obtivemos dois conjuntos de

informações: I) conjunto de dados quantitativos; e II) conjunto de dados qualitativos. Importante mencionar que ambos os conjuntos de informações se complementam e a proposta para análise dos dados de cada conjunto foi assim realizada:

a) Primeiramente foram analisados os dados quantitativos, que foram fornecidos pela secretaria acadêmica do IFMS, Campus de Corumbá, os quais contribuíram para compreender qual a proporção de homens e mulheres matriculados e matriculadas nos dois cursos pesquisados e também analisamos qual a predominância do gênero no momento da conclusão desses cursos.

b) Posteriormente foram analisados os dados qualitativos, em que evidenciam a vivência das mulheres tanto no âmbito dos cursos analisados quanto no mercado profissional. Assim, é possível perceber qual o comportamento social para a inserção das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas, além de evidenciar o papel fundamental da educação no que tange a desconstrução do lugar e do papel social atribuído para a mulher na sociedade.

Os dados obtidos com a realização de pesquisa de campo foram transcritos, sistematizados e organizados em forma de categorias de análises, elaboradas com base nos dados existentes ou das ideias que aparecem com maior frequência entre as pessoas entrevistadas. Esta forma de organizar e analisar os dados é denominada por Bardin (2002) de análise de conteúdo, e corresponde a uma preocupação analítica quanto às informações contidas nos relatos, havendo um maior investimento na interpretação, a fim de desvendar aquilo que não está em evidência e o que não foi dito. Para a autora, a análise de conteúdo “oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem” (BARDIN, 2002, p. 9).

Não poderíamos deixar mencionar que para esta pesquisa entende-se como verticalização a conclusão do curso Técnico Integrado em Metalurgia e a conclusão do curso em Tecnologia em Processos Metalúrgicos. Assim, discentes que apenas concluíram o Técnico Integrado em Metalurgia e estão cursando Tecnologia em Processos Metalúrgicos são consideradas estudantes em processo de verticalização.

Após apresentar o percurso metodológico para a realização da pesquisa, na próxima seção serão apresentados e analisados os resultados obtidos por meio do levantamento dos dados no IFMS Campus de Corumbá.

#### 4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS

A descrição, análise e discussão dos dados obtidos por meio da realização da pesquisa empírica serão apresentados em dois momentos. Inicialmente apresentamos os resultados quantitativos, visto que eles são responsáveis por auxiliar a compreensão da realidade predominante no IFMS, Campus de Corumbá, nos cursos de Metalurgia e Processos Metalúrgicos. Em seguida, apresentamos os resultados obtidos por meio da gravação das entrevistas, com cinco mulheres, sendo três alunas e duas professoras, que integram os cursos mencionados.

##### 4.1 Descrição e análise dos dados quantitativos nos cursos de Metalurgia e Processos Metalúrgicos

Primeiramente, precisamos compreender que este tópico é responsável por analisar os dados quantitativos que foram fornecidos pelo próprio Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá. Para o melhor entendimento, criamos quatro quadros, sendo dois para Metalurgia e dois para Processos Metalúrgicos com os principais dados que nos ajudarão na análise. No que se refere ao curso Técnico Integrado em Metalurgia, o primeiro quadro apresenta os dados de estudantes matriculados, diferenciando as quantidades de homens e mulheres, bem como do total de concluintes dentro do recorte temporal estudado, a seguir.

**Quadro 4: Matriculados entre 2015 a 2018, que concluíram o curso Técnico Integrado em Metalurgia entre 2018 a 2021**

TÉCNICO INTEGRADO EM METALURGIA							
TOTAL DE MATRICULADOS				TOTAL DE CONCLUINTEs			
ANO	HOMENS	MULHERES	% DE MULHERES	ANO	HOMENS	MULHERES	% DE MULHERES
2015	16	27	62,7%	2018	11	9	45%
2016	19	27	58,69%	2019	2	5	71,42%
2017	41	40	49,3%	2020	5	6	54,54%
2018	38	42	52,5%	2021	8	11	57,89%

**Fonte:** Elaborado por Gianvecchio (2022), com base nos dados obtidos na Secretaria do IFMS, Campus de Corumbá.

Os dados obtidos demonstram uma superioridade na inserção (matrícula) das mulheres no presente curso, exceto no ano de 2017, em que elas representaram 49,3%, que corresponde a uma estudante a menos. Nesta perspectiva, os dados apresentados pelo IBGE (2011) foram alterados, visto que este órgão apresenta o resultado de que na educação profissional brasileira a quantidade de mulheres matriculadas é menor do que a de homens, retratando cerca de 39,3% dos estudantes.

Outro ponto determinante é que a seleção para o referido curso ocorre mediante exames de língua portuguesa, matemática e conhecimentos gerais. Corroborando com o entendimento dos Institutos Federais do Brasil de que ambos os gêneros possuem eficiência para laborar e estudar em qualquer profissão (OLIVEIRA 2014).

Partindo do pressuposto de que o curso Técnico Integrado em Metalurgia possui tempo de duração de 6 (seis) semestres, ou seja 3 (três) anos, essa turma iniciou em 2015 e terminou em 2018, e a turma que começou em 2016 concluiu os estudos em 2019, discentes que iniciaram 2017 terminaram em 2020 e, alunos que iniciaram em 2018 concluíram em 2021, exceto os alunos que concluíram fora do prazo estabelecido.

Quando analisamos o quesito permanência dos estudantes, percebemos que os dados são considerados preocupantes, por causa de um alto percentual de desistência. Para a melhor compreensão deste aspecto, analisemos os dados do Quadro 5.

**Quadro 5: Porcentagem de desistência do Técnico Integrado em Metalurgia 2015 a 2021.**

<b>TÉCNICO INTEGRADO EM METALURGIA</b>		
<b>% DE DESISTÊNCIA</b>		
<b>ANO</b>	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>
2015 - 2018	31,25%	66,6%
2016 - 2019	89,47%	81,48%
2017 - 2020	87,80%	85%
2018 - 2021	78,94%	73,80%

**Fonte:** Gianvecchio (2022), com base nos dados obtidos na Secretaria do IFMS, Campus de Corumbá.

Na conclusão da turma 2015-2018, a desistência das mulheres foi maior, alcançando um índice de 66,6%, o que representa o dobro da desistência masculina. Já na turma 2016-

2019 a desistência inverteu-se, pois os homens apresentaram o maior índice de desistência com 89,47% diferindo das mulheres em apenas 7,99%, permanecendo os maiores índices de desistência sendo masculinos nos anos subsequentes. Evidencia-se assim que a desistência é um fator que deve ser repensado pela instituição independente de gênero.

O segundo curso ao qual nos propusemos a analisar é o de Tecnologia em Processos Metalúrgicos, cujos dados são apresentados nos Quadros 6 e 7. As informações contidas no Quadro 6 representam as quantidades de homens e mulheres e a porcentagem dos que foram aprovados no vestibular. Importante mencionar que o recorte temporal do estudo é de 2015 a 2016, totalizando 2 (dois) anos de pesquisa. Embora o referido curso possua o lapso temporal de duração de 8 (oito) semestre ou 4 (quatro) anos, a turma que ingressou em 2015, porém, obteve a conclusão em 2020<sup>2</sup>, enquanto a turma que iniciou sua formação em 2016 concluiu em 2021.

**Quadro 6: Matriculados entre 2015 e 2016, que concluíram o curso de Tecnologia em Processos Metalúrgicos em 2020 e 2021**

TÉCNOLOGIA EM PROCESSOS METALÚRGICOS							
TOTAL DE MATRICULADOS				TOTAL DE CONCLUENTES			
ANO	HOMENS	MULHERES	% DE MULHERES	ANO	HOMENS	MULHERES	% DE MULHERES
2015	35	10	22,2%	2020	3	1	8,8%
2016	37	13	26%	2021	2	1	6%

**Fonte:** Gianvecchio (2022), com base nos dados obtidos na Secretaria do IFMS, Campus de Corumbá.

No que diz respeito ao curso de Processos Metalúrgicos, percebemos uma drástica diferença na inserção de mulheres nos anos pesquisados. Cenário completamente diferente do curso no âmbito técnico. Na visão de Oliveira (2014, p. 110), este fenômeno decorre das “dificuldades que enfrentam dentro e fora do Campus”.

O curso de Tecnologia de Processos Metalúrgicos é de nível superior (tecnólogo) e o pré-requisito para a matrícula é aprovação no vestibular, além da conclusão do ensino médio que em tese ocorre a partir dos 17 anos. Pressupõe-se a existência de uma maturidade na

<sup>2</sup> Apesar o lapso temporal do curso de Tecnologia em Processos Metalúrgicos ser de 4 anos ou 8 semestres, a primeira turma se formou após 5 anos do início (2015-2020). De acordo com a secretária do IFMS, muitos foram os motivos que ocasionaram essa prorrogação, tais como reprovação em matérias específicas que foram retardando a conclusão, além da pandemia de COVID-19.

escolha profissional, o que explicaria a discrepância nos números de matriculados entre homens e mulheres.

Nesta perspectiva, Melo (2014) afirma que a quantidade de mulheres em cursos superiores se sobrepõe ao dos homens, exceto quando se trata de profissões vistas socialmente como masculinas, como é o caso de Processos Metalúrgicos, pois as questões relacionadas ao gênero ainda impedem mulheres de se inserirem em áreas dominadas por homens.

Se analisarmos a quantidade de mulheres que já concluíram esse curso, a discrepância é ainda maior, pois somente duas mulheres realizaram este feito e elas não verticalizaram, ou seja, elas não cursaram o Técnico em Metalurgia. Se ponderarmos que as mulheres foram inseridas no contexto universitário tardiamente, se comparadas aos homens, compreenderíamos que a inserção de mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas também ocorrerá de forma tardia, conforme apontou Melo (2014).

Outro ponto determinante é que as relações de gênero, de acordo com de Louro (1997), além de constituir são constituídas pelas instituições e práticas sociais, que são responsáveis por “fabricar sujeitos”. Isso significa que muitas mulheres desistem de se inserir e permanecer em profissões vistas socialmente como masculinas, por entenderem que não são aptas para realizar tais trabalhos.

No que diz respeito à permanência dos ingressantes no curso de Tecnologia de Processos Metalúrgicos, os dados também são considerados preocupantes, conforme Quadro 7, por possuírem um alto índice de desistência.

**Quadro 7: Porcentagem de desistência do curso de Tecnologia em Processos Metalúrgico 2015 a 2021**

<b>TÉCNOLOGIA EM PROCESSOS METALÚRGICOS</b>		
<b>% DE DESISTÊNCIA</b>		
<b>ANO</b>	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>
2015-2020	91,42%	90%
2016-2021	94,59%	92,30%

**Fonte:** Gianvecchio (2022), com base nos dados obtidos na Secretaria do IFMS, Campus de Corumbá.

Quando o quesito é a desistência, percebemos que no curso de processos Metalúrgicos (nível superior) os homens têm alcançado maiores índices, tanto nas turmas de 2015-2020 com 91,42%, quanto na turma de 2016-2021 com 94,59%. Na visão de Melo (2014, p. 92),

este fenômeno “pode estar relacionado ao fato de os homens buscarem ingressar no mercado de trabalho bem mais cedo que as mulheres”.

No que se refere à quantidade de professores, analisamos apenas os que atuam no eixo da Metalurgia, ou seja, docentes que ensinam matérias específicas da área de metalurgia, tanto no âmbito da sala de aula quanto nos laboratórios, nos dois cursos pesquisados. Importante mencionar que o quadro de professores é fixo e eles trabalham tanto no curso Técnico Integrado em Metalurgia quanto no Tecnológico em Processos Metalúrgicos, conforme o Quadro 8.

**Quadro 8: Quantidade de professores e professoras do eixo de Metalurgia de ambos os cursos**

CURSOS	PROFESSOR	% DE PROFESSOR	PROFESSORA	% DE PROFESSORA	COORDENADOR (A) DO CURSO
Técnico Integrado em Metalurgia	5	55%	4	44,44%	Mulher
Tecnólogo em Processos Metalúrgicos	5	55%	4	44,44%	Mulher

**Fonte:** Gianvecchio (2022), com base nos dados obtidos na Secretaria do IFMS, Campus de Corumbá.

A quantidade de professores homens que atuam no eixo da metalurgia é superior, se comparado à quantidade de professoras mulheres, mas esta diferença deve ser entendida como ínfima, pois apenas há um professor a mais. Entretanto, o que mais chama a atenção neste quadro é o fato de que as coordenadoras dos dois cursos analisados serem mulheres, mesmo se tratando de profissões entendidas socialmente como masculinas. Na visão de Olinto (2011), essas mulheres ascenderam em suas profissões, conquistando o lugar de destaque, quebrando o teto de vidro, que são barreiras veladas presente na carreira das mulheres.

Com base nos dados quantitativos, relativos à quantidade de alunos ingressantes e concluintes dos cursos Técnico Integrado em Metalurgia e Tecnologia em Processos Metalúrgico do IFMS, Campus de Corumbá, de acordo com o gênero feminino ou masculino, na sequência apresentamos os relatos das mulheres que frequentam ou trabalham nos cursos mencionados, que são vistos socialmente como masculinos.

## **4.2 Relações de gênero em profissões vistas socialmente como masculinas: vozes de professoras e discentes dos cursos de Metalurgia e Processos Metalúrgicos do IFMS, Campus de Corumbá**

A análise dos dados obtidos por meio das entrevistas inclui as vivências das mulheres participantes da pesquisa, tanto no âmbito institucional do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá, quanto na inserção do mercado de trabalho. Não poderíamos deixar de mencionar que o município de Corumbá/MS possui as mineradoras<sup>3</sup> como uma das principais fontes de emprego para seus habitantes, motivo pelo qual se justifica a procura pelo curso.

Salientamos que as construções que fundamentam o papel das mulheres é social/cultural, e que este papel é responsável por estabelecer, inclusive, quais as profissões que “combinam” com o corpo e as habilidades femininas. Nesta perspectiva, observamos que o curso de Metalurgia e Processos Metalúrgicos não fazem parte deste rol estabelecido.

Apesar de ambos os cursos serem entendidos como socialmente masculinos, conforme descreve Sousa e Guedes (2016, p. 126), as mulheres não têm se acovardado diante das dificuldades e têm se inserido nessas profissões, conforme os dados analisados na sequência, desconstruindo assim os ditames sociais.

### **4.2.1 A opção das participantes da pesquisa por cursos vistos socialmente como masculinos**

Inicialmente, precisamos compreender que para o(a) discente ser inserido no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá, é necessário que ele(a) participe do processo seletivo para o curso Técnico Integrado em Metalurgia. Este exame de seleção contém questões de língua portuguesa, matemática e conhecimentos gerais. Após a aprovação no exame, o(a) discente só poderá realizar a matrícula se houver concluído o ensino fundamental até a presente data, independentemente da idade. Geralmente, os(as) discentes que concluem o ensino fundamental têm a idade média de 14 (quatorze) a 15 (quinze) anos.

No que tange às relações de gênero, é importante considerar que a opressão que as mulheres vivenciaram historicamente no Brasil, principalmente considerando a característica patriarcal da sociedade, bem como com a junção de outros contextos sociais e culturais

---

<sup>3</sup> As mineradoras que atuam em Corumbá são: MCR (Mineração Corumbaense Reunida); Vetorial Siderurgia e Vétria Mineração, que substituiu a Vale depois de várias décadas de atuação. Fonte: Google (2022).

vivenciados pelas mesmas, pode vir a exercer influência no processório decisório, em razão de:

[...] a ideologia dominante, as formas de trabalho, o funcionamento do mercado, o papel da educação, os valores, os grupos de pertencimento, não é algo externo ao indivíduo. Ao construir sentidos subjetivos sobre a escolha ou sobre o futuro profissional, o sujeito estará também, ao mesmo tempo, internalizando a vida social e contribuindo para a construção da subjetividade que é coletiva (BOCK, 2010, p. 48).

Nesta perspectiva, foi indagado às estudantes entrevistadas sobre os motivos que as levaram a optar pelo curso de Metalurgia, pois na mesma instituição elas podem escolher o curso Técnico Integrado em Informática. Beatriz e Bianca, que atualmente se encontram em processo de verticalização, pois já concluíram o curso Técnico Integrado em Metalurgia e atualmente cursam Tecnologia em Processos Metalúrgicos, responderam:

Olha, na verdade, eu não tinha intenção nenhuma em seguir essa área. Eu tinha outros pensamentos antes de entrar no curso Técnico de Metalurgia. E como aqui em Corumbá essa tem duas opções ou você faz técnico, metalurgia ou informática, isso dentro do Instituto Federal, eu optei por fazer metalurgia, que era uma coisa que eu não conhecia. Então, eu fui me aprofundando e comecei a fazer pesquisa e aí comecei a gostar e passei a gostar. Aí eu comecei a seguir essa área. Tanto é que hoje eu atuo nessa área. (BEATRIZ).

Então, o que aconteceu o técnico quando eu entrei eu não sabia nada sobre metalurgia eu não tinha noção de nada. Para você ter uma ideia não foi em seguida que eu entrei em Tecnologia em Processos Metalúrgicos, eu fiquei um ano fazendo dois semestres de educação física tentando me encontrar para saber o que exatamente eu queria fazer que até então eu não sabia que curso eu queria seguir. E nesse meio tempo que eu fiquei afastada, eu comecei a ver que realmente a parte de metalurgia e a parte de processo era algo que me instigava a querer a aprender, querer conhecer mais. Então, eu preciso voltar para área de processos para área de metalurgia porque realmente é o que eu gosto de fazer. Eu acho que um dos motivos que me levou a escolher este curso foi pelo leque de possibilidades em questão de como e onde eu posso trabalhar e exercer a função. (BIANCA).

É possível perceber que não havia uma intencionalidade anterior para se matricular no curso. No caso de Bianca, ela nem “tinha noção de nada” quando começou a cursar o Técnico Integrado em Metalurgia. Ao concluir o curso de nível médio, ela optou por fazer educação física e ficou dois semestres tentando se “encontrar para saber o que exatamente” queria fazer, uma vez que ainda não sabia qual carreira profissional gostaria seguir. Nesse período de afastamento da área de ciências exatas, Bianca percebeu que metalurgia era algo que a

instigava, que gostava de aprender e então optou por voltar a seguir, no ensino superior, a mesma formação que havia iniciado no ensino médio.

Beatriz reconhece que “não tinha intenção nenhuma em seguir essa área”. Entre as duas possibilidades existentes de curso técnico integrado no IFMS, Campus de Corumbá, metalurgia ou informática, ela escolheu o primeiro, porque não conhecia esta área de formação profissional. Durante o ensino médio, ela teve a oportunidade de se aprofundar em metalurgia, sobretudo por meio da realização de pesquisas, passou a gostar e, durante o ensino superior, tornou-se funcionária do setor de manutenção de uma siderurgia da cidade.

No caso de Amora, que está cursando o último período do Curso Técnico Integrado em Metalurgia, ela não pretende realizar a verticalização, ou seja, Amora não pensa em cursar a Tecnologia em Processos Metalúrgicos, pois, conforme afirma: “Eu penso em ser militar. Tenho as opções de ser sargento do Exército e não tem nada a ver com metalurgia, ser sargento da Aeronáutica com o curso técnico da metalurgia. Eu quero seguir uma carreira que é tida para homens.” Assim, quando indagamos a Amora sobre quais motivos a levaram a escolher o Curso Técnico em Metalurgia, obtivemos a seguinte resposta:

Foi assim, primeiro quando eu quis entrar aqui no IFMS eu não sabia se eu ia conseguir entrar, para falar a verdade. Então, eu escolhi por dois motivos assim: primeiro porque aqui em Corumbá tinha uma forte influência da mineração, entendeu metalurgia e mineração eu calculei isso, e também que a média do curso para aprovação era menor para entrar no IFMS. Não eu não tinha ideia o que era. (AMORA)

Apesar da diferença de idade, escolaridade e maturidade entre Bianca, Beatriz e Amora, fica evidenciado que os motivos que levaram as três estudantes a optar pelo Curso Técnico em Metalurgia são os mesmos, ou seja, elas escolheram o novo justamente por não entender a finalidade do curso.

Ao fazer a mesma indagação para a professora Patrícia e Pâmela, que atuam tanto no curso Técnico Integrado em Metalurgia (ensino médio) quanto em Processos Metalúrgicos (ensino superior), as docentes apresentam as seguintes afirmativas, poderando que estes são os motivos apresentados pelas próprias estudantes:

Principalmente o curso técnico são dois casos distintos. A gente pergunta então assim, não é o que eu acho, é o que elas falam, né? São dois. Um são as alunas que são provenientes e que têm baixo rendimento e vêm com vida acadêmica, com baixo rendimento, porque só têm dois cursos. E a Metalurgia é mais fácil do que passar na Informática. Ela tem menos procura e, até isso a gente tem que ver porque tem menos procura, né? E talvez eles liguem inconscientemente ao universo masculino. E no segundo lugar, acho que elas já veem a possibilidade de trabalhar na área. Uma minoria, porque o

pai trabalha na área, porque alguém, porque elas fizeram um estudo e sabe que quem atua na área, geralmente costuma ganhar bem. Então tem esses dois casos. Agora, quem se mantém na área, aí sim, ela já tem o objetivo de ir para a indústria. Elas percebem empregabilidade e também nos concursos públicos. Nós temos muitos estudantes que já chegam porque eles querem passar na Marinha, né? Eu acho que tem uma grande visibilidade aqui, onde nós estamos inseridos. Mas eu acho que são esses dois motivos. Um ela se identifica com a área e tem a questão financeira. E o outro porque são cursos fáceis de passar. (PATRÍCIA).

Olha é eu sempre faço essa pergunta no técnico e eles dizem que é porque não gostam da informática. E também porque elas não conheciam o que é a metalurgia. Mas, descartavam o técnico em informática. E também no final na visão delas é o que elas gostariam. (PÂMELA).

As alunas entrevistadas reconhecem que as estudantes do gênero feminino, em sua maioria, se inserem no curso de Metalurgia sem saber o que as espera, podendo ser surpreendidas positivamente, como no caso da Beatriz, Bianca e Amora. A professora Patrícia considera que apenas uma minoria entra sabendo de que se trata a área e querendo galgar novas oportunidades a partir deste curso, além das discentes que consideram que a área possui vagas no mercado de trabalho. Quando perguntamos o que motivou a professora Patrícia escolher essa área? Encontramos outros motivos ensejadores, vejamos:

Bom é porque na verdade é assim em um recorte temporal, né? Porque nós estamos em quando a gente vai fazer uma escolha. A gente faz uma escolha naquela época, né? Então, assim tinha uma ascensão da Petrobras. Então assim, motivos, né? Claro, eu tenho facilidade na área de exatas. E aí, para mim, era muito claro que eu precisava ir para uma área que eu tinha facilidade, né? Porque se eu tinha facilidade, aquilo ia me ser menos doloroso, né? Porque estudar é doloroso, né? Então, então eu pensava em ir para uma área de exatas, né? E aí assim a Petrobrás em ascensão. Eu já queria uma engenharia, só que eu fiz a primeira engenharia e não passei na UFRN nem no meu primeiro vestibular. E aí eu passei no meio do ano no IFRN (Instituto Federal do Rio Grande do Norte), que é uma escola centenária. Ela tem um padrão um pouco diferente do IFMS, que ainda não tem identidade construída. Então, mais por isso que por esse quesito financeiro, não é. E aí, logo que eu entrei, eu já percebi que eu não tinha mais anseio de ir para a indústria. Na época, no contexto, a docência federal era bem paga, né? E aí sim, eu já pensei em docência. E aí, já encadiei. Eu nunca cheguei a trabalhar na indústria. O meu primeiro serviço foi público. Então eu fiz o mestrado e, quando eu estava no meio do doutorado, eu já fui convocada aqui para esse concurso que eu exerço. (PATRÍCIA).

Patrícia baseou suas escolhas em dois motivos primordiais: primeiro, foi uma análise do mercado de trabalho, na época da sua escolha; a segunda foram suas habilidades (área que tinha facilidade). Ao indagarmos a Professora Pâmela sobre quais motivos a levaram a escolher a área de Engenharia Metalúrgica, obtivemos como resposta:

Assim ó como eu sou da década de 60, então lá por 70, 80 tinha muita propaganda do governo e eu achava lindo quando aparecia a fusão do aço eu achava muito interessante aquilo, né? Eu achava lindo quando vasava e vinha aquele fogaréu eu achava lindo. Depois quando eu fui crescendo eu fiz o técnico de química e com o técnico de química eu fiz estágio na siderúrgica lá em Charqueadas em Rio Grande do Sul. E fazendo o estágio eu ainda pensava o que eu iria fazer de curso. no início eu queria cursar química, ser engenheira química, mas engenheira química não ficava no laboratório e eu gostava de trabalhar no laboratório. Então, um certo dia quando eu resolvi o que ia fazer eu fiz vestibular para engenharia química e não passei, pensei: “Por que eu já não faço engenharia de metalúrgica, se eu gostava tanto de ver a imagem do aço?” E foi por isso que eu escolhi, e como eu já estava em uma siderúrgica, cada vez que eu olhava, eu me apaixonava mais. (PÂMELA)

A professora Pâmela, ao escolher a Engenharia Metalúrgica, realizou um sonho de infância, pois esta profissão, além de trabalhar com a fusão do aço, também oportuniza o labor dentro de laboratórios, motivos estes que foram fundamentais para a escolha do curso. Destaca-se que tanto a professora Pâmela, quanto a professora Patrícia não foram aprovadas nas suas primeiras opções de curso, Pâmela almejava estudar Engenharia Química e Patrícia queria cursar Engenharia. Apesar das escolhas serem da área de Engenharia, nenhuma era da área de metalurgia, inicialmente. Porém, todas essas áreas devem ser entendidas como profissões vistas socialmente como masculinas, conforme Sousa e Guedes (2016).

Outro motivo ensejador da escolha das discentes se refere à instituição responsável pelo o curso ministrado, ou seja, o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá. Na visão da Beatriz, Bianca e Amora, a qualidade de ensino faz toda a diferença, vejamos:

Porque é a referência hoje em dia. O Instituto Federal dentro aqui, eu falo de Corumbá e Ladário, é a escola de ensino médio referência que a gente tem, é uma das melhores, né? E lá a gente tinha que fazer a prova. Eu não sei como é que está agora os cursos técnicos, mas na época a gente tinha que fazer uma prova para poder entrar no curso. Então, eu escolhi mesmo entrar no Instituto Federal e estudar para passar no curso, porque é uma escola que é referência aqui dentro de Corumbá. Escola pública. (BEATRIZ).

Questão de creio eu de laboratório, pesquisa e ensino principalmente. (BIANCA)

Por ser uma instituição federal que é muito renomada e é muito bem falada no Brasil todo. Então eu achei que me formar numa instituição federal e se eu quisesse trabalhar no mercado nesta área já me ajudaria muito. Ainda mais que eu tenho alguns parentes, a maioria dos meus primos no Instituto Federal do Mato Grosso. (AMORA)

De acordo com Bock (2010), independentemente dos motivos ou circunstâncias que levam as mulheres a realizar a sua escolha profissional, estes motivos não são livres de padrões ou

experiências sociais vivenciadas por elas. O fato é que, apesar dos diferentes motivos que levam as mulheres a se inserirem em ambos cursos, a inserção das mulheres nessas profissões é uma realidade cada vez mais recorrente. Nesta perspectiva, destacamos os ensinamentos trazidos por Oliveira (2014, p. 110), ao afirmar que “apesar das adversidades, as mulheres estão cada vez mais escolhendo cursos ‘tidos’ como masculinos. Mesmo sabendo que terão que enfrentar padrões de gênero”.

Depois de Patrícia listar os motivos que levaram as participantes da pesquisa a optar pelos cursos vistos socialmente como masculinos, na sequência, apresentamos a opinião das cinco mulheres acerca das dificuldades vivenciadas por elas para estudar e atuar nessas áreas do conhecimento.

#### **4.2.2 Dificuldades vivenciadas por mulheres dos cursos de Metalurgia e Processos Metalúrgicos no contexto formativo e profissional**

Os cursos de Técnico Integrado em Metalurgia e Tecnologia em Processos Metalúrgicos são compreendidos como profissões vistas socialmente como masculinas (SOUSA; GUEDES, 2016), muitas são as dificuldades enfrentadas por todas as mulheres que escolhem estas profissões pesquisadas. A primeira dificuldade, apontada pela própria discente Bianca, é reconhecer a necessidade de desmistificar a palavra Metalurgia, para que outras meninas compreendam que não se trata de um curso exclusivo para homens, reforçando os estereótipos da divisão sexual de trabalho, vejamos:

Eu acho que tudo isso é falta de, como eu mesmo passei por isso, de conhecer o que é aquilo. Quando a pessoa vê a palavra Metalurgia, já associa com algo difícil, trabalho pesado, voltado apenas para homens. Eu acho que se eles abordassem isso de uma maneira completamente diferente, expondo o curso em si, acho que essa realidade seria diferente. Porque eu não sei se isso é realizado. (BIANCA).

Nesta mesma perspectiva, também encontramos o relato da Beatriz. Ela acredita que falta um incentivo para as meninas se inserirem nos cursos pesquisados, ponderando a necessidade de alteração dos baixos índices de inserção das mulheres em cursos que tenham as ciências exatas (GALVÃO, 2022), vejamos:

Vou falar um pouquinho sobre mim. Falta incentivo para as meninas, entendeu? Porque uma delas, inclusive, é uma das professoras do Técnico. Foi minha orientadora e ela é minha orientadora até hoje no ensino superior. E aí a gente desenvolveu um projeto de pesquisa justamente para mudar esses valores e entender a estatística de poucas mulheres na área de que seguem

engenharia e carreiras em geral de ciências exatas. Por que você não vê muita mulher nessa área? Talvez por não conhecer, elas ficam com medo de ingressar nessas áreas. E aí a gente desenvolveu o projeto com escolas públicas aqui de Corumbá e a intenção era o quê? Chamá-las para dentro do instituto e ensinar a mexer com soldagem, ensinar matemática básica, computação, coisas assim que elas não estão habituadas. Então não tendo incentivo lá fora e elas acabam não seguindo essas áreas por não conhecer. (BEATRIZ).

Neste mesmo ponto de vista, a discente Amora pondera algumas dificuldades enfrentadas pelas mulheres no curso de metalurgia, mas também esclarece que todas as profissões necessitam de empenho e esforço, assim como a metalurgia. Portanto, essas questões não devem ser impeditivas para a atuação de mulheres nessa área, analisemos:

Olha, realmente não é um curso fácil por precisar que você se esforce muito, porque tem muitas matérias que exigem de você o esforço. O que eu digo é para que elas não desistam, porque as pessoas vão falar que não é um trabalho para mulher, por predominarem os homens e por ser um trabalho que exige esforço físico. Mas, todo trabalho exige esforço. Então é preciso se esforçar e não ligar para o que as outras pessoas falam, vai ser difícil, mas se ela quiser mesmo é só correr atrás que ela consegue. (AMORA).

Quando pensamos nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres nas áreas de Metalurgia e Processos Metalúrgicos, precisamos compreender que essas dificuldades podem ser vivenciadas em dois ambientes distintos. O primeiro ambiente é dentro do campo de pesquisa do IFMS, Campus de Corumbá, tanto na perspectiva das alunas quanto das professoras. O segundo momento é o da inserção desta profissional no âmbito do trabalho, ou seja, são experiências vivenciadas fora do IFMS, Campus de Corumbá, mas que enriquecem a nossa pesquisa, pois podem contribuir com a permanência dessas profissionais na área ou simplesmente desestimular ao ponto de querer desistir.

As alunas, ao serem indagadas sobre dificuldades enfrentadas dentro da instituição, por serem mulheres, responderam: “Olha, dentro do Instituto não, eu não tive problemas com isso, mas quando eu fui ingressar no mercado de trabalho, por ser a área habitualmente ocupada por homens, sofri muita discriminação, mas dentro do Instituto não” (BEATRIZ); e “Não, eu não enfrentei dificuldades por ser mulher no momento da minha formação, não” (BIANCA). No entanto, quando indagamos a respeito das dificuldades enfrentadas no IFMS, Campus de Corumbá, para a discente Amora, obtivemos como resposta:

Olha, é que eu não sei como explicar, é sim e não. Calma aí, eu estou pensando aqui como vou explicar, porque tem problema. As pessoas julgam muito e ainda dizem que a gente não serve para nada, entendeu, por ser um trabalho masculino. Principalmente dos alunos da informática. Bom aqui no IFMS a gente tem o curso da informática e da metalurgia, e tem algumas

brincadeiras de alunos e alunas do técnico de informática que ficam brincando que a gente só faz o portão, mas não consegue carregar o portão, e já aconteceu esse tipo de brincadeira comigo, você solda o portão e não consegue nem carregar o portão. E a gente prova isso na soldagem, porque o próprio professor já falou que as meninas soldam muito melhor do que os meninos na minha turma, a nossa soldagem é 10 e os meninos fazem uma “caca” enorme. Então é essa brincadeira, o pessoal do outro curso fica falando “você é menina, pode fazer tudo e para que querer ser metalúrgica?” E tem várias meninas aqui da minha sala que querem realmente ser metalúrgica, e eu não acho que é um trabalho que não possa ser feito por elas. (AMORA).

As estudantes Beatriz e Bianca relatam que as dificuldades vivenciadas por elas não ocorreram no âmbito do IFMS, porém quando investigamos se existem diferenças no tratamento que os discentes dão para os professores e professoras, Bianca expõe:

Então, quando eu estava no Técnico, essa diferença era extremamente nítida, principalmente na turma que eu me formei. Dava para perceber que o pessoal respeitava e dava mais atenção para os professores homens do que para as professoras mulheres. Chegava até um nível de desrespeito com as professoras, entende? Chegar de conversar... Agora que eu estou no superior, elas conversam comigo de como era no Técnico, e dá para ver que elas também sentiam isso pela forma de como eles as tratavam. E a maioria nem eram nós as meninas, porque minha turma tinha pouca menina, não tinha nem dez. E as professoras sempre vinham falar “Poxa, vocês eram muito difíceis para trabalhar, não se tratava das meninas, mais sim dos garotos”. O pessoal não respeitava, as professoras não tinham voz em sala de aula, até então eu até me sinto assim chateada com a forma, e talvez pela minha inocência eu achava que era só adolescente rebelde. E hoje quando eu paro para analisar, toda a situação, eu vejo que é algo muito maior que isso. Sabe? (BIANCA).

Analisando os relatos da discente Bianca, é nítido que essa diferença de tratamentos entre professores e professoras não está ligada à “rebeldia” de adolescentes, mas sim aos papéis atribuídos aos gêneros masculino e feminino, que se encontram arraigados na sociedade e são reproduzidos em sala de forma inconsciente, conforme menciona Oliveira (2014).

Já na turma de Amora, que é o último período do Ensino Médio Integrado Técnico em Metalurgia, quando indagamos a respeito das diferenças que os discentes dão para os professores, a entrevistada relatou que seus colegas respeitam e dão muito mais atenção às professoras do que aos professores, observemos:

Existe um respeito, na minha turma. As professoras impõem autoridade e os alunos respeitam muito mais as professoras do que os professores, elas pedem silêncio uma vez e já suficiente. A minha turma respeita muito mais as professoras. (AMORA).

Ao indagarmos às professoras a respeito das dificuldades vivenciadas dentro do IFMS, Campus de Corumbá, obtivemos dois tipos de informações sobre as dificuldades enfrentadas com os(as) discentes, e as dificuldades enfrentadas com os próprios colegas de trabalho. Vejamos os relatos:

Então, assim, piadinhas. Eu escutei muitas questões que não eram de gênero, né? Mas como eu pegar as disciplinas do inicial, que eu me identifico com a educação básica. Então eu faço questão de pegar as disciplinas do curso iniciais. E aí é assim. Já escutei de alguns alunos que eu, a professora, você não gosta de fazer área técnica? Que é quando a gente vai para o laboratório, né? E aí depois eu tenho aulas com ele no sétimo semestre, que eu levo eles para o laboratório. E aí eles percebem que eu também sei a área técnica, mas aí eles me associam às tias. Quando eles entram, eles acham que eu sou uma tia. E aí eu percebo que não. Não tem, né? É a feminização da carreira, né? Então eles continuam lá. No primeiro semestre, eles me veem como tia. E aí depois eles descobrem que eu sou uma professora, né? Mas assim é dos alunos. Eu percebo isso, mas durante a minha trajetória eu me vi precisando ser ratificada pelos meus colegas de área, né? Então, assim, como eu tenho um cargo de gestão, eu consulto, eu decido, né? E eu faço isso com alguma facilidade, porque eu já estou há muito tempo, né? E aí eu já vi algumas vezes superiores, né? Eu faço a decisão, eu escrevo. E aí, depois de algum momento, Sem nem eu saber. Às vezes é isso mesmo, né? Então eu não sei se é questão de gênero ou não, porque talvez seja uma decisão importante e que está que é normal consultar mais de uma pessoa. Mas eu não sei se seria feito se fosse um homem a decidir. (PATRÍCIA).

Olha, como nós temos um curso técnico e um curso superior, eu acredito que no técnico nós não temos tanto essa distinção de olhar a é uma mulher. Agora já no superior já pega umas pessoas que vem de outras formações e não do IF, aí sim, as vezes a gente precisa estar provando que a gente sabe o que está falando. Às vezes quando são os mais adultos e já tem alguma experiência porque já trabalha na área, parece que as vezes eles ficam testando para ver se a gente tem esse conhecimento. E pelo menos aqui no nosso Campus nós não temos essa dificuldade de trabalho. (PÂMELA).

A profissão docente é tida socialmente como feminina, está ligada a área das Ciências Humanas e Sociais e costuma ser associada com as supostas habilidades da mulher pelo “dom” do materno (MORAES, 2016). Porém, quando a professora leciona em uma área técnica, que envolve uma profissão tida socialmente como masculina, essa visão da professora é alterada com o passar dos anos, pois a “tia do materno” não é compatível com a professora que ensina a soldar em um laboratório e não fica apenas no âmbito da sala de aula ministrando a teoria.

Outra dificuldade abordada pela professora Patrícia, que exerce ela um cargo de gestão, e rompe, assim, com o teto de vidro (OLINTO, 2011), é o fato de necessitar ser ratificada em suas decisões, mesmo sendo ela a pessoa que ocupa o cargo de decisão. Nesta

mesma perspectiva, também encontramos o relato das alunas Bianca, Beatriz e da professora Pâmela, que afirmam:

Deixa eu pensar... Ah, sim, teve um caso que aconteceu isso, eu dei uma solução, mas quem validou foi outra pessoa e eu não ganhei mérito nenhum em relação a isso. (BIANCA).

Ah, sim, já aconteceu. Chegou a outra pessoa, principalmente porque lá também a maioria são homens. E aí a gente dá uma opinião. A maioria das vezes acaba que dizem “Ah, não, fulano falou melhor”. Geralmente esse fulano é homem. Já aconteceu comigo, sim. (BEATRIZ).

Por exemplo, como eu era técnica e eu tinha que fazer uma análise e depois relatar o que tinha que ser adicionado, por conta disso, as vezes eles contestavam essa análise. Mas, eu não me abalava por isso não, eu dizia “não quer adicionar o problema é seu e a produção vai dar errado e não vai ser a minha parte que vai estar errado”. (PÂMELA)

Infelizmente, esse comportamento de ratificação da mulher pelo homem é muito comum, e este reforça a ideologia dominante, produzindo e reproduzindo a subalternidade da mulher, mantendo a estruturas hierárquicas, patriarcais e conservadoras, conforme pondera Oliveira (2014).

A professora Patrícia considera que após a decisão de permanecer no curso, as estudantes começam a não mais se intimidar diante das dificuldades. Contudo, uma das principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres são o rendimento nos cursos que não têm a ver com falta de habilidade/inteligência, e sim com outros fatores externos, vejamos:

Olha, eu acho sinceramente, que uma menina que ela opta por continuar no curso, ela não se deixa intimidar porque é alguém que já tomou uma escolha. Talvez ela tenha pensado isso no primeiro dia de aula, mas eu já não sinto. E outra a escola ela é construída em todas as bases de respeito. O que eu vejo é que, às vezes, as meninas têm um rendimento um pouco pior, porque eu vejo que as meninas, por exemplo, muitas elas ainda auxiliam em casa. Então, por enquanto, o menino vai de manhã fazer a permanência. A aluna, a mãe sai para trabalhar e ela tem que cuidar do irmão pequeno. E então assim é uma condição que reflete, por exemplo, reflete. Muitas vezes eu no começo eu escolhia bolsistas homens, porque eu escolhi a bolsista pelo rendimento. Então, eu pensava assim. Poxa, se esses alunos aqui eles têm um bom rendimento e, depois a gente começa a enxergar o que está por baixo desse bom rendimento, então são condições melhores do que as meninas que às vezes auxiliam em casa. E aí a gente vai tentando de alguma forma mudar esse quadro. Chama a mãe, perceber que algo não precisa, ver se não tem outra pessoa para ficar com essa criança, e mediar uma creche. Tudo isso é o trabalho da instituição que permeia a instituição, né? Olha, eu tenho essa creche. Vamos botar esse outro filho na creche. Eu, essa poderia ter essa oportunidade e a gente vai lá. Nós temos seis, sete semestres de curso lá no terceiro semestre que a aluna já consiga essa condição de desenvolver, né?

Isso tudo perpassa a instituição que não deveria de repente. Mas a gente se vê fazendo isso aí. (PATRÍCIA)

Na visão da professora Patrícia, a maior dificuldade das mulheres em relação aos seus rendimentos escolares está ligada à falta de disponibilidade de tempo para os estudos, pois as meninas/mulheres não se dedicam apenas aos estudos como os meninos/homens, visto que elas precisam auxiliar nos serviços de casa e no cuidado dos irmãos menores, comprometendo os seus estudos. Esta realidade abrange muitas famílias, conforme menciona Alves (2017). Nesta perspectiva, as meninas/mulheres não se dedicam apenas aos seus estudos/profissão, conforme a figura a seguir:

**Figura 4: As responsabilidades das meninas/mulheres**



Fonte: Imagens compartilhadas em grupos de WhatsApp (2021).

Outro ponto determinante, que necessita ser mencionado, é a posição adotada pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá, em relação a essas estudantes que precisam ajudar nos cuidados tanto da casa, quanto dos irmãos menores. A instituição tem se colocado em uma posição de mediação buscando meios para que essas alunas tenham a disponibilidade necessária para dedicar aos estudos, obtendo melhores rendimentos.

Para a realização de uma melhor análise da realidade que a mulher enfrenta no mercado de trabalho, fez-se necessário questionarmos a respeito das dificuldades vivenciadas fora do lócus da pesquisa e, as respostas obtidas são relatos de situações embaraçosas envolvendo as profissionais:

Na antiga empresa que eu trabalhava e não trabalho mais, porque eu entrei em outra empresa. Eu era a única mulher que trabalhava no operacional, não tinha mais ninguém além da minha pessoa. Então o pessoal chegava para mim e falava: “Ah porque você é nova o pessoal vai te ver com um olhar diferenciado”, “Ah é porque BIANCA que está aí trabalhando, por isso ela fica pedindo para parar todos os equipamentos”, “Ah não vai aguentar o ralo”, “Ah você não consegue fazer isso porque você não tem força”, esse tipo de situação eu já enfrentei e muito. É doloroso. É chato ouvir esse tipo de coisa. Eu jurava que se eu entrasse na área por uma coisa que eu coloquei na minha cabeça, eu achava que isso não seria um problema para mim. Mas foi uma mentira que eu criei para mim mesma, porque se eu não fizesse isso ou não encarasse de uma maneira diferente ou se eu não levasse para cima sobre todas as situações que eu passei, não iria mudar. Entendeu? Iria continuar a mesma coisa. (BIANCA)

É sempre essa situação, são sempre as mesmas piadinhas a que está fazendo, lá. “Por que você não vai para um curso de letras? Trabalha em outra área e tal”. Mas amigos assim, aqui de fora eles ficam comentando “Para com isso, ficar trabalhando lá, ralando igual ao homem”. Esse tipo de comentário é chato. Tem uma situação que aconteceu comigo no ano passado, um menino estava trabalhando comigo, ele estava me treinando e aí a gente estava numa área de operação. Aí ele pegou e pediu uma chave para mim. Chave é um instrumento mecânico. Eu peguei e fui até a sala procurar. Ele começou a falar coisas horríveis da comunicação nossa, de rádio: “Você é burra, você..., você tinha que ser mulher mesmo”, entendeu? Ele começou a me ofender. E como eu tinha poucos meses, poucos meses e tão poucos dias dentro do lugar, eu tive que ficar quieta porque eu ia ser mandado embora, entendeu? Aí eu pensava na minha família, a pessoa não vai acreditar em mim aqui. A maioria que é homem. E aí ficou por isso mesmo. No mesmo serviço que ele estava fazendo, eu conseguia fazer, porém preferi ficar quieta, né? Engolir seco. E isso eu considere como machismo. (BEATRIZ).

A primeira dificuldade abordada pelas alunas são as “piadinhas” feitas pelos próprios colegas de trabalho que acabam desestabilizando emocionalmente as profissionais, deixando-as entristecidas. Percebe-se pelos relatos que em alguns casos a intenção é ofender e fazer a mulher desistir do seu emprego, conforme no caso da Beatriz que é chamada de burra, além de outros nomes pejorativos.

Outro caso corriqueiro que é mencionado tanto pela professora Patrícia quanto pela aluna Beatriz comenta sobre as oportunidades de trabalho, pois o gênero masculino acaba prevalecendo na escolha do profissional, para completar a vaga disponível. Analisemos:

Só uma das vezes que eu senti muito abertamente quando eu fiz uma seleção para um estágio que foi externa e que não foi do instituto, não foi da instituição que eu estudava, em que eu fui até o final. No começo eram 60 candidatos e depois a gente foi afunilando. No final ficamos dois e aí o contratante falou abertamente que, como a gente ia trabalhar embarcado, ele preferiu um homem porque ele não garantia a minha segurança. E aí era muito complicado. E aí realmente eu fiquei esses meses todos fazendo a seleção para depois escutar isso, né? E mais aí assim passou, né? Mas esse

ponto me marcou porque não me foi dado nenhuma outra justificativa, né? Não que o contratante de justificativa, mas ele fez questão de falar. Eu acho até que ele achou que falando isso seria bom, porque você tem condição. Mas enfim..., a vaga foi o gênero que definiu, com certeza. (PATRÍCIA).

Geralmente é tipo assim, com vou falar? Vou citar uma situação, tá? Quando isso é geral aqui em Corumbá que eu vejo, eles colocam um anúncio de serviço, aí você vai atrás da vaga. Isso já aconteceu com amigas minhas a dizem “Não, mas a vaga é para homens”. Mas aqui não estava escrito que é para homens e acaba criando esse conflito, sabe? (BEATRIZ).

A divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2007), num contexto de patriarcado, está inserida fortemente tanto no âmbito social quanto no âmbito do trabalho, justificando os relatos supramencionados. Nesta mesma perspectiva, também encontramos os ensinamentos abarcados por Oliveira (2014, p. 247), ao relatar que uma das justificativas refere-se à “superioridade física dos homens, em relação às mulheres, para exercerem as profissões de técnicos especialistas nas referidas áreas”.

A mulher, para permanecer no mercado de trabalho, deve superar inúmeras dificuldades, como as que já foram relatadas. Porém, não raramente nos deparamos com exposição de mulheres que sofrem assédio sexual no seu ambiente de trabalho, possuindo os mais variados pretextos na tentativa de justificar o injustificável, vejamos:

Teve uma situação muito chata que me ocorreu na antiga empresa que eu trabalhava. Eu sou uma pessoa muito educada, e as pessoas confundem educação com outra coisa, entendeu? E a empresa que eu trabalhava era uma empresa pequena e, as vezes precisávamos pedir apoio do pessoal de outra área para fazer um serviço para gente. Então eu sei que é difícil o pessoal atender a gente porque é muita demanda. Então eu ia lá e conversava, e perguntava se tinha necessidade e se tinha como nos ajudar. E a pessoa começou a ajudar e eu achava que era na camaradagem, e que estava fazendo isso porque eu pedi. Só que a pessoa entendeu tudo errado, levou para o lado pessoal e acabou virando uma bola de neve, que eu tive até que subir, porque chegou a ser assédio, entendeu? Isso tudo porque eu tinha pedido apoio usando somente a minha educação, porque eu só queria ajudar o pessoal a fazer um 5S que é uma organização ótima, e foi só para arrumar uma lâmpada, e virou uma bola de neve em um nível que chegar a ser ridículo! De uma situação que eu só pedi um apoio e a pessoa entendeu completamente errado. Foi algo que eu disse “só preciso do seu apoio para isso”. Enfim, foi uma situação pesada, muito complicada, que foi difícil processar tudo. Foi bem complicado. (BIANCA).

Diante do assédio e do transtorno gerado, Bianca chegou a conversar com os colegas de trabalho sobre ter sido educada e ainda assim ter sido mal interpretada. Assim ela comenta e analisa a situação vivenciada em um contexto não saudável:

E eu até cheguei a falar “Gente, eu só pedi um apoio, só pedi uma ajuda, eu fui educada e não vejo problema nenhum em ser educada”. Eu entendo que a educação deve estar sempre em primeiro lugar, e se a gente quer pedir alguma coisa para alguém, precisa ser educada, agora eu não posso nem ser educada com ninguém, porque se a gente é educada com alguém, eu até cheguei a pensar desse jeito, eu até cheguei a falar para o nosso gerente dessa maneira porque se for assim. Então, eu vou precisar ser mal-educada com todo mundo, eu não vou poder dar bom dia, não vou olhar na cara, porque parece que é só assim para as pessoas não entenderem a situação errada. Porque só o fato de você dar bom dia a pessoa já subentende uma coisa que ela cria na cabeça, e eu na minha inocência, achando que era só um bom dia, porque era isso que eu pensava. É uma situação bem complicada. Isso tudo é só porque eu sou mulher. (BIANCA).

Inicialmente precisamos compreender que assédio sexual é crime e encontra-se previsto no Código Penal, tendo sido acrescido pela Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001 (BRASIL, 2001). Importante mencionar que esta lei foi trazida ao Brasil por meio da pressão realizada por movimentos sociais feministas com o auxílio da comunidade internacional, que visou resguardar a proteção da mulher no ambiente de trabalho, analisemos:

Assédio Sexual. Artigo 216-A do Código Penal – constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício do emprego, cargo ou função. Pena: detenção de 1(um) a 2 (dois) anos. (BRASIL, 1940).

Por conseguinte, cabe a mulher que sofreu esse tipo de agressão denunciar o agressor não apenas na instituição em que ela esteja laborando, mas também na Polícia Civil, a fim de que a responsabilidade do agressor seja devidamente apurada e punida com o devido rigor da lei. O assédio sexual não é encontrado expressamente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), porém a prática deste ato é causa de rescisão contratual por justa causa, conforme o art. 482, b da CLT. O empregador que não demitir o agressor poderá sofrer sanções na esfera civil (indenização) por conveniência ao crime, que será apurado pela Justiça do Trabalho.

#### **4.2.3 A verticalização feminina no IFMS, Campus de Corumbá**

Inicialmente precisamos compreender que esta categoria é primordial para a satisfação do objetivo geral deste estudo, haja vista que é neste tópico que vamos analisar como ocorre o processo de verticalização feminina dentro do IFMS Campus Corumbá, e também os entraves que acabam por desestimular as discentes a prosseguirem nessa área do conhecimento. É bem verdade que existem estudantes que não possuem o interesse de permanecer na área buscando galgar novas oportunidades para o seu futuro profissional, um exemplo é a entrevistada

Amora, que deseja ser militar (sargento), e dependendo da força na qual ela seja admitida, poderá exercer ou não o técnico em metalurgia.

Para melhor compreensão da materialidade instalada é necessário retomarmos as discussões sobre gênero e divisão sexual do trabalho, partindo do pressuposto que gênero deve ser entendido como uma construção social do papel atribuído à mulher, conforme menciona Louro (1997). No que tange à divisão sexual de trabalho, uma matéria amplamente discutida no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, sendo suplantados a partir dos anos 2000 pelos estudos sobre pares sexo-violência, segundo Biroli (2016).

Importante mencionar que apesar dos estudos sobre divisão sexual do trabalho terem perdido a pujança, isso não significa que o instituto foi superado nas relações sociais, cabendo ainda inúmeros outros estudos que analisem as novas configurações da divisão sexual do trabalho, haja vista que a divisão sexual do trabalho deve ser entendida como “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente”, conforme Hirata e Kérgeat (2007, p. 599).

Todo esse recapitular de conceitos já analisados se faz necessário para a análise dos dados fornecidos pelas entrevistadas, tanto das professoras quanto das discentes. Salienta-se que as professoras, em razão de suas vivências, já possuem uma opinião formada para a inserção das mulheres na área de metalurgia, ponderando todas as dificuldades e demonstrando como essas devem ser superadas. A primeira pergunta que traz uma divergência de opiniões entre as discentes é se elas acreditam que existem profissões que são para homens e profissões que são para mulheres, vejamos os relatos:

Eu acredito. De certa forma, eu falo porque eu trabalho num âmbito de manutenção. Eu trabalho numa siderurgia aqui da cidade e eu trabalho no setor de manutenção. Tem serviços que eu me proponho a fazer. Sabe, mas eu sei. Até que eu conheço meu limite. A gente tem uma força física diferente do homem. Então, é nessa questão que eu falo da divisão, entendeu? (BEATRIZ).

Não, eu não acredito nisso. (BIANCA)

Eu não acredito. (AMORA)

Precisamos ponderar que as discentes Beatriz e Bianca estão em processo de verticalização e que ambas já estão atuando na área como técnicas em metalurgia e, essa experiência profissional permite com que elas tenham acesso a situações a que Amora não

tem e não terá pelo menos por enquanto, visto que ela não deseja seguir essa profissão. Quando indagamos a mesma pergunta às professoras obtivemos as seguintes respostas:

Não. Porque eu acredito que tudo tem a ver com a formação e a formação ela pode ir mudando e a capacitação pode ir mudando, as formações continuadas. E sempre que você fala de uma profissão, uma profissão, faz muitas coisas. Então, tem um recorte, por exemplo, o mecânico, que é a minha. Eu sou da área de materiais, então eu posso estar inserida em indultos. Eu posso inserido numa sala de aula e posso estar inserida no laboratório. E aí eu acho assim, que o que não é nenhuma profissão, na verdade ela deve ser determinada pelo gênero e talvez ela precise ser adaptada. Você vai fazer, mas eu não faço bem toda a parte de mecânica. Nenhum dos meus colegas faz homens, né? Nós temos por exemplos, numa decisão de trabalho, que é a distribuição de carga horária por disciplina. Os homens se sentem mais à vontade em uma disciplina, um professor específico que tem a ver com a formação do doutorado dele. Eu também me sinto mais à vontade com alguns que têm a formação, como o meu doutorado. Então, acho que é muito mais na formação mesmo e todos passam por isso. (PATRICIA).

Olha, eu acredito que não, né? Claro que existem coisas que nós não temos força, mas nós temos a capacidade de contornar sem utilizar a força. Mas, eu acredito que não exista diferença. (PÂMELA).

Dos relatos analisados percebemos que tanto a Professora Pâmela quanto a discente Beatriz mencionam o fator de dificuldade da força, porém a professora Pâmela sugere que este fator não deva ser entendido como impeditivo de a mulher exercer esse labor, pois existem outras formas de fazê-lo. Já na visão Beatriz, esse fator (força) causa muitas dúvidas em sua visão, pois esse fator não a impede de exercer sua profissão, mas a faz repensar os trabalhos que ela assume. Nesta mesma perspectiva, também vemos um relato de Amora em outro momento, mencionando a dificuldade da força:

Sim, é a questão das pessoas falarem da força que tenho. Eu sou uma pessoa um pouco objetiva, por exemplo a soldagem, eu sou uma ótima soldadora, e alguns amigos estavam falando essa questão dos meninos contra as meninas, eles falaram “você não vão conseguir soldar, mas não vão aguentar carregar porque é pesado, duvido você conseguir pegar esse saco pesado aqui porque você é fraca”. Ai eu fui lá e peguei dois sacos, depois eu fiquei com dor nas costas, mas eu fui lá e peguei dois sacos de propósito para provar que eu também sou forte o bastante para esse trabalho pesado. E isso sempre vem de homem. (AMORA).

As mulheres que escolhem se inserir em profissões tidas socialmente como masculinas como no caso da metalurgia, precisam estar cientes que muitos obstáculos deverão ser superados ao longo da sua trajetória, desde a sua formação até o seu ambiente profissional. E um dos principais impeditivos para exercer este labor está na força, não para realizar o

serviço, mas para dar a continuidade/finalidade do mesmo. Assim, as metalúrgicas, sejam elas técnicas ou tecnólogas, ou ainda engenheiras, acabam precisando de um auxílio masculino, auxílio esse que por vezes acaba por menosprezar sua competência.

Não poderíamos deixar de mencionar que a alteração sobre as diferenças entre força de homens e mulheres não é uma novidade do século XXI, pois, conforme já foi comentado, muitos estudos de gêneros baseavam seus conceitos na diferença dos corpos (biológicas). Mas, o que nos chama atenção é o quanto essa dificuldade da força ainda não foi superada de fato, e o quanto isso ainda divide opiniões de qual o papel atribuído para a mulher, visto que a falta da força física da mulher acaba por revalidar o papel atribuído a ela na divisão sexual do trabalho.

Outra dificuldade que as mulheres que estão em processo de verticalização enfrentam, seja no âmbito de formação (IFMS, Campus de Corumbá), ou no mercado de trabalho, é o machismo. Para melhor análise, torna-se necessário conceituarmos o machismo, para tanto nos valeremos dos ensinamentos trazidos por Drumont:

O machismo é definido como um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre homem e mulher. Esta definição não tem a preocupação de atingir um rigor conceitual a partir de um modelo fechado e abstrato. Mas, ao contrário a de conceituar ainda que provisoriamente o machismo, de forma que a investigação possa ser conduzida para dar conta da multiplicidade de suas manifestações concretas dentro de uma unidade de análise. O machismo enquanto sistema ideológico, oferece modelo de identidade tanto para elemento masculino como para o elemento feminino. Ele é aceito por todos e mediado pela “liderança” masculina. Ou seja, é através desse modelo normalizante que homem e mulher “tornam-se” homem e mulher, e é também através dele, que se ocultam partes essenciais das relações entre os sexos, invalidando-se todos os outros modos de interpretação das situações, bem como todas as práticas que não correspondem aos padrões nele contidos. (DRUMONT, 1980, p. 81).

Assim, o machismo deve ser compreendido como um sistema ideológico que impõe o modelo de identidade do ser masculino e do ser feminino, no qual o masculino tem superioridade e domínio sobre feminino. Pondera-se que este domínio se dá tanto nas relações sociais, incluindo relacionamentos amorosos, quanto nas relações trabalhistas. A prova dessa avaliação são os relatos das entrevistadas sobre a temática, analisemos:

Acredito que sim, o machismo é uma realidade. (AMORA).

Existe, e é muito. Infelizmente, eu queria dizer que não, mas seria uma mentira. Parece que de todo esse tempo que passou, poucas coisas mudaram, poucas. (BIANCA).

Não, é verdade. Isso é verdade (BEATRIZ).

Com certeza. A em relação à quando eu fazia um mestrado eu tinha um aluno que era meu orientando ele era bolsista, eu disse a ele vai lá e faz tal coisa e ele foi pedir para um outro laboratório e responderam que não dava pra fazer, e eu disse “tudo bem, deixa aí então”. Aí com a gente, com jeitinho de mulher, fui lá e pedir “será que não dá para fazer?”, a pessoa aceitou e foi lá e fez. A gente passa muito por isso, precisa ser um pouco mais dengosa para conseguir as coisas que não precisaria. (PÂMELA).

Queria nós ter rompido. É estrutural, porque o machismo começa quando a mulher, não quando ela escolhe, porque a minha mãe tipo assim ela escolheu ficar em casa, então quando isso é uma escolha, nenhuma escolha deve ser contestada. Mas, quando se escolhe que o marido vai e a mulher não vai ela é problemática. Por exemplo, quando eu vim o meu noivo veio junto e ele largou o trabalho dele lá no SESI em Natal. E nós somos muito questionados, mas nós optamos, e não foi fácil. Tudo por questões de machismo, porque se o meu salário era maior que o dele na época, e nós somos uma família na teoria ele teria que vir comigo mesmo. O que deveria ser normal, nós fomos muito questionados, ele principalmente foi muito questionado. Né? Mas, assim são coisas que o a gente deve fazer é não passar para frente, e tentar minimamente abalar pelo que a gente escuta. Ter muito claro sempre o nosso objetivo e o que a gente quer fazer. E no papel de educador é realmente tentar fazer a formação, algumas pessoas são assim porque elas simplesmente reproduzem, ao contrário da minha mãe, por exemplo, que fez que a gente cortasse, falando assim olha rompe, isso aí não. (PATRICIA).

Apesar de todas as entrevistadas relatarem que o machismo é uma realidade estrutural, precisamos compreender que muitas vezes o mesmo ocorre de forma velada, ao ponto de se tornar imperceptível, vejamos:

Já. Nesse sentido do estágio, de ter que ser ratificada. Mas assim, eu fui inserida em um lugar que isso precisa ser velado, porque se não for velado eu vou denunciar. Para mim é muito fácil, o servidor público por conta da estabilidade, eu sei que estou em um lugar muito favorável. Eu não posso ser demitida amanhã se eu não fiz nada de errado. Tem essas questões. O meu lugar de fala é muito confortável. Diferente do pessoal que trabalha na indústria, por exemplo, mas sim toda vez que você está sendo questionada, é você que está sendo questionada e não o que você falou. (PATRICIA).

Importante lembrar que Bianca relatou que foi vítima de assédio sexual, porém quando foi indagada se já foi vítima de machismo ela respondeu: “hum, creio que não!”. Isso significa que ela não atribui a prática do assédio sexual ao machismo, quando na verdade esse seria um típico caso da manifestação dessa ideologia, vejamos:

Neste sentido, o machismo se trata de uma relação de dominação relacionada ao sexo, por isso, antes da importunação sexual ou da violência, seja ela qual for, o machismo aparece como precursor. Conforme acima exposto, o machismo pode ser visualizado como a expressão da masculinidade

exacerbada construída ao longo de décadas. (ALMEIDA DE MELO; CHAVES, 2020, p. 86).

É importante ressaltar que depois de todos os relatos já analisados, fica evidente que a divisão sexual do trabalho predomina na sociedade, causando muitas dúvidas e preconceitos em todos os envolvidos nessas relações. Quando indagamos as entrevistadas se elas se sentem preteridas por serem mulheres nessa área, obtivemos as seguintes respostas:

Sim, com certeza, os homens têm mais oportunidades. (AMORA).

Infelizmente já. (BIANCA).

Ainda, apesar de não podermos usar o termo de normalidade porque isso não é normal. Mas, é comum, infelizmente ainda. A gente percebe que vem melhorando, por exemplo depois que eu estou aqui, a diretora geral já foi uma mulher, agora é um homem, mas já foi uma mulher. A diretora de ensino é uma mulher. Depois eu tive contato na Votorantim a gerente máxima era uma mulher, agora na Vetorial é uma mulher. Mas, nós sabemos que isso são casos de sucessos, porque a maioria dos cargos mais altos eles ainda são de homens. Né? E aí assim é inerente a nossa condição, a gente tem que provar né? A gente parte do princípio que a gente não sabe e aí a gente vai provando que sabe e custa mais e é mais cansativo. E a única coisa que eu acredito que a gente deva fazer, é claro quando for assunto de preconceito fazer a denúncia né? E quando você pergunta se a gente sabe os direitos, a gente tem que saber. E se for uma coisa que passa da normalidade. E no conceito de normalidade em que a outra pessoa possa realmente escolher é que você se apresente como a melhor, não adianta. (PATRICIA).

De acordo com o relato da Professora Patrícia já existe uma melhora dessa diferença entre homens e mulheres na área da metalurgia no campo das práticas, porém ela mesmo destaca que esses são casos esporádicos, pois na grande maioria das empresas os altos cargos ainda são ocupados por homens. O que mais nos chama a atenção é o fato de a mulher precisar provar o seu saber, a sua conduta, a sua competência e esta história não se repetir para os homens, porque essa postura de precisar provar tudo o tempo inteiro de fato é muito desgastante.

Acreditamos que outro entrave encontrado pelas discentes na verticalização é a diferença salarial entre homens e mulheres que ocupam o mesmo o cargo, laborando na mesma quantidade de horas e percebendo salários diferentes baseados apenas nas questões de gênero. Quando indagamos às entrevistadas sobre este tema, obtivemos os seguintes relatos:

Não, se você estudou igualmente aquela pessoa e trabalha igual, mesmo tendo diferença de gênero, você merece ganhar o mesmo salário. (AMORA).

Não nenhum pouco. É uma realidade porque tem estudos sobre isso, o pessoal mostra dados. É uma realidade que, enfim, é surreal. Eu particularmente não conheço alguém que me falou sobre essa situação que ocorreu. Mas, eu sei que é uma realidade. (BIANCA).

Não, não, não concordo com isso. Acredito. Eu não, não, não tenho. Eu não via ainda essa situação acontecer, ou pelo menos ela não chegou ao meu conhecimento, mas acredito que existe sim. (BEATRIZ).

Não, se ela exerce o mesmo trabalho e a quantidade horas iguais não tem o porquê da diferença de salário. Olha, não porque como técnica a gente tinha o valor estipulado eu não cheguei a passar por isso. Mas, eu já ouvi relatos de pessoas que passaram por isso fazendo o mesmo trabalho. (PÂMELA).

Então, concordar com certeza eu não concordo. Onde eu estou inserida não que existe, porque nosso cargo é público. Então ele não tem. Talvez eu esteja de todas as instituições na mais democrática possível, porque eu sou concursada. Mas, nós entendemos que por aí são gritantes as questões. Mas, eu não passo por isso e não está inserido no meu meio. (PATRICIA).

Não podemos deixar de ponderar que todos estes entraves têm o poder de desestimular aquelas mulheres/discentes que ainda não decidiram qual o caminho percorrer, mas para aquelas que já fizeram suas escolhas, nenhum entrave é tão grande que não possa ser superado com trabalho e força de vontade. Assim, quando indagamos se as discentes e professoras já pensaram em mudar de profissão, recebemos as seguintes respostas:

Nunca, nunca pensei em mudar de profissão. (BIANCA).

Não. Eu gosto da área. Eu escolhi isso para mim, sabe? E eu pretendo continuar. (BEATRIZ).

Não, porque eu não me vejo em outra profissão. (PÂMELA).

Eu acho que na verdade eu até já troquei, porque não é esperado que uma pessoa da área tecnológica esteja como docente. Então, eu acho que meio eu sai do óbvio, né? Eu não estou na indústria que é o que a gente pensa logo, e estou na área acadêmica. Depois da área acadêmica, eu já pensei, não em deixar a área acadêmica, mas assim, eu já pensei por exemplo em fazer alguns cursos que vão complementar socialmente a minha função de educadora. Por exemplo, direito, já pensei em fazer psicologia, são coisas que poderiam auxiliar, mas eu nunca pensei em deixar de ser docente, trocar não, auxiliar sim. (PATRICIA).

Salienta-se que apesar de Bianca neste momento ter respondido que após o início do processo verticalização e inserção no mercado de trabalho ela nunca pensou em mudar de profissão, em outro momento ela respondeu que após o término do técnico em metalurgia ela tentou durante um ano fazer faculdade de Educação Física. Isso significa, que até após a conclusão do técnico Bianca ainda não tinha se decidido por metalurgia, mas quando ela se

decide pela verticalização e inserção no mercado de trabalho essa decisão não está passível de revisão.

Apesar de até o presente momento nós só termos analisados as dificuldades que as mulheres enfrentam no processo de verticalização e posterior a este, nós também precisamos analisar os benefícios que as mulheres possuem de concluir o processo de verticalização na mesma área do conhecimento, ou seja, em metalurgia, vejamos os relatos das professoras:

Não sou técnica e então eu já fiz o superior. Mas eu achava muito interessante como os meus colegas que vinham, que verticalizavam. Eles tinham uma facilidade muito maior do que os outros e, eles usufruíam de pesquisa de extensão enquanto a gente estava ali ainda estudando. A gente não conhecia essas possibilidades. Eles eram mais maduros com a mesma idade. (PATRICIA).

Eu já cresci muito, acredito eu, porque tanto falei ontem, ainda estava conversando com minha mãe. Eu conversei com ela, o IF e esse primeiro ano de trabalho. Isso em 2020, que eu comecei a trabalhar. Eu, os dois ligado a minha vida me desenvolveu muito, muito mesmo. (BEATRIZ).

Eu tenho o curso técnico em química. Não, mas me ajudou bastante na metalurgia (PÂMELA).

Verticalizar na mesma área do conhecimento traz inúmeros benefícios aos estudantes, tanto na facilidade em relação às matérias, por já terem um conhecimento prévio e não serem considerados “crus”, quanto na maturidade, pois alunos que verticalizam já foram despertados para a pesquisa e a extensão e seus inúmeros benefícios. Esta narrativa é confirmada pelas professoras Patrícia e Pâmela, sabendo que a primeira não vivenciou essa experiência da verticalização, mas acompanhou colegas de turmas que desfrutaram desses benefícios. Pâmela por sua vez, verticalizou saindo do técnico para o nível superior, mas não na mesma área, pois ela era técnica em química e verticalizou para engenharia metalúrgica. Já Beatriz, que está em processo de verticalização, consegue perceber esses benefícios na sua própria vida.

Para uma melhor compreensão dessa questão, torna-se imprescindível entendermos o que é o projeto de pesquisa de extensão ofertados por todos os IFMS, inclusive do Campus Corumbá, visto que esse projeto de pesquisa dá efetividade aos conhecimentos adquiridos no campo teórico, analisemos:

As políticas e diretrizes da pesquisa no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) são definidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (Propi), sempre articuladas às ações de ensino e extensão. No IFMS, o estudante tem a oportunidade de conhecer o universo da pesquisa aplicada e da inovação tecnológica. Por meio da iniciação científica, o jovem amplia o conhecimento e contribui com o desenvolvimento local e regional.

O incentivo ao empreendedorismo inovador é outra frente de atuação do IFMS na área da pesquisa. Uma das ações é a implantação das Incubadoras de Empresas (TecnolIF) nos campi, espaços onde estudantes poderão incubar ideias e projetos de negócio. A Política de Inovação do IFMS também favorece um ambiente de criação inovadora na busca de soluções tecnológicas, protegidas pelas ações do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). Desta forma, a produção intelectual protegida pode ser transferida para o setor produtivo e, conseqüentemente, para a sociedade. Verticalizar a pesquisa em diferentes níveis de ensino é outro desafio do IFMS, o que é feito por meio da oferta de cursos de pós-graduação. Em resumo, as atividades na área da pesquisa no IFMS compreendem:

- Fomento à iniciação científica e tecnológica;
- Ações de empreendedorismo inovador;
- Proteção do conhecimento e transferência de tecnologia;
- Oferta de pós-graduação. (IFMS, 2022).

Fica, portanto, evidenciado que a verticalização da pesquisa é um desafio ao qual o IFMS, Campus Corumbá, se propõe, uma vez que a discente, após a conclusão do ensino superior, também pode continuar verticalizando seus conhecimentos por meio da pós-graduação e galgando cargos cada vez mais elevados, rompendo a segregação do teto de vidro, conforme menciona Olinto (2011).

Depois das considerações acerca do processo de verticalização em áreas vistas socialmente como masculinas, na sequência serão analisados os relatos das participantes que apresentam relações entre esta mesma temática e as questões raciais.

#### **4.2.4 Mulheres em profissões vistas socialmente como masculina e questões raciais**

As questões raciais se fazem presentes na sociedade e também entre as participantes dessa pesquisa de mestrado. E embora não tenha sido colocada, inicialmente, como objetivo de estudo a interface com as questões de raça, durante a gravação das entrevistas, o tema foi surgindo, sobretudo porque três participantes se autodeclararam negras.

Outro aspecto a considerar é que, por mais que tenhamos tentado identificar as dificuldades vivenciadas por docentes e discentes do IFMS Campus de Corumbá, que lecionam e/ou estudam em área vista socialmente como masculina, reconhecemos que não conseguiremos abarcar todas, pois muitas dificuldades apresentadas pairam pela subjetividade da dita “normalidade” social. Por conseguinte, os preceitos impostos pela sociedade acabam por prejudicar a nossa análise, pois ao investigarmos o objeto de estudo, nós consideramos as percepções das entrevistadas e se essas percepções estão fundamentadas nos padrões sociais pré-estabelecidos. Muitas vezes, as entrevistadas não conseguem enumerar as dificuldades por

entenderem que são “normais” ou inerentes à escolha profissional. Dessa forma, alguns pontos passam despercebidos e não são citados pelas participantes no momento da entrevista.

Ademais, é necessário considerar o fato de as mulheres não estarem em “pé de igualdade” quando se trata das dificuldades no processo de inserção no mercado e na carreira profissional, pois a divisão sexual do trabalho não é a única divisão que permeia as relações empregatícias. Para tanto, analisemos os ensinamentos trazidos por Nogueira e Passos (2020):

Quando tratamos da divisão sociossexual do trabalho – sem racializar as relações sociais – estamos fragmentando a análise, homogeneizando as mulheres e colocando-as nas mesmas condições. Isto significa que entre as próprias mulheres também ocorre uma hierarquização da distribuição dos poderes e dos acessos. (NOGUEIRA; PASSOS, 2020, p. 1).

Deste modo, se as mulheres em geral apresentam inúmeras dificuldades para se inserirem em áreas entendidas socialmente como masculinas, as mulheres negras têm essas dificuldades potencializadas, pois além pertencerem ao gênero feminino, elas ainda são negras e infelizmente no Brasil o racismo, mesmo sendo criminalizado, ainda permeia muitas relações tanto na área social quanto na área profissional. A desigualdade inserida no contexto feminino possui fundamento em duas ideologias de dominação que compõem a sociedade brasileira, que são o patriarcado e o racismo, conforme preceitua Saffioti (1976).

Tendo em vista que nós já procuramos conceituar e entender como o patriarcado está inserido na nossa sociedade, e por que ele deve ser entendido como uma ideologia de dominação, partiremos para o conceito de racismo com intuito de compreendermos como ele interfere nas relações sociais, trazendo dificuldades a mais para as mulheres negras em todos os âmbitos da sua vida. Em relação ao racismo, Silva (2017) ressalta que:

A cor da pele, no século XVIII foi considerada como um critério fundamental na divisão entre raças. Assim, a partir de uma terminologia “científica” absorvida pelo imaginário coletivo, a humanidade foi dividida em branca, negra e amarela. São divisões estanques, que de forma alguma contemplam a diversidade humana. E nem mesmo estão corretas, do ponto de vista biológico, pois a cor da pele é definida pelos graus de concentração de melanina nos indivíduos. Nestes termos, à parte a inexistência de raças, a persistência de seu uso pelos sujeitos na realidade concreta das relações sociais justifica sua utilização crítica como categoria de análise social e política. Não perdendo de vista sua historicidade como categoria social de dominação e exclusão, determinante do racismo. (SILVA, 2017, p. 36).

Neste contexto, o racismo é uma categoria de análise social e política que causa dominação e exclusão de povos que são considerados inferiores. Consequentemente, a ideologia do racismo ao longo dos séculos foi encontrando justificativas para dar continuidade

às dominações. Silva (2017) pondera que entre os séculos XX e XXI o fator biológico (raça/cor) perdeu espaço para as diferenças culturais e identitárias que legitimavam a invasão e dominação desses povos tidos como inferiores. Já o racismo “moderno” possui um conceito mais amplo na ideologia de dominação, vejamos:

O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de “raças eleitas”. Há também o racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças. (MOURA, 1994, p. 28-38).

Apesar de o racismo ser anterior ao capitalismo, de acordo com Moura (1994) e Silva (2017), ele encontrou guarida no sistema capitalista, devendo ser entendido como um dos componentes ideológicos do capitalismo que foi desenvolvido na Inglaterra e na França. Assim, o racismo encontra sua pujança nas “doutrinas biológicas de seleção natural e superioridade genética contribuíram para a hegemonização do racismo ‘científico’ como justificativa para perpetuação da invasão de territórios e dominação de povos, mesmo com o fim do período colonial” (SILVA, 2017, p 40).

Importante mencionar que entre as cinco participantes da pesquisa, três se autodeclararam como negras, sendo elas a professora Pâmela, a aluna Bianca, que está em processo de verticalização, e a aluna do curso Técnico Integrado, Amora. Quando indagamos a respeito da cor/raça, obtivemos as seguintes respostas: “Preta” (AMORA); “Eu não me considero branca, eu me considero negra mesmo” (BIANCA); e “Negra” (PÂMELA).

Nesta perspectiva, como se não bastassem todas as dificuldades que já foram apresentadas, passamos a analisar como as questões raciais dificultam as relações de trabalho, na vivência das entrevistadas. No momento em que questionamos as três participantes sobre qual a maior dificuldade vivenciada por elas, se é ser mulher ou se é ser uma mulher negra, obtivemos respostas rápidas, sem sequer precisar pensar duas vezes a respeito da temática:

Ser uma mulher negra com certeza é mais difícil! Porque já existe o preconceito de ser mulher, por você ser taxada como sexo frágil que não tem tanta força, e pelo preconceito racial, juntando essas duas coisas é muito difícil. Ainda mais que no mercado de trabalho as pessoas brancas têm muito mais oportunidade do que as pessoas pretas. (AMORA).

Ser uma mulher. (BIANCA).

É mais difícil ser uma mulher negra. (PÂMELA).

Somente Bianca entende que é mais difícil ser mulher do que ser uma mulher negra. Já Pâmela e Amora entendem que ser mulher negra é mais difícil e a professora Pâmela acrescenta que mulheres brancas têm mais oportunidade de trabalho. Assim ela relata:

Com certeza, eu já passei por várias coisas assim, de procurar um emprego e a pessoa exigir boa aparência. O que é boa aparência? Eu já sabia que eu não ia conseguir, mas eu ia para provar que eu tinha a capacidade para aquele emprego, porque eu tinha as qualificações necessárias exigidas naquele anúncio. Ou então botavam boa aparência e pediam foto. Porque pedir foto se você vai lá presencialmente. (PÂMELA).

Pâmela, por ser uma mulher experiente, ainda pondera sobre situações que outrora pareceriam corriqueiras, como pedir fotos em currículos, e que atualmente caíram em desuso, como sendo uma prática de cunho racial. Se analisarmos a fala da professora Pâmela, concordamos que profissionais da área da metalurgia precisam possuir qualificações e não boa aparência, afinal, como a docente reflete, o que é boa aparência? Para explanação dessa dúvida nos valem os ensinamentos trazidos por Paim (2016):

A percepção da aparência é consequência da interação de fatores como as características das pessoas envolvidas e o contexto em que os atores sociais se confrontam. As características pessoais dos sujeitos no modelo teórico proposto são a pertença racial percebida e o preconceito racial. O sujeito independente da sua pertença racial pode compartilhar sentimentos negativos e estes afetos influenciarem seu julgamento sobre a aparência do candidato. A pertença racial depende da posição do sujeito na interação, alvo ou selecionador. No caso do percebedor (selecionador), a pertença racial está sujeita à aceitação da condição racial e a percepção que o sujeito constrói sobre o seu grupo social. Nesta interação social, o alvo (candidato) passa por uma avaliação da sua aparência física no sentido de ser identificado como pertencente a um grupo racial. (PAIM, 2016, p. 24).

As constatações da Professora Pâmela vêm ao encontro aos conhecimentos trazidos por Paim (2016), visto que a suposta boa aparência são as características pessoais que indicam a pertença do grupo racial ao qual aquele indivíduo encontra-se inserido. Em linhas gerais, exigir do candidato uma boa aparência nada mais é do que demonstrar um preconceito racial de forma velada, e este preconceito pode ser considerado invisível para as pessoas que não são vítimas desse tipo de agressão.

Além disso, a legislação brasileira proíbe toda e qualquer prática que possa resultar em preconceito ou discriminação racial. Portanto, esta orientação aparece expressamente na Constituição Federal, em seu art. 3º, inciso IV, o qual já foi citado, bem como no art. 5º XLII, vejamos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

**XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;** (BRASIL, 1988, grifo nosso). (BRASIL, 1988)

Considerando a gravidade da conduta, o legislador buscou exterminar a discriminação de raça em todo o território brasileiro, retirando do acusado o direito de responder ao processo em liberdade (liberdade provisória) e de pagar fiança, pois o crime é inafiançável. O crime também é imprescritível, ou seja, o seu julgamento independe da data do cometimento do ato, o lapso temporal do crime não tem o poder de extinguir o processo ou a pena, o acusado pode ser processado e julgado a qualquer tempo. No Brasil, atualmente, existem apenas dois casos em que o legislador constitucional prevê a imprescritibilidade que são o racismo e a ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

Contudo, o legislador constitucional previu que a pena de reclusão (prisão) deverá ocorrer nos termos da lei, para os operadores do direito o inciso XLII do art. 5º deve ser entendido como uma norma constitucional de eficácia contida ou prospectiva, ou seja, é uma norma apta a produzir todos os seus efeitos desde a promulgação da Constituição em 1988, mas precisa editar uma lei específica para penalizar a conduta que a Carta Magna quis reprimir. É neste momento que a lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, é sancionada com o intuito de definir os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, vejamos:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pena: reclusão de dois a cinco anos. (BRASIL, 1989).

Como se não bastassem todas as referidas legislações já citadas, também encontramos na Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1958, que foi ratificada (recebida) pelo Brasil, mediante a promulgação do Decreto nº 62150, de 19 de janeiro de 1968, que prevê a eliminação de toda e qualquer discriminação em matéria de emprego, inclusive nos casos raciais. A Declaração da OIT possui Princípios e prevê Direitos Fundamentais no Trabalho, aos quais o Brasil reafirmou o seu compromisso como Estado-membro (de aplicar o princípio da não discriminação em matérias de emprego e ocupação). Buscando dar efetividade ao seu compromisso com a OIT o Brasil sancionou a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, que estabelece:

Art. 1º **É proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção**, por motivo de sexo, origem, **raça, cor**, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros, ressalvadas, nesse caso, as hipóteses de proteção à criança e ao adolescente previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Brasil, 1995, grifo nosso).

Apesar de o legislador buscar dar efetividade ao compromisso assumido mediante a Lei nº 9.029/95, na tentativa de reprimir práticas discriminatória baseada em raça e cor no ambiente de trabalho, ao analisar a materialidade ao qual a professora Pâmela e as discentes Bianca e Amora estão inseridas, nós percebemos que a tentativa do legislador foi frustrada. Pois quando perguntamos à professora Pâmela se ela já sofreu racismo no ambiente profissional (fora do IFMS), obtivemos a seguinte resposta:

Sim, porque as pessoas não entendiam como eu poderia estar lá sendo uma mulher negra e trabalhando como uma técnica, em um lugar mais privilegiado que é a produção por exemplo. Aí é muito cansativo, porque precisa ficar provando toda hora que você tem capacidade para estar onde tu estás porque nada é fácil. (PÂMELA).

Ao indagarmos a discente Amora se ela já foi vítima racismo no seu contexto social, haja vista que ela ainda não está inserida no mercado de trabalho, porque ainda não concluiu o ensino médio integrado Técnico em Metalurgia, a discente afirmou:

Eu já sofri pelo fato do meu cabelo. Quando eu era criança em relação as pessoas mais velhas, os meus amigos que tinham parentes mais velhos que eram racistas. Já teve vez de eu ir na casa da minha colega e a vó dela olhar para minha cara e ficar, tipo, sem jeito, e me dizer “É esse cabelo duro, minha filha”. Ela falou isso na minha cara. Já aconteceu de alguém apontar o dedo para mim e falar “É essa neguinha”. (AMORA).

Mesmo diante de todo o acervo legal (leis) que já foi explanado sobre o racismo, o preconceito ainda é clarividente tanto no âmbito social, quanto no âmbito trabalhista. Quando indagamos a Professora Pâmela se ela acredita que a sociedade evoluiu ao ponto de que as mulheres negras não precisem passar pelas experiências que ela passou, tivemos o seguinte relato:

Elas vão passar por isso ainda, porque a sociedade está modificando, mas ainda sim toda hora nós precisamos provar. E eu tenho acesso a vários relatos que ainda continua sendo assim. Então a um bom tempo vai continuar isso. (PÂMELA).

Tendo em vista que a professora Pâmela está em contato direto com as discentes, tanto do Técnico em Metalurgia, quanto do curso de Processos Metalúrgicos, fica claro que sua

opinião não está baseada apenas em suas experiências vivenciadas, mas também nos relatos das discentes que com ela foram compartilhados. Quando indagamos à discente Amora sobre ter sofrido preconceito dentro do IFMS, ela respondeu “Dentro do Instituto e da metalurgia não”. Mas, quando perguntamos à professora Pâmela se ela já sofreu racismo dentro do IFMS, Campus de Corumbá, obtivemos as seguintes respostas:

Olha, que eu passei dentro do instituto com um aluno que dizia que não queria ter aula comigo, ele disse que não se sentia à vontade na minha presença. Eu disse: “Bom, se tu não queres fazer agora, no outro semestre tu terás que fazer igual, é você que está se prejudicando, porque eu já estou aqui aberta e vou dar aula para todos igualmente, sem fazer distinção independente se tu gostas ou não de mim”. E depois de duas aulas ele retornou e começou a conversar comigo e foi um dos alunos que mais me elogiou no final do curso. Porque eu acredito que a princípio ele me viu como uma mulher e como eu poderia estar ali e ainda ser negra, né? Foi isso, mas ainda bem que depois eu consegui mostrar que eu tinha aquele conhecimento para estar ali. (PÂMELA).

A professora Pâmela, por causa de sua cor, teve dificuldade com um discente e argumenta que “foi apenas um caso específico mesmo”, mas ela precisou se valer de uma maturidade emocional para contornar o discente e conseguir desenvolver o seu trabalho com maestria. Mas o questionamento que fica é até quando ou até que ponto o profissional precisa ser articulado e maduro para contornar essas situações, que como já vimos, são atitudes criminosas. A verdade é que, diante do arcabouço jurídico do Brasil, as pessoas negras não precisariam estar expostas a este tipo de situações que são, no mínimo, constrangedoras. Como pode um ser humano não se sentir bem na presença de outro por conta da cor da sua pele? Estas são atitudes que devem ser reprimidas com todo o rigor da lei.

O que mais nos chama a atenção é que ainda existem pessoas que acreditam que o racismo não está mais instalado na sociedade brasileira, e que a luta dos negros não passa de um grande “mimimi”. Na contramão desse pensamento descontextualizado, temos estudiosos, como Westin (2020), que afirmam que a luta contra a discriminação dos negros só produzirá efeitos consistentes quando o povo brasileiro se afirmar racista, seja enquanto sociedade ou indivíduo. O filósofo e jurista Silvio Almeida, presidente do Instituto Luiz Gama, ONG (Organização Não Governamental) que atua pela igualdade racial e professor da Universidade Mackenzie e da Fundação Getúlio Vargas, pondera que:

A negação é essencial para a continuidade do racismo. Ele só consegue funcionar e se reproduzir sem embaraço quando é negado, naturalizado, incorporado ao nosso cotidiano como algo normal. Não sendo o racismo reconhecido, é como se o problema não existisse e nenhuma mudança fosse

necessária. A tomada de consciência, portanto, é um ponto de partida fundamental. (WESTIN, 2020, p. 1).

Nesta perspectiva, o racismo não pode ser abordado e nem tratado de forma simplista, pois esta forma tem condão de colocar panos quentes diante de toda a problemática já analisada. Assim, Westin (2020) ainda relata o ser negro no Brasil:

No Brasil, ser negro significa ser mais pobre do que o branco, ter menos escolaridade, receber salário menor, ser mais rejeitado pelo mercado de trabalho, ter menos oportunidades de ascensão profissional e social, dificilmente chegar à cúpula do poder público e aos postos de comando da iniciativa privada, estar entre os principais ocupantes dos subempregos, ter menos acesso aos serviços de saúde, ser vítima preferencial da violência urbana, ter mais chances de ir para a prisão, morrer mais cedo. Quando a negação prevalece, essa realidade é interpretada como decorrência natural e inevitável das desigualdades sociais do Brasil e não se consegue enxergar que a verdadeira causa é o racismo. É por isso que os negacionistas rechaçam políticas de cunho racial como a demarcação de terras quilombolas e a criação de cotas nas universidades e nos concursos públicos. (WESTIN, 2020, p. 1).

Desse modo, no Brasil nós estamos emergidos no racismo estrutural, que, para Westin (2020, p. 1), nada mais é do que um “alicerce em cima do qual se constroem as relações políticas, econômicas e sociais no país. As pessoas e as instituições são moldadas, por vezes de forma inconsciente, para encarar como normal que brancos e negros ocupem lugares diferentes”. A advogada Flávia Pinto Ribeiro, que é vice-presidente da Comissão da Mulher da seccional Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), relata que para as mulheres negras, a situação é pior:

Assim como o racismo, no Brasil também o machismo é estrutural. As negras, por isso, são duplamente discriminadas, vistas tanto como objetos, por causa do machismo, quanto como sub-humanas, por causa do racismo. Se aos homens negros já é dado pouco espaço na sociedade, às mulheres negras é dado menos ainda. (RIBEIRO *apud* WESTIN, 2020, p. 1).

Por fim, diante de todos os dados coletados, fica claro que a mulheres têm menos oportunidades do que os homens no mercado de trabalho. Mas, se essa mulher for negra, as oportunidades diminuirão muito mais, conforme já foi analisado nesta última categoria de análise dos dados da pesquisa empírica realizada para o Mestrado em Educação da UFMS, Campus do Pantanal.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da pesquisa, que teve como objetivo averiguar como ocorre a verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá, segundo a perspectiva de professoras e alunas dos cursos de Técnico Integrado em Metalurgia e de Tecnologia em Processos Metalúrgicos, tecemos algumas análises sobre o desenvolvimento e resultados obtidos com base neste estudo.

Primeiramente, apresentamos a estruturação que fundamenta a materialidade do cenário brasileiro, e como as lutas dos movimentos sociais e principalmente dos movimentos feministas (as mulheres sempre foram as protagonistas das suas próprias histórias) tiveram suma importância na aquisição e garantia dos direitos que por lei foram estabelecidos, além de trabalharmos um conceito de gênero e esclarecermos que se trata de uma construção social.

Também precisamos evidenciar o polo passivo (parte contrária) que é o patriarcado nesta grande luta, visto que este opositor deve ser entendido como um sistema ideológico sociopolítico, que encontra seus fundamentos estabelecidos na cultura e política colocando o homem em uma situação de privilégio e liderança, enquanto a mulher é alocada em uma posição de subordinação.

Não poderíamos deixar de mencionar que, apesar de a promulgação das leis ser entendida como uma grande conquista, a mulher não foi ainda retirada do seu local de sujeição, evidenciando que novos embates devem ser travados, a fim de que as conquistas legais sejam vivenciadas verdadeiramente pelas mulheres e reverberadas no mundo do trabalho.

Desse modo, também abordamos a divisão sexual do trabalho, cujo conceito foi amplamente divulgado e estudado entre as décadas de 1980 e 1990, sendo suplantado nos anos 2000 por temáticas que tratavam o sexo e a violência. Contudo, apesar de os estudos que abordavam a divisão sexual do trabalho não terem sido tão discutidos quanto em décadas anteriores, isso não significa que este instituto tenha sido superado, tanto na área das práticas trabalhistas quanto na área educacional. Ademais, os ditos papéis sociais são imputados ao ser humano desde antes do próprio nascimento e acabam por determinar até mesmo o trabalho que é tipicamente visto como adequado para cada gênero, forçando assim que mulheres rompam os marcadores sociais e se lancem na área das ciências.

Outro ponto crucial do nosso trabalho refere-se à demarcação do caminho metodológico percorrido, demonstrando o *locus* da pesquisa (IFMS, Campus de Corumbá),

bem como as suas especificidades. Desse mesmo modo, caracterizamos os cursos pesquisados (Técnico Integrado em Metalurgia e Tecnologia em Processos Metalúrgicos), além dos instrumentos empregados para o levantamento de dados e o perfil das discentes e das professoras participantes desta pesquisa.

Em relação à pesquisa empírica, nós apresentamos a descrição, análise e discussão dos resultados quantitativos, fornecidos pela secretaria do IFMS Campus de Corumbá, e dos dados qualitativos, referentes às entrevistas com as três discentes (Amora, Beatriz e Bianca) e as duas professoras (Patrícia e Pamela) do referido Campus. Também relatamos e analisamos as principais falas das participantes, demonstrando como as questões de gênero e a divisão sexual do trabalho são produzidas e reproduzidas no ambiente escolar (IFMS) e no ambiente de trabalho.

Destacamos que o processo de verticalização, conforme Olinto (2011), no contexto do IFMS Campus de Corumbá, consiste na aluna/mulher concluir o curso Técnico Integrado em Metalurgia e o curso de Tecnologia em Processos Metalúrgicos, saindo da área técnica e se especializando no nível superior, para galgar novas oportunidades profissionais. Cabe salientar que Olinto (2011) é uma pesquisadora de gênero e, mediante seus estudos, conceituou a segregação horizontal e segregação vertical, na qual as mulheres sofrem essa separação dentro da divisão sexual do trabalho. Na realidade as mulheres segregam produzindo e reproduzindo esse lugar de subordinação, mesmo em áreas entendidas como femininas.

Ao considerar esse pressuposto, torna-se evidente que o processo de verticalização ainda não foi concluído por nenhuma mulher dentro do IFMS, Campus Corumbá, mas há sete estudantes que já concluíram o Técnico Integrado em Metalurgia e que estão cursando Tecnologia em Processos Metalúrgicos, ou seja, estão em processo de verticalização. Entre essas sete alunas, temos as entrevistas de Bianca e Beatriz, que estão inseridas neste processo.

Ao analisarmos os dados quantitativos dos cursos pesquisados, notamos que no âmbito técnico as mulheres são maioria, tanto na inserção do curso, quanto na conclusão. Porém, essa realidade é alterada drasticamente quando analisamos o nível superior, no qual os homens são maioria, tanto na inserção, quanto na sua finalização.

Outro ponto a destacar é que o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá, possui como principal dificuldade, nos cursos pesquisados, altos índices de desistência, tanto de homens quanto de mulheres. Evidentemente que a pandemia de Covid-19 pode ter contribuído para que este fato ocorresse, sobretudo o curso de ensino superior, pois as primeiras turmas se formaram justamente nos anos de 2020 e 2021, auge do período

pandêmico. Ainda assim, esta problemática precisa ser analisada e repensada pela instituição, a fim de que essa evasão possa diminuir seus percentuais.

Quanto à divisão sexual do trabalho, percebemos que se trata de um fenômeno real e que está inserido no contexto social investigado, o qual possui como principal intuito definir quais são as profissões que devem ser realizadas tanto por homens quanto por mulheres, baseando suas justificativas no patriarcado, na biologia, na religião, no conservadorismo, entre outros indicadores. Contudo, esta divisão sexual está construída no âmbito social, e como tudo que é construído pode ser desconstruído, ainda mais quando é para o bem comum da sociedade.

A verticalização de mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas dentro o IFMS, Campus Corumbá, é um processo que abrange inúmeras dificuldades, incluído o preconceito por parte dos colegas do curso de informática, esse preconceito perpassa pela instituição e chega até o ambiente de trabalho (fora do IFMS). Entretanto, percebemos que algumas dificuldades são vivenciadas dentro da instituição, porém essas dificuldades são oriundas dos conhecimentos culturais inseridos na sociedade e reproduzidos dentro da instituição pelos discentes.

O ser mulher, mesmo em pleno século XXI, ainda abrange muitas questões que envolvem o cuidado com o outro, muitas vezes até abortando sonhos e projetos pessoais em favor de outras pessoas, seja por questões impositivas tanto sociais, quanto religiosas. Nesta perspectiva, a grande dificuldade das discentes é não poder priorizar os seus estudos, pois muitas delas precisam ajudar em casa, realizar trabalhos domésticos, cuidar dos irmãos e outras atividades, limitando o tempo de dedicação aos estudos, conforme menciona a Professora Patrícia.

Após a realização da pesquisa, entendemos que o IFMS, Campus de Corumbá, é uma instituição educacional democrática que visa romper com as barreiras impostas pela sociedade, pois além de permitir que as mulheres se insiram em todas as áreas do conhecimento, a instituição as incentiva a adentrarem no campo das ciências exatas, mediante a realização de pesquisa científica, que são financiadas com aporte global de até R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais). Assim, evidencia-se que o IFMS, Campus de Corumbá, é uma instituição que tem buscado quebrar paradigmas que outrora foram estabelecidos, na intenção de ressaltar a força e a capacidade das mulheres.

Quando pensamos na escolha que as discentes realizam ao se inserirem nos cursos pesquisados, fica claro que elas não o fazem com a consciência do que as esperam no futuro, e muito menos o que de fato elas vão estudar. De acordo com os relatos das entrevistadas, as

escolhas são realizadas com base na instituição IFMS, por não gostarem de informática e por haver menos concorrência.

Outro aspecto relevante é que inicialmente não pensamos em pesquisar sobre a segregação racial, porém analisando as vivências das entrevistadas e suas declarações acerca da sua raça/cor, levantamos dados relevantes que interferem diretamente no tema pesquisado, não podendo e não devendo ser ignorados. Assim, as questões raciais, que são um demarcador das interseccionalidade, nos permitem compreender que mulheres negras precisam imprimir um esforço muito maior para garantir sua vaga no mercado de trabalho, ainda mais se a profissão escolhida pela mulher negra for entendida como masculina.

A presente pesquisa, para a elaboração desta dissertação de mestrado, discutiu a importância de as mulheres se inserirem em todas as áreas do conhecimento, porém ao colhermos todos os subsídios referentes ao curso Técnico Integrado em Metalurgia e Tecnologia em Processos Metalúrgicos, foi extraído um material muito rico inviabilizando a discussão em outras áreas do conhecimento. Mas, tendo em vista que essa pesquisa possui também como escopo servir de aporte teórico para outras investigações, houve a tentativa de contribuir para o descortinar desse estudo.

É importante relatar que não tivemos a pretensão de esgotar o estudo sobre a divisão sexual do trabalho e suas implicações no IFMS, Campus de Corumbá, porém com a pesquisa nós conseguimos colher dados muito potentes que retratam a materialidade vivenciada pela mulher que decide romper, mediante uma escolha, com o papel social que foi lhe incumbido por ditos sociais.

Nesta perspectiva, evidencia-se que as mulheres não têm se conformado com o local em que culturalmente lhes foi pré-estabelecido e, por conseguinte, elas têm atuado em profissões que ainda são vistas socialmente como masculinas, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas no cotidiano, tanto no âmbito educacional quanto no âmbito trabalhista. Apesar de todas as dificuldades, essas mulheres não se abatem, não desistem, e vão enfrentando os percalços com muita força e determinação.

Esse aspecto sugere que as mulheres têm resistido e que elas podem trabalhar na função que escolherem, independentemente se a profissão é entendida como feminina ou masculina, no contexto social em que elas estão inseridas. Ou seja, as professoras e as estudantes dos cursos Técnico Integrado em Metalurgia (ensino médio) e Tecnologia em Processos Metalúrgico (curso superior) têm contribuído para desconstruir e romper com a divisão sexual do trabalho, possibilitando assim que as relações de gênero sejam mais equitativas em âmbito profissional e social.

Por fim, volto a escrever em primeira pessoa do singular, assim como no início da Introdução, pois não posso terminar esse estudo sem ponderar todos os conhecimentos adquiridos, sendo bem verdade que iniciei essa pesquisa com hábito de descortinar os meus olhos para as questões de gênero e a divisão sexual do trabalho. Mas, hoje, após a realização de toda essa pesquisa, eu descobri que descortinar os olhos ainda é muito pouco diante de toda a materialidade instalada.

Apesar de compreender que o descortinar é o primeiro passo para a mudança de posicionamento acerca dos ditames sociais, preciso de forma metodológica ser fonte de todos os conhecimentos adquiridos, pois se eu não me posicionar como mulher, todo esse estudo será em vão. Hoje compreendo por que eu nunca me atentei para as questões de gênero, mesmo sendo mulher, pois ainda que inconscientemente eu reproduzi os papéis que me foram atribuídos enquanto gênero feminino.

Falar de gênero é falar de conceitos determinantes e bem marcados, como uma fronteira de um país, por exemplo, e eu até a realização desse estudo nunca tinha chegado perto dos limites dessa fronteira, cruzá-la, então, jamais! Contudo, nós só podemos compreender todas essas demarcações quando chegamos perto dessa linha de limitação ou, melhor, quando rompemos essa limitação.

Eu encerro essa dissertação de mestrado cheia de coragem e disposição para romper as barreiras que eu encontrar, entendendo que o ser mulher é ser EU com todos os meus gostos, jeitos, vontades, escolhas e crenças, podendo ser quem eu quiser, e crendo no que eu quiser, pois eu sou livre! E o meu maior desejo é que todas as pessoas entendam que somos livres para ser, viver e trabalhar na área que quisermos, independentemente das questões de gênero.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Carla Faria; ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. **Anais...**, Fortaleza, CETROS, 2013.

ALVES, Cândida Beatriz. **Divisão sexual do trabalho e inconsciente político: histórias de mulheres em formação profissional**' 11/12/2017 184 f. Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília Biblioteca Depositária: BCE – UNB, 2017.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2011.

ÁVILA, Maria Betânia. **Textos e imagens do feminismo**: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001.

BARBOSA, Jaqueline Aparecida. Feminilidades na escola: uma discussão sobre gênero e desempenho escolar de meninas. In: Reunião Nacional Da Associação Nacional De Pós Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, 39; 2019, Goiânia. **Anais [...]**, Rio de Janeiro: ANPEd, 2019, p. 1-6, Disponível em: [http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos\\_24\\_0](http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_24_0). Acesso em: 03 maio 2021.

BETTO, Frei. **A marca do batom**: como o movimento feminista evoluiu no Brasil e no mundo. ALAI, América Latina em Movimento, 2001. Disponível em: <http://alainet.org/active/1375&lang=es> Acesso em: 17 jul. 2021.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-681, 2016.

BOCK, Silvio Duarte. **Orientação profissional para as classes pobres**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. **Código Eleitoral**, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 jun. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**, Brasília, DF, out. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 2001.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6 ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2007.

CASTRO, Ana Beatriz Cândido; SANTOS, Jakciane Simões dos; SANTOS, Jássira Simões dos. Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e a força de trabalho feminina na sociabilidade capitalista. In: VI Seminário CETROS - Crise e Mundo do Trabalho no Brasil, Itaperi. **Anais** [...] Ceará: CETROS, 2018, p. 1-14, Disponível em: <http://uece.br/eventos/viseminariocetros/anais/trabalhos.html?search=G%C3%8ANERO%2C+PATRIARCADO%2C+DIVIS%C3%83O+SEXUAL+DO+TRABALHO+E+A+FOR%C3%87A+DE+TRABALHO+FEMININA+NA+SOCIABILIDADE+CAPITALISTA#>

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CHASSOT, Attico Inácio. **A ciência é masculina? É, sim senhora**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2017.

CORTES, Mariane Rodrigues. **Mulher na Ciência: “Ciência também é coisa de mulher!”**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Física) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

CUNHA, Bárbara Madruga. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. XVI Jornada de iniciação científica de direito da UFPR. **Anais...**, Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://www.direito.ufpr.br> >. Acesso em: 01 outubro 2021

DUBET, François, Duru-Bellat, Marie e Véréttout, Antoine. As desigualdades escolares antes e depois da escola: organização escolar e influência dos diplomas. **Sociologias**, v. 14, n. 29, p. 22-70, 2012.

DRUMONT, Mari Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**, São Paulo, v. 3, p. 81-85, 1980.

ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 274-305, abr., 2014.

FARIA Adriana Horta; OLIVEIRA; Leonardo Alves; GONÇALVES, Josiane Peres. Sexo x gênero: o que pessoas adultas pensam sobre esses conceitos? **Composição: Revista de Ciências Sociais da UFMS**. Edição Especial, p. 460-478, 2015.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores 2005**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2006.

GALVÃO, Nereide Aparecida Pagani. **“É aquela história de que só os fortes conseguem”:** o perfil do(a) egresso(a) e relações de gênero no curso de licenciatura em Matemática da UFMS - câmpus do Pantanal. 2020. 189 f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Campus do Pantanal. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá, UFMS, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Josiane Peres. **O perfil profissional e representações de bem-estar docente e gênero em homens que tiveram carreiras bem-sucedidas no magistério**. 2009. 232 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, PUCRS, 2009.

GRESCHEN, Fernanda. **Educação, Trabalho e Mulheres: A Inserção Feminina em Cursos de Educação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Campus Joinville'** 03/02/2017 198 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade da Região de Joinville, Joinville Biblioteca Depositária: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE.

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **REPI, Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, Boa Vista, RR, v. 2, p. 1-20, 2021.

HIRATA, Helena. **Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero**. Revista Latinoamericana de estudios del trabajo, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 5-17, 1998.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo, SP: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; KÉRGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007, p. 595-609.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010: educação; resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IFMS, Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Edital nº 12/2021 - Propi/IFMS. **Seleção de propostas para a participação de meninas e mulheres em pesquisas científicas**. Campo Grande, Propi/IFMS, 2021. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/> Acesso em: 20 maio 2021.

FIAES, Carla Silva; MARQUES, Reginalice de Lima; COTRIM, Gabriela Souza; BICHARA, Ilka Dias. Gênero e Brincadeira em Parquinhos Públicos de Salvador (BA). **Interação em Psicologia**, v. 14, n. 1, p. 31-41, 2010.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista Fatos e Versões**, v. 1, n. 02, 2009. Disponível em: <http://www.academia.edu/amulhernopatriarcadobrasileiro> Acesso em: 23 maio 2021.

LETA, Jacqueline. Mulheres na ciência brasileira: desempenho inferior? **Revista Feminismos**, v. 2, p. 139-151, 2014.

KÉRGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina. (Orgs.) **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: ArtesMédicas, 1996. p. 19-27.

KOHL-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. o revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica **Revista Panorâmica**, v. 33, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>. Acesso em: 30 jul. 2022.

LEAL, Tatiane. Feminilidade produtiva: representações de gênero e trabalho no discurso jornalístico In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura –ENECULT, 11; Salvador. **Anais** [...], Bahia: ENECULT, 2015, p.1-13, Disponível em: [http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/artigos-aprovados//Upload\\_64677.pdf](http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/artigos-aprovados//Upload_64677.pdf). Acesso em: 04 maio/ 2021.

LOURO, Guacira Lopes, **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEDEIROS, Priscilla Brandao de. **A inserção de mulheres em postos de trabalho marcados pela lógica masculinizante: uma análise com as mototaxistas de Caicó/RN**!. 2015 198 f. Mestrado em Serviço Social Instituição de Ensino: Universidade Estadual da Paraíba, CampinaGrande Biblioteca Depositária: Biblioteca Central, 2015.

MELO, Brunilla Thais Queiroz de. **Barreiras (in)visíveis: a segregação de gênero em cursos universitários da UFRN**.' 2014. 145 f. Mestrado em Serviço Social Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal Biblioteca Depositária: Central Zila Mamede, 2014.

MELO, Lavínya Almeida de; CHAVES, Maria Carmen. Importunação sexual: o machismo antecede a violência. **Caderno de Graduação Ciências Humanas e Sociais**, Pernambuco, v. 4, n. 3, p. 83-84, 2020.

MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima. Modos de ver e de se movimentar pelos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista em Educação: o que podemos aprender com – e a partir de – um filme. In: BUJES, Maria Isabel Edelweiss; COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhos Investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 23-44.

MIGUEL, Sylvia. **Preconceitos e estereótipos impactam progressão da mulher na ciência**. *Jornal da USP*. São Paulo, 13, out. 2016. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/preconceitos-e-estereotipos-impactam-progressao-da-mulher-na-ciencia/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MINAYO, Maria Cecilia de S.; TAQUETTE, Stela Regina. Análise de estudos qualitativos conduzidos por médicos publicados em periódicos científicos brasileiros entre 2004 e 2013 *Physis* **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 417-434, 2016.

MORAES, Adriana Zomer de. **Relações de gênero e a formação de engenheiras e engenheiros**!. 2016 120 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão Biblioteca Depositária: BU Universitária, 2016.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do

Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, out. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/18875>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. Anita: São Paulo, 1994.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; Sônia NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do direito do trabalho**. 40. ed. São Paulo: LTr, 2018.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do Covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Caderno CRH**, v. 33, p. 1-19, e020029, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ZWKHNKp9Jyxmjngm4SFZsRq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2022.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 5 n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011.

OLIVEIRA, Sandra Maria Roque de. **O discurso da diferença entre homens e mulheres no IFPE Recife, século XXI'**. 2014 311 f. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis Biblioteca Depositária: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

PAIM, Altair dos Santos. **Pele negra sem máscaras brancas: O julgamento da boa aparência em seleção de pessoal**. 2016 155 f. Doutorado em Psicologia: Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia – UFBA Biblioteca Depositária: Universidade Federal da Bahia, 2016.

QUIRINO, Raquel; FIDALGO, Fernando. A conquista da cidadania da mulher pelo acesso ao trabalho produtivo. **Anais do XII Congresso da ARIC**, Florianópolis, Julho de 2009. Disponível em: <http://aric.edugraf.ufsc.br/congrio/html/anais/anais.html>. Acesso em março de 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte/MG: Justificando, 2017.

ROHDEN, Fabiola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 04-21, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8601.pdf>. Acesso em: 30 junho. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3825626/mod\\_resource/content/1/%20%281978%29%20A\\_Mulher\\_na\\_Soc\\_Classes.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3825626/mod_resource/content/1/%20%281978%29%20A_Mulher_na_Soc_Classes.pdf). Acesso em: 3 jan. 2022

SAFFIOTI, Heleieth. Conceituando o Gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B; MUÑOZ-Vargas, Mônica (Orgs). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994,

p. 271- 283.

SARDENBERG, Cecília; COSTA, Ana Alice. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro; BINGEMER, Maria Clara Lucchetti (Orgs.), **Mulher e Relações de Gênero**. São Paulo: Ed. Loyola, 1994, p. 81-114.

SARTI, Cynthia Andersen. **Reciprocidade e hierarquia**: relações de gênero na periferia de São Paulo. In: Associação Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS. Encontro anual, 12. Aguas de São Pedro, 1988.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru, Edusc, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Realidade e Educação**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação, Trabalho e Desenvolvimento: uma complexa relação. **Trabalho & Educação. Revista do NETE**. Belo Horizonte. N. 6. Jul/dez 1999 – jan/jun 2000.

SILVA, Ana Paula Procopio. **O contrário de “casa grande” não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura**. 2017 293 f. Doutorado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVEIRA, Verônica Canteiro. Igualdade de gênero: discussão e reflexão no ambiente escolar. In: Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade; 7; Rio Grande. **Anais [...]**, Rio Grande: Furg, 2018, p.1-4, Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/120.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

SOARES, Vera. “O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras”. In: ENTURINI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed. São Paulo: Editora e Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 161-182

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danieli Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.573-94, 2007.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 123-139, maio/ago. 2016.

STANCKI, Nanci. **Divisão sexual do trabalho**: a sua constante reprodução. Paper apresentado no I Ciclo de Debates em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia, 2003, PUC-SP

STEIL, Andrea Valéria. Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **Revista de Administração**, São Paulo v.32, n.3, p.62-69, jul./set. 1997.

XAVIER FILHA, Constantina. Gênero e sexualidade na infância: circulação de ideias na internet. **Revista Ártemis** - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades, v. 22, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/32134>. Acesso em: 30 jun. 2021.

WESTIN, Ricardo. **Negro continuará sendo oprimido enquanto o Brasil não se assumir racista, dizem especialistas**. Agência Senado, 22/06/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/06/negro-continuara-sendo-oprimido-enquanto-o-brasil-nao-se-assumir-racista-dizem-especialistas>. Acesso em 10 jul. 2022.

**APÊNDICE I - Solicitação para realização da pesquisa****SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

Prezado(a), Senhor(a) Robson Flemming

Diretor do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul Campus Corumbá

Vimos por meio desta solicitar, junto a Vossa Senhoria, a autorização para a coleta de dados da pesquisa intitulada “A verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul”. Tal pesquisa consistirá na gravação de entrevistas individualizadas com cada participante e o objetivo é averiguar como ocorre a verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá, segundo a perspectiva de professoras e alunas dos cursos de Técnico Integrado em Metalurgia e de Tecnologia em Processos Metalúrgicos.

Este estudo faz parte dos pré-requisitos para obtenção da titulação de Mestrado em Educação da pesquisadora Larissa Angelini de Andrade Gianvecchio, matriculada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal, sob a orientação da Professora Doutora Josiane Peres Gonçalves.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias pelo fone (67) 99853-6356.

No aguardo do consentimento, agradecemos de pronto à atenção dispensada.

Corumbá/MS, 07 de fevereiro de 2022.

---

Larissa Angelini de Andrade Gianvecchio  
Mestranda UFMS/CPAN/PPGE

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josiane Peres Gonçalves  
Orientadora UFMS/CPAN/PPGE

## **APÊNDICE II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Participantes (Alunas e professoras maiores de 18 anos)**

Você está sendo convidada a participar de forma voluntária da pesquisa intitulada “A verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul”. Este estudo está sendo conduzido pela pesquisadora Larissa Angelini de Andrade Gianvecchio, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Social pela UFMS/CPAN, sob orientação da Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Josiane Peres Gonçalves.

Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte à responsável pelo estudo qualquer dúvida que tiver. Sua participação é voluntária e será documentada por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A assinatura deste termo implica na autorização do uso do conteúdo das informações dadas para que seja utilizado parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data.

Esta pesquisa tem por finalidade averiguar como ocorre a verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá, segundo a perspectiva de professoras e alunas dos cursos de Técnico Integrado em Metalurgia e de Tecnologia em Processos Metalúrgicos.

O estudo justifica-se pela necessidade de contribuir para a produção de conhecimento no que se refere à inserção da mulher em profissões vistas socialmente como masculina, sendo relevante a discussão e o debate envolvendo este tema.

Quanto aos benefícios ressalta-se que a pesquisa poderá instigar a reflexão dos participantes em relação às suas experiências como alunas e professoras e suas perspectivas de futuro acadêmico e profissional.

Para a coleta de dados, será realizada entrevista semiestruturada que será gravada por meio do *Google Meet*. O uso da ferramenta se faz necessário devido à dificuldade de gravar entrevistas presencialmente, no contexto de pandemia causada pelo novo Coronavírus Sars-Cov-2, que pode provocar a COVID-19, com seu consentimento, e o que for dito será registrado para a produção da pesquisa. Ao concordar em participar do estudo, o seu nome e identidade serão mantidos em sigilo e em hipótese alguma serão divulgados nos resultados da pesquisa. A entrevista, com duração de 40 a 60 minutos, agendada previamente em data e horário mais adequado para o participante, evitando o impacto no desvio de suas atividades cotidianas ou tornando-o o menor possível.

Esclarecemos que toda pesquisa envolve algum tipo de risco aos participantes e consideramos que a presente pesquisa ofereça riscos mínimos. Um dos riscos possíveis envolve desconforto ou constrangimento em responder algum tipo de pergunta durante a coleta de dados. Este risco será minimizado garantindo local reservado pela própria entrevistada e liberdade para não responder questões que julgar invasivas ou impertinentes, o que não representará dano algum à sua pessoa, além de garantir que a pesquisadora seja habilitada para a condução da coleta de dados. Outro risco possível se refere à quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional. Com relação a este risco, será assegurada a confidencialidade, a privacidade e a proteção das informações coletadas, garantindo a não utilização das mesmas em prejuízo dos participantes, inclusive em termos de autoestima, de

prestígio e/ou econômico–financeiro. Além disso, será assegurado que a qualquer momento, você poderá deixar de participar da pesquisa e garantido que caso venha a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização.

Encerrada a investigação, os resultados obtidos e reflexões realizadas serão de inteira responsabilidade da pesquisadora. Caso queira receber uma cópia do relatório final em formato digital, indique um e-mail para o envio. Informamos ainda que as entrevistas serão destruídas após o período de cinco anos de sua realização.

Nome da pesquisadora: Larissa Angelini de Andrade Gianvecchio

Telefone: (67) 99673-3527. E-mail: larissa.angelini@ufms.br

**Declaração de Consentimento:** Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa, tendo assim concordado em participar de livre e espontânea vontade. Confirmando também que recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

**Nome da participante (em letra de forma):**

\_\_\_\_\_

**Assinatura do Participante:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Declaração da pesquisadora:** Declaro que os dados pessoais coletados na pesquisa serão mantidos em sigilo. Agradecemos a colaboração.

Nome da Pesquisadora: Larissa Angelini de Andrade Gianvecchio

**Assinatura da Pesquisadora:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

### **APÊNDICE III - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – Participantes**

#### **(Alunas menores de 18 anos)**

Você está sendo convidada a participar de forma voluntária da pesquisa intitulada “A verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul”. Este estudo está sendo conduzido pela pesquisadora Larissa Angelini de Andrade Gianvecchio, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Social pela UFMS/CPAN, sob orientação da Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Josiane Peres Gonçalves.

Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte à responsável pelo estudo qualquer dúvida que tiver. Sua participação é voluntária e será documentada por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A assinatura deste termo implica na autorização do uso do conteúdo das informações dadas para que seja utilizado parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data.

Esta pesquisa tem por finalidade averiguar como ocorre a verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá, segundo a perspectiva de professoras e alunas dos cursos de Técnico Integrado em Metalurgia e de Tecnologia em Processos Metalúrgicos.

O estudo justifica-se pela necessidade de contribuir para a produção de conhecimento no que se refere à inserção da mulher em profissões vistas socialmente como masculina, sendo relevante a discussão e o debate envolvendo este tema.

Quanto aos benefícios ressalta-se que a pesquisa poderá instigar a reflexão dos participantes em relação às suas experiências como alunas e professoras e suas perspectivas de futuro acadêmico e profissional.

Para a coleta de dados, será realizada entrevista semiestruturada que será gravada por meio do *Google Meet*. O uso da ferramenta se faz necessário devido à dificuldade de gravar entrevistas presencialmente, no contexto de pandemia causada pelo novo Coronavírus Sars-Cov-2, que pode provocar a COVID-19, com seu consentimento, e o que for dito será registrado para a produção da pesquisa. Ao concordar em participar do estudo, o seu nome e identidade serão mantidos em sigilo e em hipótese alguma serão divulgados nos resultados da pesquisa. A entrevista, com duração de 40 a 60 minutos, agendada previamente em data e horário mais adequado para o participante, evitando o impacto no desvio de suas atividades cotidianas ou tornando-o o menor possível.

Esclarecemos que toda pesquisa envolve algum tipo de risco aos participantes e consideramos que a presente pesquisa ofereça riscos mínimos. Um dos riscos possíveis envolve desconforto ou constrangimento em responder algum tipo de pergunta durante a coleta de dados. Este risco será minimizado garantindo local reservado pela própria entrevistada e liberdade para não responder questões que julgar invasivas ou impertinentes, o que não representará dano algum à sua pessoa, além de garantir que a pesquisadora seja habilitada para a condução da coleta de dados. Outro risco possível se refere à quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional. Com relação a este risco, será assegurada a confidencialidade, a privacidade e a proteção das informações coletadas, garantindo a não utilização das mesmas em prejuízo dos participantes, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico–financeiro. Além disso, será assegurado que a qualquer momento,

você poderá deixar de participar da pesquisa e garantido que caso venha a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização.

Encerrada a investigação, os resultados obtidos e reflexões realizadas serão de inteira responsabilidade da pesquisadora. Caso queira receber uma cópia do relatório final em formato digital, indique um e-mail para o envio. Informamos ainda que as entrevistas serão destruídas após o período de cinco anos de sua realização.

Nome da pesquisadora: Larissa Angelini de Andrade Gianvecchio

Telefone: (67) 99673-3527. E-mail: larissa.angelini@ufms.br

**Declaração de Consentimento:** Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa, tendo assim concordado em participar de livre e espontânea vontade. Confirmando também que recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso concorde em participar desta pesquisa, por gentileza, assine e date este Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, em duas vias idênticas, das quais uma ficará com você.

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de Identidade \_\_\_\_\_ (se já tiver documento), fui informado(a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão sobre a minha participação se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

**Nome da participante (em letra de forma):**

\_\_\_\_\_

**Assinatura do Participante:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Declaração da pesquisadora:** Declaro que os dados pessoais coletados na pesquisa serão mantidos em sigilo. Agradecemos a colaboração.

Nome da Pesquisadora: Larissa Angelini de Andrade Gianvecchio

**Assinatura da Pesquisadora:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**APÊNDICE IV - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Responsáveis  
(Responsáveis dos menores de 18 anos)**

O(A) adolescente sob sua responsabilidade está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa intitulada “A verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul”. Este estudo está sendo conduzido pela pesquisadora Larissa Angelini de Andrade Gianvecchio, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Social pela UFMS/CPAN, sob orientação da Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Josiane Peres Gonçalves.

A participação dele(a) não é obrigatória e mesmo que você venha a aceitar e assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a qualquer momento ele(a) poderá desistir da participação. O(A) Sr.(a), como responsável pelo(a) adolescente, também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação dele(a) a qualquer momento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para si ou sua família, tampouco em sua relação com a pesquisadora.

Esta pesquisa tem por finalidade averiguar como ocorre a verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá, segundo a perspectiva de professoras e alunas dos cursos de Técnico Integrado em Metalurgia e de Tecnologia em Processos Metalúrgicos.

O estudo justifica-se pela necessidade de contribuir para a produção de conhecimento no que se refere à inserção da mulher em profissões vistas socialmente como masculina, sendo relevante a discussão e o debate envolvendo este tema.

Quanto aos benefícios ressalta-se que a pesquisa poderá instigar a reflexão dos participantes em relação às suas experiências como alunas e professoras e suas perspectivas de futuro acadêmico e profissional.

Para a coleta de dados, será realizada entrevista semiestruturada que será gravada por meio do *Google Meet*. O uso da ferramenta se faz necessário devido à dificuldade de gravar entrevistas presencialmente, no contexto de pandemia causada pelo novo Coronavírus Sars-Cov-2, que pode provocar a Covid-19, com seu consentimento, e o que for dito será registrado para a produção da pesquisa. Ao concordar em participar do estudo, o seu nome e identidade serão mantidos em sigilo e em hipótese alguma serão divulgados nos resultados da pesquisa. A entrevista, com duração de 40 a 60 minutos, agendada previamente em data e horário mais adequado para o participante, evitando o impacto no desvio de suas atividades cotidianas ou tornando-o o menor possível.

Esclarecemos que toda pesquisa envolve algum tipo de risco aos participantes e consideramos que a presente pesquisa ofereça riscos mínimos. Um dos riscos possíveis envolve desconforto ou constrangimento em responder algum tipo de pergunta durante a coleta de dados. Este risco será minimizado garantindo local reservado pela própria entrevistada e liberdade para não responder questões que julgar invasivas ou impertinentes, o que não representará dano algum à sua pessoa, além de garantir que a pesquisadora seja

habilitada para a condução da coleta de dados. Outro risco possível se refere à quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional. Com relação a este risco, será assegurada a confidencialidade, a privacidade e a proteção das informações coletadas, garantindo a não utilização das mesmas em prejuízo dos participantes, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico–financeiro. Além disso, será assegurado que a qualquer momento, você poderá deixar de participar da pesquisa e garantido que caso venha a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização.

Encerrada a investigação, os resultados obtidos e reflexões realizadas serão de inteira responsabilidade da pesquisadora. Caso queira receber uma cópia do relatório final em formato digital, indique um e-mail para o envio. Informamos ainda que as entrevistas serão destruídas após o período de cinco anos de sua realização.

Nome da pesquisadora: Larissa Angelini de Andrade Gianvecchio

Telefone: (67) 99673-3527. E-mail: larissa.angelini@ufms.br

**Declaração de Consentimento:** Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação do(a) adolescente sob minha responsabilidade na pesquisa, tendo assim concordado com a sua participação de livre e espontânea vontade. Confirmando também que recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Nome do Responsável (em letra de forma) / Grau de parentesco com o(a) adolescente:

\_\_\_\_\_

Nome do(a) adolescente (em letra de forma):

\_\_\_\_\_

**Assinatura do Responsável:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome da Pesquisadora: Larissa Angelini de Andrade Gianvecchio

**Assinatura da Pesquisadora:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

## **APÊNDICE V – Roteiro de entrevista para as professoras**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DO PANTANAL – CORUMBÁ - MS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**PESQUISA:** A verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal de Mato Grosso Do Sul

**AUTORA:** Larissa Angelini de Andrade Gianvecchio

### **GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA AS ENTREVISTAS**

#### **I – ORIENTAÇÃO**

Os questionamentos que serão feitos estão organizadas em 4 (quatro) blocos. Importante mencionar, que as indagações foram construídas em função dos objetivos geral e específico da pesquisa e podem ser apresentadas todas ou apenas alguma(s) de cada bloco, de acordo com o desenvolvimento da entrevista. A entrevistada terá liberdade para falar sobre as temáticas, ressaltando sempre a sua experiência vivenciada tanto no mercado de trabalho quanto na própria instituição pesquisada

#### **1º Bloco: Conhecendo a entrevistada**

- ✓ Qual é a sua idade?
- ✓ Qual a sua naturalidade?
- ✓ Estado civil? Possui filhos? Quantos?
- ✓ Qual a sua religião?
- ✓ Em relação ao gênero, como você se considera? (Masculino, feminino, outro/especificar).
- ✓ Em relação a cor/raça, como você se considera? (Branca, parda, preta, amarela).
- ✓ Em relação a orientação sexual, como você se considera? (Heterossexual, homossexual, bissexual, assexuado, outros).

#### **2º Bloco: Formação acadêmica**

- ✓ Qual a sua graduação? (Técnico ou médio)
- ✓ Quais os motivos que te levaram a escolher este curso?
- ✓ Quais os motivos que te levaram a escolher o IFMS?

- ✓ Na sua formação você estudou questões relacionadas ao gênero?
- ✓ No momento da sua formação você enfrentou dificuldades por ser uma mulher?
- ✓ Você já ouviu piadinhas do tipo “isso não é coisa para mulher” dentro da Instituição? Por parte do Alunos ou Colegas de Trabalho?
- ✓ Qual a sua opinião sobre as alunas que estão inseridas nesta área do conhecimento (ou curso)?
- ✓ Por que você acredita que as alunas escolheram este curso?
- ✓ E como é a convivência delas com os demais alunos em sala de aula?
- ✓ Você percebe diferença de aprendizagem entre as alunas e os alunos deste curso?
- ✓ Você tem noção que, por ser mulher, pode ser uma referência para as alunas que frequentam o curso de metalurgia?
- ✓ E como é trabalhar no IFMS em uma profissão que é vista socialmente como masculina?
- ✓ Quais os desafios que você já enfrentou por ser mulher?
- ✓ Na sua opinião como a Instituição IFMS se posiciona em relação as questões de gênero no curso de metalurgia? Há inclusão ou exclusão das mulheres?

### **3º Bloco: Questões referente a divisão sexual do trabalho**

- ✓ Você já ouviu falar em divisão sexual do trabalho?
- ✓ Você acredita que existe profissão para homens e profissão para mulher?
- ✓ Você levaria seu carro em uma mecânica? Ou construiria sua casa com uma engenheira e pedreira?
- ✓ Você enfrentou preconceito dos seus amigos/familiares por escolher essa profissão? Porque?
- ✓ Você já ouviu falar no patriarcado? Sabe o que ele significa?
- ✓ Você acredita que as oportunidades de emprego na sua área são iguais para os homens e as mulheres?
- ✓ Você já pensou em trocar de curso/profissão? Porque?
- ✓ Tendo em vista que você é uma mulher, como você vê a possibilidade de ascensão profissional na sua área que é vista socialmente como masculina?
- ✓ Você acredita que se você fosse um homem sua trajetória profissional seria diferente?

### **4º Bloco: A importância da inserção da mulher no mercado de trabalho**

- ✓ Você concorda com a inserção da mulher no mercado de trabalho?

- ✓ Qual são as profissões que você acredita que seja para mulher?
- ✓ Você concorda com a diferença salarial baseada apenas nos gêneros? Justifique sua resposta.
- ✓ Você concorda com a igualdade de gênero no mundo do trabalho? Por que?
- ✓ Você conhece os seus direitos trabalhista?
- ✓ Você se sente preterida por ser mulher na sua área?
- ✓ Você acredita no machismo ou acredita que isso um grande “mi mi mi”?
- ✓ Você já foi vítima de machismo na sua vida ou no mercado profissional?
- ✓ Em algum momento você se arrependeu por ter escolhido esta área de atuação profissional?
- ✓ Quais são suas perspectivas de futuro profissional?
- ✓ Tem alguma questão sobre a temática, que não foi perguntado, e que você gostaria de acrescentar?

## **APÊNDICE VI – Roteiro de entrevista para as alunas do IFMS – Campus Corumbá**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DO PANTANAL – CORUMBÁ - MS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**PESQUISA:** A verticalização das mulheres em profissões vista socialmente como masculinas no Instituto Federal de Mato Grosso Do Sul

**AUTORA:** Larissa Angelini de Andrade Gianvecchio

### **GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA AS ENTREVISTAS**

#### **I – ORIENTAÇÃO**

Os questionamentos que serão feitos estão organizadas em 4 (quatro) blocos. Importante mencionar, que as indagações foram construídas em função dos objetivos geral e específico da pesquisa e podem ser apresentadas todas ou apenas alguma(s) de cada bloco, de acordo com o desenvolvimento da entrevista. A entrevistada terá liberdade para falar sobre as temáticas, ressaltando sempre a sua experiência vivenciada tanto no mercado de trabalho quanto na própria instituição pesquisada.

#### **1º Bloco: Conhecendo a entrevistada**

- ✓ Qual é a sua idade?
- ✓ Qual a sua naturalidade?
- ✓ Estado civil? Possui filhos? Quantos?
- ✓ Qual a sua religião?
- ✓ Em relação ao gênero, como você se considera? (Masculino, feminino, outro/especificar).
- ✓ Em relação a cor/raça, como você se considera? (Branca, parda, preta, amarela).
- ✓ Em relação a orientação sexual, como você se considera? (Heterossexual, homossexual, bissexual, assexuado, outros).

**2º Bloco: Formação acadêmica**

- ✓ Qual a sua graduação? (Técnico ou médio)
- ✓ Quais os motivos que te levaram a escolher este curso?
- ✓ Quais os motivos que te levaram a escolher o IFMS?
- ✓ No seu curso, você tem aulas com muitas professoras mulheres?
- ✓ Qual a sua opinião sobre as professoras que ministram aulas neste curso?
- ✓ Como os alunos agem em relação a estas professoras? Respeitam as mulheres da mesma forma que os homens ou há diferenças?
- ✓ Na sua formação você estudou questões relacionadas ao gênero?
- ✓ No momento da sua formação você enfrentou dificuldades por ser uma mulher?
- ✓ Na sua opinião, como a Instituição IFMS se posiciona em relação as questões de gênero no curso de metalurgia? Há inclusão ou exclusão das mulheres?
- ✓ Você já ouviu piadinhas do tipo “isso não é coisa para mulher” dentro da Instituição? Por parte do Aluno ou Professor?
- ✓ O que você diria para as mulheres que têm a intenção de ingressar neste mesmo curso que o seu?

**3º Bloco: Questões referente a divisão sexual do trabalho**

- ✓ Você já ouviu falar em divisão sexual do trabalho?
- ✓ Você acredita que existe profissão para homens e profissão para mulher?
- ✓ Você levaria seu carro em uma mecânica? Ou construiria sua casa com uma engenheira e pedreira?
- ✓ Você enfrentou preconceito dos seus amigos/familiares por escolher essa profissão? Porque?
- ✓ Você já ouviu falar no patriarcado? Sabe o que ele significa?
- ✓ Você acredita que as oportunidades de emprego na sua área são iguais para os homens e as mulheres?
- ✓ Você já pensou em trocar de curso/profissão? Por que?

**4º Bloco: A importância da inserção da mulher no mercado de trabalho**

- ✓ Você concorda com a inserção da mulher no mercado de trabalho?
- ✓ Qual são as profissões que você acredita que seja para mulher?
- ✓ Você concorda com a diferença salarial baseada apenas nos gêneros? Justifique sua resposta.

- ✓ Você concorda com a igualdade de gênero no mundo do trabalho? Por que?
- ✓ Você conhece os seus direitos trabalhista?
- ✓ Você se sente preterida por ser mulher na sua área?
- ✓ Você acredita no machismo ou acha isso um grande “mi mi mi”?
- ✓ Você já foi vítima de machismo?
- ✓ Quais são suas perspectivas de futuro profissional?
- ✓ Você pretende trabalhar nesta sua área de formação?
- ✓ Tem alguma questão sobre a temática, que não foi perguntado, e que você gostaria de acrescentar?